



FACEBOOK
JOURNALISM
PROJECT

Boas Práticas de Combate ao Assédio Virtual contra Jornalistas para Redações



Perspectivas do Brasil, Finlândia,
Alemanha, Polônia, Espanha e Reino Unido



Boas Práticas de Combate ao Assédio Virtual contra Jornalistas para Redações

Perspectivas do Brasil, Finlândia, Alemanha, Polônia, Espanha e Reino Unido

Escrito por Barbara Trionfi, Clara Becker, Janaina Costa, Javier Luque, Karina Santos e Mariana Faria

Traduzido por Uirá Catani

Pesquisa adicional realizada por Annabelle Chapman, Alma Onali e Sanna Pekkonen

Este relatório contou com o apoio financeiro do **Facebook Journalism Project**

FACEBOOK JOURNALISM PROJECT

Sobre o Redes Cordiais: O Redes Cordiais é uma organização que estimula a mudança no ambiente digital através da capacitação para o diálogo, do combate à desinformação e da interpretação crítica das redes sociais, com o objetivo de reduzir potenciais impactos negativos que a exposição na internet pode causar à sociedade.

Sobre o ITS Rio: O ITS é uma organização independente sem fins lucrativos que analisa as dimensões jurídica, social, econômica e cultural da tecnologia e defende políticas públicas e práticas privadas que protegem a privacidade, a liberdade de expressão e o acesso ao conhecimento. O Instituto também é um pólo multi-institucional conectado a uma rede de parceiros nacionais e internacionais e possui, entre suas principais atividades, debates sobre privacidade e dados pessoais, direitos humanos, governança da Internet, novas mídias, inclusão social, educação digital, cultura, tecnologia e propriedade intelectual, entre outros. Por fim, o ITS Rio visa fortalecer as vozes do Brasil, da América Latina e do Sul global nos debates internacionais sobre tecnologia, Internet e sua regulamentação.

Sobre o IPI: O International Press Institute (IPI) é uma rede global de editores, executivos de mídia e lideranças do meio jornalístico que compartilham uma dedicação comum pela qualidade e jornalismo independente. Juntos, eles promovem as condições que permitem ao jornalismo cumprir sua função pública, garantindo a capacidade da mídia de operar sem interferências e sem medo de retaliação. A missão do IPI é defender a liberdade da mídia e o fluxo livre de notícias onde quer que sejam ameaçadas.



Sumário

Parte I

Introdução: análise Brasil

1. Estudo de caso Brasil

2. Análise do contexto

3. Análise do problema

3.1. Políticos como principais autores de ataques a veículos de comunicação e jornalistas

3.2. Assédio processual

3.3. Escassez de protocolos de proteção oferecidos pelos veículos de imprensa aos jornalistas

4. Análise das consequências

4.1. Jornalistas mulheres

4.2. Custo pessoal

4.3. Impacto relacionado ao trabalho

4.3. Jornalistas Freelancers

5. Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

5.1. Moderação e participação nas discussões online

5.2. Protocolos de segurança online

5.3. Estratégias de enfrentamento individuais

5.4. Recursos legais

5.5. Redes de apoio

Parte II

Introdução

1. Metodologia e escopo

2. Mulheres jornalistas sob ataque

3. Pautas que podem motivar ataques virtuais

4. A natureza dos ataques: semelhanças entre países

5. A busca por soluções

6. O apoio entre pares como forma de “primeiros socorros”

7. Estratégias estruturadas para combater o assédio virtual

8. Relatórios de países

8.1. Finlândia

- » Análise do contexto
- » Análise do problema
- » Análise das consequências
- » Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

8.2. Alemanha

- » Análise do contexto
- » Análise do problema
- » Análise das consequências
- » Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

8.3. Polônia

- » Análise do contexto
- » Análise do problema
- » Análise das consequências
- » Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

8.4. Espanha

- » Análise do contexto
- » Análise do problema
- » Análise das consequências
- » Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

8.5. Reino Unido

- » Análise do contexto
- » Análise do problema
- » Análise das consequências
- » Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

9. Recomendações para redações

9.1. Recomendações para veículos de comunicação e editores

9.2. Recomendações para jornalistas

9.3. Recomendações para governos

10. Lista de organizações que contribuíram para este estudo

11. Notas finais

Introdução

“Quando as pessoas se mobilizam para atacar um jornalista e por quê? Essa é a pergunta.” Renata Neder, correspondente do Comitê para Proteção a Jornalistas, (CPJ), e pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Ceec).

Em 2019, a imprensa profissional brasileira sofreu aproximadamente 11 mil ataques diários pelas mídias sociais - uma média de sete agressões por minuto. A soma dos ataques online contra a imprensa brasileira neste ano totalizou 4 milhões. Esses são números da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão¹ (Abert), divulgados em março de 2020.

O Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, que avalia anualmente as condições para o livre exercício do jornalismo em 180 países, mostra que o crescimento das violações à liberdade de imprensa é algo que vem sendo observado em todo o mundo, já que o índice global está 12% mais baixo em comparação ao contexto em que foi criado em 2013, quando países do oriente médio saíram de processos ditatoriais. E de acordo com a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Brasil recuou 5 casas só entre 2018 e 2020, ocupando atualmente a 107ª posição na classificação mundial.

No caso específico do Brasil, entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) têm alertado para o ataque à liberdade de imprensa por meio de assédios virtuais. Grande parte, orquestrados com uso de bots, e se valem também de estratégias de invasão de contas e *doxing*.² Tanto que em julho de 2020 uma das mais populares plataformas de mídia social tomou uma iniciativa. O Facebook anunciou a remoção³ de 35 contas, 14 páginas e um grupo, além de 38 perfis no Instagram, todos atuantes no Brasil, após identificar um comportamento inautêntico coordenado com dois focos essenciais: a oposição política e o ataque à imprensa.

Segundo o comunicado do Facebook sobre a remoção, muitos dos perfis falsos se passavam por representantes da imprensa para legitimar a disseminação de notícias falsas e atacar os veículos reais. E os conteúdos compartilhados por esses perfis, pelas páginas e dentro do grupo removidos incluíam manchetes inverídicas com tom noticioso, memes políticos, discursos de oposição política a um partido específico, oposição a grupos de mídia e, mais recentemente, afirmações falsas sobre a pandemia do novo coronavírus. A plataforma ainda afirmou que cerca de 883 mil pessoas seguiam uma ou mais dessas páginas e aproximadamente 917 mil pessoas seguiam uma ou mais arrobas banidas do Instagram. Portanto, é possível dizer que centenas de milhares de usuários das duas mídias sociais mais populares do Brasil recebiam conteúdos falsos e informações manipuladas, em grande parte travestida de notícias.

Hoje, os métodos, as estratégias e as ferramentas para ameaçar o trabalho dos jornalistas e para deslegitimar a função da imprensa se incrementaram, ganharam intensidade e proporção, especialmente online. O aperfeiçoamento e a sistematização dos mecanismos de proteção aos jornalistas tornou-se uma agenda urgente. Por isso, o **Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS)** e o **Redes Cordiais**, com apoio do **Facebook Journalism Project**, criaram o projeto **Da rede social à rede de apoio: ciber-resiliência para jornalistas**, iniciativa que se desdobra em quatro macro-ações lançadas ao longo do segundo semestre de 2020 sendo este documento o fecho delas: um manual de boas práticas para prevenir e combater o assédio online contra jornalistas. Relatório este publicado em parceria com o **International Press Institute (IPI)**, com sede em Viena. A pesquisa pretende dialogar com as diretorias, chefias de redação e demais lideranças no intuito de fomentar a adoção de mecanismos de apoio e o desenvolvimento de políticas de enfrentamento ao assédio virtual contra jornalistas nas redações.

O relatório não descola das estratégias de segurança online as práticas de salvaguarda psicológica e emocional para o jornalista que lida direta ou indiretamente com um ataque, ou com uma campanha de difamação. Nosso objetivo é promover reflexões e compartilhar ferramentas para não apenas reduzir o impacto pessoal e profissional negativo do assédio sobre jornalistas, mas também ajudar a prevenir a autocensura decorrente de ataques online, que ameaçam o acesso às notícias, o debate público qualificado e a livre circulação de informações de interesse público, fatores essenciais para a democracia.

A primeira parte deste relatório consiste na contribuição brasileira, que reúne medidas e práticas baseadas em dados recolhidos em entrevistas a profissionais de jornalismo das cinco regiões do país, elaborada a partir da metodologia desenvolvida pelo IPI. A segunda parte consistirá na tradução do relatório europeu Práticas de Combate ao Assédio Virtual Contra Jornalistas para as Redações, realizado pelo IPI em cooperação com o Gabinete de Representação para a Liberdade de Imprensa, da Organization for Security and Co-operation in Europe, (OSCE). As medidas contidas nesta pesquisa baseiam-se em dados recolhidos em entrevistas a 45 redações em cinco países europeus - Finlândia, Alemanha, Polónia, Espanha e Reino Unido - em 2018. O resultado foi dividido em duas partes: uma análise continental seguida de uma interpretação mais específica dos países investigados.

1. Estudo de caso Brasil

Ao longo dos meses de agosto e setembro de 2020, foram entrevistados 33 profissionais da imprensa, entre repórteres, editores de texto, analistas de mídias sociais, jornalistas independentes, profissionais em cargos de lideranças e representantes de associações, e foram organizados dois grupos de discussão. Um grupo total de entrevistados que integram as equipes de veículos como Folha de S.Paulo, O Globo, GloboNews, Gazetado Povo, Repórter Brasil, Diário de Pernambuco, Metrôpoles, Nexo, Agência Lupa, Zero Hora, Amazônia Real e The Intercept Brasil. Profissionais com repertórios e experiências diversas que trabalham baseados nas cinco regiões do país e que compartilharam suas estratégias de proteção, dividiram avaliações de risco online e físico; falaram

sobre o conhecimento ou o desconhecimento de ferramentas jurídicas e tecnológicas disponíveis, disseram se dispunham ou não de moderadores para lidar com situações indesejadas online, contextualizaram eventuais ataques e comentaram sobre os tipos de suporte oferecidos pelos veículos de imprensa.

Para a condução das entrevistas foi elaborado um questionário padrão, mas também foram consideradas as diferenças de contextos sociais, regionais e temporais de cada entrevistado na tentativa de propor soluções que compreendam a realidade do território em que eles atuam.

A condição para que muitas das entrevistas acontecesse, especialmente dos grupos de discussão, foi a manutenção do anonimato dos participantes. Por isso, apenas alguns têm os nomes citados e têm revelados quais veículos integram.

2. Análise do contexto

No Brasil, os últimos anos se distinguiram por um cenário político polarizado e um aumento significativo de agressões contra jornalistas. Segundo o Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil⁴, de 2018, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), as eleições presidenciais daquele ano provocaram uma polarização da sociedade e um acirramento nas disputas políticas e ideológicas que contribuíram com o aumento no número de casos de agressão a jornalistas. De acordo com a publicação, houve um aumento de 36,36% em relação a 2017, sendo que em 22,22% do total dos ataques, os principais agressores eram categorizados como eleitores ou manifestantes. Já em 2019, a nova versão do relatório⁵ chamou atenção para o respaldo oficial de autoridades e personalidades públicas a esses ataques. “Os políticos foram os principais autores de ataques a veículos de comunicação e jornalistas. Eles foram responsáveis por 144 ocorrências (69,23% do total), a maioria delas tentativas de descredibilização da imprensa (114), mas também 30 casos de agressões diretas aos profissionais.”, destacou a publicação. Conclusão que vai de encontro aos depoimentos dos jornalistas entrevistados para este capítulo. Mesmo os que não se dedicam à cobertura de política entendem que os profissionais e os veículos especializados no tema são atualmente os alvos mais frequentes dos ataques.

Existem outros tópicos citados nas entrevistas e em estudos sobre violência contra jornalistas destacados como pontos de atenção, mas mesmo estes acabam se conectando de alguma maneira ao aspecto político, tal como temáticas em torno do meio-ambiente, corrupção, criminalidade e assuntos que envolvem direitos humanos e minorias. “Um deles [temas que, particularmente, colocam jornalistas em risco] é a terra e o meio ambiente. Outros: a corrupção, o crime organizado, tráfico de drogas e criminalidade organizada. Cobrir esses temas é um fator de risco. E, claro, que as coisas se sobrepõem, se você cobrir corrupção numa cidade pequena, está mais em risco. Se você cobre isso para um grande veículo, é mais possível que você sofre um ataque online do que um ataque físico. As ameaças até podem ser online, só que tem mais incidência de terminar uma agressão física”, diz Renata Neder. Um alerta que reflete essa sobreposição de temas, foi feito em junho de 2019, pelo próprio Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ)⁶ do qual Renata Neder é integrante. O comunicado trata das execuções

de dois jornalistas num intervalo de 24 dias na mesma cidade, Maricá, no norte fluminense. Robson Giorno, proprietário do site de notícias locais Jornal OMaricá, e Romário Barros, gestor da página de notícias locais no Facebook Lei Seca Maricá, foram mortos a tiros. Pelas características do crime em nenhum dos dois casos a polícia levantou um suspeito e as linhas de investigação apontam para crimes de vingança pelo trabalho jornalístico realizado pelas vítimas na cobertura de notícias sobre corrupção e crimes. Nesse mesmo alerta, o CPJ conclui que os jornalistas de cidades menores sofrem mais risco letal do que os que atuam nos grandes centros urbanos. Ainda falando sobre esse risco letal, em setembro de 2018 a diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, veio a público⁷ pedir atenção das autoridades na investigação do assassinato do radialista Marlon Carvalho Araújo, em Riachão do Jacuípe, Bahia. Conhecido pelas denúncias que fazia no seu perfil no Facebook⁸, o jornalista foi morto em casa⁹, um dia depois de ter anunciado que revelaria o nome de um político da região que teria pago uma dívida com um agiota usando uma bem do Estado.

Já no que diz respeito à cobertura de meio ambiente, um caso emblemático lembrado por dois dos entrevistados para este relatório é do comunicador Adécio Piran, nome à frente do portal Folha do Progresso, da cidade de Novo Progresso, Pará. O portal ficou conhecido internacionalmente pela denúncia do chamado Dia do Fogo¹⁰, uma ação articulada de queimadas criminosas atribuída a produtores rurais locais para o avanço de plantações e pastos sobre o bioma do cerrado, em agosto de 2019. Após a denúncia, o comunicador passou a sofrer ameaças de tal maneira que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o Comitê de Proteção para Jornalistas (CPJ) e o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará manifestaram preocupação com a segurança do profissional¹¹, que precisou se afastar por cerca de dois meses do estado. Com o passar do tempo, para que ele deixasse de ser uma referência jornalística na região, os empresários retiraram seus anúncios do portal numa estratégia conhecida como sufocamento econômico. Um dos entrevistados para este relatório, cujo nome nos comprometemos a não citar, declarou: “o problema no Norte do país é que a estrutura da imprensa, especialmente no interior, é muito precária. O Adécio tinha um jornal local, fez uma denúncia que teve repercussão mundial. E aí sabe o que ele é agora? Secretário de Meio Ambiente de Novo Progresso. Está do lado dos caras que colocaram fogo em tudo. Ou seja, a vulnerabilidade é tão grande que o cara fica muito exposto e acaba cedendo. Um exemplo disso é que a principal força econômica de uma cidade onde estive no Pará é o vendedor de retroescavadeira pro garimpo.”

Ainda falando de meio ambiente, num artigo intitulado “A guerra autoritária contra o jornalismo ambiental”, publicado em julho de 2020 no portal The Century Foundation¹² e usado como referência sobre o assunto¹³ no site da Repórteres Sem Fronteiras, o jornalista Peter Schwartzstein¹⁴ afirma que em todo o mundo a repressão a jornalistas ambientais é uma preocupação crescente porque governos de diferentes esferas temem redução de crescimento econômico, e em muitos casos empresas de grande e pequeno porte intimidam jornalistas em conluio com autoridades. Além da gravidade da intimidação em si, editores com pouco dinheiro relutam em financiar relatórios ambientais que podem ser prejudiciais aos negócios e como num círculo vicioso menos relatórios levam a mais desinformação e mais degradação ambiental, o que por

sua vez leva à instabilidade e mais repressão. Nesse artigo o Brasil é citado da seguinte maneira: “Muitas empresas menores e menos sofisticadas - como a da mineração ilegal nas áreas florestais no Brasil e os produtores de tijolos nas margens do Nilo no Sudão - estão apenas tentando sobreviver em locais com poucas alternativas. Em ambos os casos, os jornalistas ambientais podem ser vistos como obstáculos e o desaparecimento de uma fonte de subsistência - sendo tratados como ameaças.” Em janeiro de 2021, o site da Agência Repórter Brasil - braço jornalístico da ONG de mesmo nome, dedicada a cobertura de questões relacionadas ao meio ambiente, conflito no campo e crimes contra os direitos humanos, foi atacada virtualmente.¹⁵ O site foi retirado do ar diversas vezes¹⁶ e ao fim de uma sequência de derrubadas foi enviada uma mensagem exigindo que matérias publicadas em 2003, 2004 e 2005 fossem retiradas do ar.

E em se tratando de questões de gênero e de direitos humanos, eles se traduzem em ataques a jornalistas quando passam pela discussão de igualdade e equidade, pelo tema do feminicídio, da descriminalização do aborto e por denúncias de assédio sexual. Temas que provocam reações acaloradas e ondas de ataques direcionados a mulheres e a minorias de maneira geral na sociedade brasileira, não só no jornalismo. O caso da antropóloga, professora e colunista do portal El País Brasil, Debora Diniz, atacada brutalmente nas redes por defender publicamente a descriminalização do aborto¹⁷, se tornou referência uma vez que os ataques tinham características tão ameaçadoras que ela deixou o Brasil em 2018 e mesmo vivendo nos Estados Unidos convive com ameaças virtuais. Os ataques quase sempre orquestrados contra Debora se estendem às páginas e aos perfis de qualquer veículo para o qual ela falava ou evento que fizesse parte da programação. “A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) investiga o caso e trabalha com a hipótese de que os ataques possam ser orquestrados por redes internacionais que focam seus canhões em ativistas de direitos humanos”, apurou na época o El País Brasil.

3. Análise do problema

Tanto nas entrevistas quanto nos grupos de discussão, os profissionais ouvidos para este relatório não questionam a necessidade da presença nas mídias sociais. Reconhecem isso como parte integrante do trabalho, seja de apuração ou de divulgação, e apresentaram somente diferenças individuais nas configurações de privacidade e na maneira como cada um se expõe em cada plataforma. A grande maioria mantendo mais informações pessoais no Instagram, fazendo uso apenas profissional do Twitter e atuando pouco no Facebook.

Uns acreditam que as mídias sociais precisam ser trabalhadas apenas com o viés profissional. Outros defendem que elas estão inexoravelmente ligadas à vida pessoal e que um sujeito deve integrá-las à sua comunicação com o mundo, inclusive podendo fazer dessa presença online mais uma forma de tornar seu trabalho mais autoral, criando uma marca própria. “Eu acho que a gente precisa aceitar essa complexidade: profissionais de todos os campos, inclusive jornalistas, são pessoas. Eu tenho que ter o direito de me expor enquanto uma pessoa íntegra e completa, que tem o direito de postar uma reportagem de denúncia que eu fiz e no mesmo dia postar algo da minha vida pessoal”,

pontuou o jornalista e escritor Chico Felitti. Na outra ponta deste debate, uma repórter que sofreu um ataque online em 2019 e teve um tweet fraudado em seu nome, disse que excluiu toda postagem que houvesse informações sobre a vida pessoal e que atua com o mínimo possível de interação porque acredita que qualquer coisa dita nas redes pode ser usada contra ela. Uma relação com as mídias sociais que pode ser posicionada como intersecção entre os dois pontos - do jornalista Chico Felitti e da repórter que já foi atacada - é que norteia em certa medida este relatório é o da diretora e fundadora do portal Nexo Paula Miraglia. Ela diz: “O seu posicionamento nas redes não está separado de nada que você faz no seu ambiente de trabalho. Ele é mais uma coisa do seu trabalho”.

Em consonância com o observado em outros países, a polarização política escalou tensões na sociedade que se traduziram para as mídias sociais em ondas de ataques desencadeados por publicações que criticam ou desagradam a um espectro político e suas bandeiras ideológicas. Também como relatado em outros contextos, muitas dessas mensagens desabonadoras ou intimidatórias seguem um padrão que sugere coordenação da ação. Contudo, alguns aspectos dos problemas enfrentados pelos jornalistas no contexto brasileiro que emergiram ao longo da pesquisa merecem destaque nesta seção, seja pela sua particularidade ou magnitude peculiar que os distinguem dos problemas cotidianos das redações europeias.

Nesse sentido, os ataques a jornalistas por parte de autoridades políticas; o uso da estratégia de assédio processual e ausência de protocolos de defesa oferecidos pelos veículos de imprensa aos profissionais brasileiros são os problemas mais notáveis do estudo de caso.

Políticos como principais autores de ataques a veículos de comunicação e jornalistas

Durante o ano de 2020 a Repórteres Sem Fronteiras em parceria com o Volt Data Lab¹⁸ monitorou declarações, pronunciamentos e atuação em redes sociais do presidente Jair Bolsonaro e de agentes públicos aliados ao governo federal com a intenção de avaliar a relação do governo brasileiro com a imprensa. “Assim passaram a ser monitoradas as contas no Twitter do vice-presidente Hamilton Mourão; da Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social); dos três filhos do presidente que ocupam cargos eletivos (Eduardo, Flavio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro); e dos ministros e ministras de Bolsonaro que utilizam as redes sociais como meio de comunicação” descreve a nota metodológica da pesquisa. E a conclusão foi de que a imprensa nacional sofreu 580 ataques contra a imprensa ao longo do ano; 85% deles vindos do próprio presidente ou de um de seus filhos e 12% vindos de ministros e do vice-presidente da República Hamilton Mourão.

Já segundo a Fenaj, de janeiro a setembro de 2020 foram registradas 299 declarações ofensivas ao jornalismo por parte do Presidente da República, sendo 259 categorizadas como descredibilização da imprensa, 38 como ataques pessoais a profissionais e dois ataques contra a própria Federação. Os números resultaram numa média de 33 ataques ao trabalho jornalístico por mês.¹⁹

Algumas das falas do Presidente da República são consideradas particularmente virulentas e chegam a incitar violência física contra jornalistas. Em 2020, quando questionado por um repórter sobre a denúncia de um depósito de R\$ 89 mil na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro²⁰, o presidente disse ao jornalista ter “vontade de encher sua boca na porrada... seu safado”. Este episódio teve dois desdobramentos opostos: primeiro, desencadeou uma reação em massa de postagens repetindo a pergunta do jornalista nas mídias sociais e, segundo, numa contra-reação, apoiadores do Presidente responderam com postagens que exaltavam a fala do mesmo sugerindo que jornalistas mereciam sofrer agressões físicas. O que dimensiona o impacto das declarações de uma autoridade contra um jornalista.

Entre os relatos dos entrevistados, o caso mais citado foi o sofrido pela jornalista Patrícia Campos Mello, repórter do jornal Folha de S.Paulo. No final de 2018, Patrícia foi autora de uma série de reportagens sobre o financiamento privado de disparos de notícias falsas em massa através do WhatsApp durante o segundo turno da eleição presidencial - disparo que beneficiaria em grande parte o então candidato à presidência Jair Bolsonaro. As matérias desencadearam uma campanha de difamação e intimidação contra a jornalista considerada pelos entrevistados e pelas entidades do setor como extremamente violentas. As consequências deste ataque foram vividas por Patrícia durante meses e a campanha de difamação foi retomada em fevereiro de 2020 com o depoimento de Hans Nascimento, funcionário de uma das empresas de marketing digital suspeitas de ter participado do envio das mensagens em massa, durante uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada exatamente para investigar as chamadas fake news. Hans Nascimento era uma das principais fontes de Patrícia na matéria e diante de parlamentares e da imprensa ele alegou que a jornalista teria oferecido favores sexuais em troca de informações e que, com a suposta recusa dele, teria mentido nas reportagens.

A alegação foi desmentida e comprovada imediatamente pela repórter e pelo jornal²¹ mas não impediu que o presidente Jair Bolsonaro e seu filho, o senador Eduardo Bolsonaro, fizessem declarações sobre o caso falando mal da jornalista e desencadeando uma nova onda de ataques²² contra ela. No livro “A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital”, lançado em julho de 2020, Patrícia Campos Mello conta como os ataques virtuais fizeram com que ela precisasse de escolta particular, conta que recebia constantes ligações ameaçadoras e que teve a sua agenda de participação em eventos, congressos e entrevistas divulgada em grupos de WhatsApp em todo o Brasil para que sofresse ataques hostis presencialmente.

A ação coordenada de ataque à repórter do jornal Folha de S.Paulo, assim como outros ataques aos detratores do governo, têm sido atribuída ao chamado “gabinete do ódio” e suas milícias digitais. Tendo inclusive uma investigação iniciada pela Polícia Federal sobre o caso ter provocado a substituição²³ do diretor geral do órgão, Maurício Valeixo. Essa investigação apontou que o disparo de notícias falsas revelado por Patrícia Campos Mello teria sido feito pelo “gabinete”²⁴. Inclusive este nome “gabinete” foi atribuído a essa milícia digital por conta da suspeita de que²⁵ os ataques contra jornalistas e críticos ao governo partiram de dentro do aparelho do Estado.²⁶

Assédio processual

A jurisprudência brasileira define o assédio processual como um abuso do acesso à Justiça, pelo ajuizamento de diversas ações sobre um mesmo fato ou contra uma mesma pessoa, com o intuito de prejudicá-la.²⁷ A estratégia no contexto jornalístico representa desvantagem para os réus, que são geralmente jornalistas acionados como pessoas físicas, deixando de fora os veículos nos quais a reportagem foi publicada. Essas ações, distribuídas de maneira massiva em diversas comarcas espalhadas pelo país, inviabilizam ou dificultam o exercício do direito de defesa, além de desgaste e sobrecarga para o jornalista.

Um estudo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça²⁸ (DPJ/CNJ), divulgado em junho de 2018, trouxe um panorama nacional dos processos judiciais que versam sobre liberdade de imprensa, revelando que quase 60% desses casos são motivados por alegações de difamação. Na Justiça Eleitoral, as ações envolvendo veículos de imprensa representam 25% dos processos que tramitam e em grande parte são processos propostos por candidatos ou partidos que questionam o conteúdo de reportagens que supostamente teriam prejudicado sua imagem junto a um eleitorado. A pesquisa destaca ainda a probabilidade de que o número de processos contra jornalistas seja ainda maior do que o apontado no levantamento. Esse hiato nos dados se daria pela falta de um cadastramento adequado dos assuntos segundo tabelas processuais unificadas fazendo com que a existência de um significativo volume de registros ocultos não fossem passíveis de identificação. O que é possível afirmar ao olhar sobre o assunto com uma lente macro é que em 2018 tramitaram aproximadamente 300 mil processos dissertando sobre a liberdade de imprensa no Brasil.

Falando dos casos reconhecidamente contra profissionais da imprensa, durante as entrevistas realizadas para este relatório, muitos jornalistas trouxeram à tona a lembrança do caso perpetrado pela Igreja Universal em 2007 contra a jornalista Elvira Lobato após matérias²⁹ publicadas no jornal Folha de S. Paulo que apresentaram dados sobre o crescimento financeiro da instituição religiosa. Na época, tanto o jornal quanto a repórter foram processados quase que simultaneamente por 28 pessoas declaradamente fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, cada um com uma ação individual e em localidades distintas.

Passados 13 anos do caso, a prática de assédio processual contra jornalistas ainda persiste. Só no período eleitoral de 2020, foram registrados 24 casos de censura de reportagens e de pedidos, por parte de candidatos, de remoção de conteúdo de sites e de redes sociais, segundo dados do projeto Ctrl+X³⁰, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

Em entrevista para o relatório, Mariana Della Barba, editora da agência de jornalismo vinculada à ONG Repórter Brasil, afirmou ser muito frequente a ameaça de processos na reta final de uma apuração, momento no qual a pessoa ou empresa que está sendo objeto de investigação é contactada para dar a sua versão do caso. De acordo com Mariana, o contato é feito de maneira transparente. “Falo que estamos fazendo uma matéria, na qual você é acusado disso, disso e tal. Aí geralmente você fala com o departamento de comunicação, quando tem, ou com alguma outra pessoa e vai bem. Daí liga o advogado

e aí sim, às vezes, o tom é bem ameaçador. Mas geralmente é só uma ameaça vazia, porque nós já sabemos que a pessoa está errada, temos toda a documentação, toda a apuração. Então, ouvimos e devolvemos: mas o senhor tem alguma reclamação? O que exatamente está errado? Por que você não está concordando com isso? Você tem algum documento que gostaria de me mandar? Está aqui meu e-mail. E muitas das nossas matérias fazem com que sejamos processados, mas ganhamos todos e não nos deixamos abalar justamente porque tudo foi muito bem apurado”, explicou a repórter. Como exemplo, em outubro de 2019, a Repórter Brasil ganhou uma ação judicial que pedia indenização por danos morais e a retirada do ar da matéria intitulada Construtora de alojamento acomoda pedreiros de forma ilegal. A reportagem tratava de uma fiscalização de auditores do extinto Ministério do Trabalho que haviam resgatado pessoas em situação análoga à escravidão em uma propriedade rural. O dono dessa propriedade, cujo nome foi citado na matéria, foi quem acionou a justiça. O tribunal se posicionou favorável à Repórter Brasil observando o direito constitucional à liberdade de imprensa e alegou que a remoção da reportagem do ar constituiria censura. O juiz também reconheceu que a investigação estava factualmente correta no momento da publicação.

Mas ainda que uma apuração criteriosa seja garantia de uma vitória ela só acontece no fim do processo, acabados todos os recursos. E quando se trata de jornalistas freelancers ou independentes e de veículos menores, o desgaste emocional e financeiro pode ser intimidador ou silenciador. Quando esses profissionais precisam comparecer por conta própria em compromissos oficiais e audiências relativas ao processo sem que seu tempo e o dinheiro gastos sejam reembolsados, a ameaça pode surtir efeito ainda que como exemplo.

Em fevereiro de 2019, o jornalista freelancer Wellington Macedo respondeu simultaneamente a 59 queixas por difamação³¹ movidas por diretoras e diretores de escolas municipais da região de Sobral, no Ceará, por conta de uma série de reportagens publicadas no canal³² dele no Youtube. Entre agosto e setembro de 2018, a série Educação do Mal³³ colocou em cheque a fama de que o ensino público de Sobral estava entre os melhores do país ao revelar um suposto esquema de fraudes na avaliação das escolas do município.³⁴

Essa mesma prática ganhou repercussão nacional em 2016, quando cinco jornalistas da Gazeta do Povo foram alvos de 41 ações judiciais³⁵ após divulgarem os rendimentos de juízes e integrantes³⁶ do Ministério Público. Num dado momento do processo, eles corriam o risco de serem condenados porque faltavam audiências uma vez que mais delas aconteceu no mesmo horário, mas em locais centenas de quilômetros distantes um do outro. Só entre abril e junho daquele ano, os cinco réus chegaram a viajar nove mil quilômetros para estar presentes nas audiências que corriam em várias comarcas do estado do Paraná. Ainda em 2016 os processos e as audiências foram parar no Superior Tribunal Federal onde foram suspensas por força de uma liminar da ministra Rosa Weber. O mérito do caso até hoje não foi julgado.

No mesmo ano, um editor do site Folha MS foi processado³⁷ por difamação ao publicar o valor do salário de um servidor público que atuava como contador na Câmara Municipal de Corumbá, Mato Grosso do Sul. O repórter Erik Silva colheu a informação

sobre o salário do Portal da Transparência, que é de acesso público. Ao comparar valores, deduziu que em um determinado mês os ganhos do contador estavam acima do teto permitido por lei. Procurado na época pelo Comitê de Proteção para Jornalistas Erik disse: “Às vezes eu penso, qual foi o sentido de eu escrever essa história? Nada aconteceu e estou pagando por isso. Mostrei o que estava errado e ele [o autor do processo] mantém seu emprego e seu grande salário. Fui eu que paguei o preço.”

Hoje, um complicador dessa estratégia contra jornalistas é o uso da máquina processual por parte do Estado.³⁸ Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) é considerada “campeã” de processos contra jornalistas. Uma matéria publicada pela Associação³⁹ em outubro de 2020 revelou que no mesmo ano Bia Kicis moveu ao menos 11 ações judiciais contra jornalistas e comunicadores e em seis delas era defendida por seu secretário parlamentar, que por acaso também é advogado.

Em dezembro de 2019, a ministra da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, anunciou que abriria uma denúncia contra o site independente Revista AzMina⁴⁰ após a publicação de uma reportagem com informações sobre aborto seguro fornecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Com o anúncio feito no Twitter, os perfis da revista sofreram assédio digital e informações e fotos da repórter que assinou o texto foram divulgadas com ofensas e comentários sobre sua vida privada. “Se ela [Damares] quisesse só processar a revista, ela poderia fazer em silêncio. Se ela faz isso nesse ambiente online, se ela convoca, ela está numa cruzada, portanto esse caso é muito mais grave do que parece e não teve a reação que merecia”, afirmou Renata Neder, do Comitê de Proteção aos Jornalistas. Em março de 2020, o caso foi levado pela Abraji a uma audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos, como exemplo do recrudescimento das ameaças à liberdade de expressão no Brasil.

Em novembro de 2020, o procurador da República Ailton Benedito anunciou que estava processando⁴¹ a agência de checagem Aos Fatos por uma reportagem publicada no mês de maio⁴² que o citava como um dos usuários do Twitter que mais promoveram o uso da cloroquina contra a Covid-19 mesmo sem comprovação científica de sua eficácia. Benedito usou o seu perfil na plataforma para se manifestar de forma contrária à reportagem e para estimular que mais pessoas processassem agências de checagem e veículos de imprensa. Na ocasião, Ailton Benedito escreveu: “Segundo garantem a Constituição Federal e as leis brasileiras. Nos Juizados Especiais (Lei 9.099), não precisa de advogado. É o que devem fazer todas as vítimas que sofrem violações a seus direitos fundamentais praticadas por autodeclaradas ‘agências de checagem de fatos’.” “Brasileiro que sofre ameaça ou lesão a direitos fundamentais, inclusive perpetrados por jornalistas, rádios, jornais, revistas, TVs e suas autodeclaradas “agências de checagem de fatos, podem buscar a tutela do Poder Judiciário, nos termos da Constituição, artigo 5º, inciso XXXV”. E sobre esse episódio o presidente da Abraji, Marcelo Tressäl chama a atenção para um tipo específico e mais recente ainda de assédio judicial. “Me parece preocupante porque o procurador [Ailton Benedito], fez um processo em um Juizado Especial Cível, uma coisa prevista para você discutir com uma loja que te vendeu uma tevê com defeito ou algo do gênero e ele usou isso. Porque o juizado tem menos instân-

cias de recurso e a pessoa não pode mandar um preposto, tem que ir presencialmente na audiência. [...] Como eu não preciso pagar nada para abrir um processo, ele acaba sendo usado como retaliação e mesmo que eu ganhe, que o jornalista ganhe, ele ainda vai gastar dinheiro pagando passagens. Porque inclusive quem inicia o processo pode escolher qualquer fórum que seja de seu agrado. Então o cara vai lá, que nem a Igreja Universal, abre um processo em Tefé, Amazonas, e o jornalista que mora em São Paulo precisa dar um jeito de ir até Tefé para uma audiência. [...] “Então acho que esses caras estão se organizando para esse tipo de assédio judicial.”

De acordo com Marcelo Tressäl, a prática de abuso processual não é percebida somente no Brasil. “Na Argentina temos uma interlocução com a Fopea, que é uma entidade como a Abraji, e eles também estão muito preocupados com essa litigância estratégica ou de má fé contra a imprensa. Devemos ver muitos desses casos aumentando”, alertou.

Quando o processo em si não mina energia, tempo e investimento do jornalista ou do veículo, pode atuar como censor de maneira que impede que informações relevantes possam chegar ao debate público. Entre janeiro e junho de 2019, o Google recebeu 494 solicitações governamentais de remoção de conteúdo⁴³, sendo 218 a maioria delas por difamação e 146 por questões de privacidade e segurança. Durante esse período, houve uma solicitação de remoção de duas postagens de blogs com conteúdo crítico contra o trabalho de juízes federais. Não só as postagens foram removidas como 18 URLs foram removidas, embora o Google tenha indicado que apelou da decisão.

Escassez de protocolos de proteção oferecidos pelos veículos de imprensa aos jornalistas

Uma das grandes dificuldades reveladas pelos entrevistados reside na ausência de protocolos de defesa oferecidos pelos veículos de imprensa. “Eu sinto falta de protocolos que entendam a realidade dos veículos, a realidade dos jornalistas e a realidade do território em que eles trabalham”, afirmou uma jornalista que atua em Minas Gerais e integrou um dos grupos de discussão. Isso se traduz na necessidade de receber determinados conhecimentos específicos mencionados especialmente pelos analistas de mídias sociais e jornalistas mulheres. São conhecimentos capazes de os tornarem aptos a reconhecer comportamentos automatizados e ataques coordenados, e a realizar avaliações de risco. Uma das participantes de um grupo de discussão que reuniu exclusivamente jornalistas que atuam diretamente nas mídias sociais disse: “Eu quando entrei nesse cargo, nunca tinha passado por nada disso. Então, fui meio que aprendendo vivendo, sabe? As coisas iam acontecendo e eu ia pesquisando, conversando com as pessoas, entendendo como eu podia lidar com aquilo da melhor forma. Seria muito importante que tivéssemos algo que unificasse esses conhecimentos”.

Estes conhecimentos incluem informações de acesso rápido aos canais de denúncia adequados junto às plataformas digitais: “Agente, quando é muito pequeno, é completamente vulnerável aos ataques. Se ocorrer, nós estamos sozinhos. Agente tem um contato do Twitter, tem um contato do Facebook mas, pelo que eu já vi aí, não resolve muito.”

Uma das participantes do grupo de discussão contou do caso em que integrantes da sua equipe foram vítimas de *doxing* e que ela teve dificuldades em acionar o Facebook para que fossem tirados do ar os dados pessoais dos jornalistas. “Fizemos o rastreamento de

quem estava divulgando, encaminhamos para o Twitter, que conseguiu derrubar. No Facebook, a gente conseguiu entrar em contato depois de um certo esforço e a resposta é que não tinha uma mensagem clara de que iam matar alguém. Então, a postagem não poderia ser excluída. Então, acho que esse canal poderia ser melhor com a empresa.”

E depois de todo esse processo, de reconhecer o ataque, avaliar o risco e fazer a denúncia, se revelou necessária a compreensão de qual o momento ou situação esses analistas de mídias sociais e jornalistas deveriam recorrer à assessoria jurídica. O mais perto de uma sistematização desse processo que foi identificado no grupo de discussão veio do analista de mídias de um grande jornal que disse: “O que falamos com os repórteres é que, como eles estão no varejo, eles vão perceber antes um ataque a ele do que o jornal, do que a equipe de redes sociais. Então, quando perceber que alguma coisa está fora do normal, ele... aciona a equipe de redes sociais, para começar a fazer esse levantamento.. A gente guarda todos os links, com print de cada um. Qual o usuário que foi, tal, para deixar guardado para o uso do jurídico. E, eventualmente, das empresas de redes sociais. Mas, primeiro, o repórter tem que dar esse aviso.”

Uma recomendação quase inviável para veículos menores, que sequer contam com um departamento jurídico. “Por exemplo, eu pequenininho posso dizer assim: “gente, me ajudem aqui, porque eu estou sendo atacada”, disse uma editora de um site de notícias. “E, assim, eu acho que tem muita gente que está fazendo jornalismo sério e que é pequeno, tem essa vulnerabilidade muito grande. Até, inclusive, financeira. Não temos jurídico. Não tem como entrar na justiça, por exemplo. Tem que contar, justamente, só com o apoio das próprias redes, mesmo, se elas nos ajudarem”, ela reiterou.

Para uma editora que atua no Rio de Janeiro, cidade que costuma ter cenários de conflitos para repórteres que cobrem Cidades e Segurança Pública, seu principal questionamento foi sobre criar protocolos de segurança para tornar o trabalho dos seus repórteres mais seguro. Com a falta de um conteúdo organizado, o mais comum é encontrar jornalistas que desenvolveram os seus próprios métodos individuais de proteção.

4. Análise das consequências

Jornalistas mulheres

Um entendimento comum entre os profissionais entrevistados para o relatório brasileiro - observação reiterada diversas vezes também pelo International Press Institute (IPI) em outros países - é de que mulheres são alvos preferenciais de assédio virtual.

A estratégia comumente usada de expor a intimidade delas pode trazer mais danos às suas carreiras, suas relações pessoais e familiares e as tornam mais vulneráveis quando comparadas aos seus colegas homens. Os ataques perpetrados contra elas são especialmente violentos e altamente sexualizados, já os homens tendem a ser criticados, insultados e ameaçados com base em sua produção profissional, focando o conteúdo das notícias e postagens. No caso dos ataques sofridos pela jornalista Patrícia Campos Mello, já citados aqui, o Presidente da República insinuou uma infundada troca de favores sexuais da repórter fazendo uma piada de cunho sexual sobre a jornalista⁴⁴ durante

uma coletiva de imprensa. Por esse comentário a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) chamou a agressão de “covarde” e chegou a pedir que a Procuradoria-Geral da República denunciasse o presidente por quebra de decoro, o que não foi feito.

Num levantamento feito em 2017⁴⁵ pela Abraji, em parceria com o site Gênero e Número, revelou que 84% das jornalistas brasileiras já sofreram alguma situação de violência psicológica no trabalho, incluindo insultos presenciais, humilhação em público, abuso de poder ou de autoridade, intimidação verbal, escrita ou física e ameaças pela internet. E que 70% delas já viveram uma situação desconfortável após abordagens de homens no trabalho. O que leva à reflexão de que além do assédio ‘externo’ as jornalistas brasileiras também encontram um ambiente hostil no próprio ambiente de trabalho em virtude do gênero.

Em julho de 2020, a ONG Repórteres Sem Fronteiras publicou um relatório internacional que alertava sobre os perigos dos ataques online às jornalistas mulheres. Intitulado *Womens Right Forbidden Subject*⁴⁶, o documento destaca o fato de que as mulheres são os principais alvos dos trolls, que o jornalismo está entre as categorias em que mulheres são mais ofendidas do que homens e que palavras como “vagabunda”, “estupro” e “prostituta” são as mais usadas no intuito de ofender, assediar e intimidar as profissionais. Entre as estratégias mais comuns de ataques estão ameaças de cunho sexual, envios de fotos de nudez, comentários de cunho misógino, uso de apelidos jocosos e fotos adulteradas. Em casos de maior gravidade, a intimidação acontece com o uso da chamada “pornografia não consensual” ou “*revenge porn*”.

E em novembro do mesmo ano, a estudante de jornalismo Andressa Vieira teve sua foto e seu número de telefone divulgados na internet pela advogada Flavia Ferronato. Andressa é integrante do Coletivo Niara⁴⁷, grupo de disseminação da cultura negra da Universidade Federal do Pampa, no Rio Grande do Sul; o coletivo integra o consórcio Comprova⁴⁸, iniciativa sem fins lucrativos para verificar desinformação, coordenada pela Abraji. A prática do doxing aconteceu após Andressa interpelar Flavia por compartilhar uma notícia falsa⁴⁹ sobre a vacina contra o coronavírus no Twitter. Em nota sobre o ocorrido, a Abraji declarou: “Como a Abraji mostrou em casos similares⁵⁰ contra jornalistas mulheres⁵¹, o doxing coloca em risco a integridade física de repórteres e é uma forma de constrangimento à liberdade de imprensa. Como advogada, Ferronato lançou mão de um expediente perigoso, para intimidar alguém que estava tão somente fazendo seu trabalho.” Durante os ataques o Coletivo Niara foi alvo de mensagens misóginas e Andressa recebeu uma mensagem anônima no celular solicitando seu número de documento de identidade.

Em 2015, a jornalista freelancer Ana Freitas foi atacada online de maneira violenta⁵² após publicar um artigo sobre o machismo no mundo geek no extinto portal Huffpost Brasil. O texto, que já havia sido recusado por outro site por temer a retaliação por tocar no assunto, tratava de recortes de gênero e minorias dentro da editoria de cultura, tradicionalmente uma seção mais leve dos veículos. Ana foi vítima de doxing, recebeu mensagens com ameaças de estupro e foram enviados para a casa dela envelopes contendo minhocas. Durante uma edição do Internet Governance Forum, em 2016, ela contou que uma das consequências da repercussão do caso foi que outros veículos passaram a não aceitar mais seus textos, dando outra dimensão à sensação de desamparo que pode acometer a vítima de uma violência online.

Um ano antes, em 2014, a Think Tank inglesa Demos⁵³ analisou 2 milhões de tweets de celebridades homens e celebridades mulheres⁵⁴ avaliando os tipos de ataques sofridos e a única categoria em que mulheres eram mais atacadas do que homens era o jornalismo. O levantamento mostrou ainda que as jornalistas de televisão recebiam três vezes mais ataques do que os homens.

Voltando a dados mais recentes, em 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos divulgou o relatório *Mujeres Periodistas y Libertad de Expresión*⁵⁵ no qual diz que “Jornalistas não só estão mais expostas a ataques online do que seus colegas do sexo masculino, mas, além disso, nos últimos anos vivenciam um aumento de insultos que adquirem características específicas de natureza misóginas e conteúdo sexualizado. Este tipo de violência leva à autocensura e é um ataque direto contra a visibilidade das mulheres e sua plena participação na vida pública”.⁵⁶

Falando novamente dos ataques contra Patrícia Campos Mello, segundo alguns dos entrevistados para este relatório, o fato do alvo ser uma jornalista mulher agravou o tom e a intensidade dos ataques. “Tenho certeza que se não fosse a Patrícia, que fosse um homem a assinar aquelas matérias, não teria sido daquele jeito”, disse um repórter. Um profissional do jornal O Globo também observou o componente machista dos ataques. “Eles vão principalmente para cima de mulheres. Eu vejo que ser homem me protege”, pontuou. Para o jornalista e podcaster Tiago Rogero, as caixas de comentários escancaram muitos preconceitos da sociedade. “Eu trabalhei em lugares onde tive o privilégio de sempre ignorar os comentários de matérias nas redes sociais, porque é uma coisa que eu faço desde sempre. Você não precisa de mais do que 10 segundos lendo caixas de comentários de sites ou em redes sociais sobre uma matéria que fale de gênero ou que fale de raça pra perceber que está escancarado tudo ali: racismo, homofobia, sexismo, machismo”, declarou.⁵⁷

Em outubro de 2020, a repórter do canal de Sportv Ana Thaís Matos sofreu ofensas online e teve seus dados vazados⁵⁸ após comentar a contratação do jogador Robinho pelo Santos Futebol Clube enquanto ele respondia pelo crime de estupro na Itália. Após as críticas feitas por ela, seu número de celular foi compartilhado em grupos de torcedores dos times que enviaram centenas de mensagens com xingamentos e ameaças de agressão e estupro. A jornalista teve que se ausentar das mídias sociais temporariamente e teve que mudar o número do telefone. Semanas depois, colegas de Ana Thaís contaram no Twitter que entre as mensagens que ela não pode acessar por causa dos ataques estava um alerta de que o estado de saúde do pai dela teria piorado. Ele morreu dias depois do ocorrido.

Em novembro de 2020, três pessoas foram condenadas por ofensas contra a jornalista Madeleine Lacsko, da Gazeta do Povo, cometidas nas mídias sociais. Duas mulheres foram condenadas pela autoria das postagens e um homem por compartilhar a ofensa. Madeleine Lacsko foi acusada de participar de uma conspiração internacional a favor do abuso sexual infantil e de ter ascendido profissionalmente em troca de favores sexuais. Consta no texto da decisão incomum quando vemos casos como esse “a divulgação sem prévia apuração de veracidade configura negligência, senão dolo eventual, na ofensa a honra da vítima” e “A divulgação de textos em redes sociais, em especial quando se trata de assunto que possui grau de ofensividade à pessoa precisamente identificada, implica a assunção de responsabilidade de quem divulgar, compartilhar e aderir, pois quem assim age reitera a ofensa existente e amplifica o âmbito danoso à honra objetiva na medida que multiplica o alcance a terceiros”. Em conversa com a equipe de produção deste manual Madeleine declarou que se prepara para novos processos contra detraidores que atuam na mesma linha. “O que eu consegui e que agora está no documento é que se reconheça um prejuízo laboral pra quem trabalha no mercado digital. Reconhecendo o ambiente digital como um mercado em que o ataque me causa prejuízos laborais, de trabalho, além de todos os outros.”

Também em novembro de 2020, a jornalista Schirlei Alves, do portal Intercept Brasil, recebeu ataques⁵⁹ online após tornar pública as cenas de constrangimento pela qual uma vítima de estupro passou durante o julgamento do homem acusado de dopá-la e estuprá-la numa boate em Santa Catarina. O constrangimento teria partido do juiz e do promotor do caso.

Nos casos como este, de crimes sexuais, dois fenômenos tendem a se repetir. O primeiro é a tentativa de desacreditar a denúncia porque está baseada quase sempre somente na palavra da vítima. E o segundo é a tentativa de desacreditar a vítima expondo informações da sua vida pessoal que verdadeiras ou não nada deveriam ter a ver com a denúncia da violência sofrida. E se a cobertura dessas denúncias é feita por jornalistas mulheres (o que é recomendado por especialistas) esses fenômenos podem resvalar em suas reputações.

No final de 2018, o noticiário brasileiro foi tomado pela série de denúncias de estupro e de abuso sexual cometidos pelo líder espiritual João de Deus. As reportagens partiram do Grupo Globo, canal de tevê e jornal, mas em pouco tempo diversos veículos trataram de alguma maneira do assunto. Hoje é sabido que os primeiros relatos das vítimas surgiram em um grupo fechado no Facebook e jornalistas ouvidas por nós para este relatório contam que a percepção delas de que tais relatos eram verídicos não foi suficiente para que a informação virasse efetivamente uma pauta. Elas teriam sido tão desacreditadas quanto as vítimas. E passado um tempo, quando os relatos cresceram em quantidade e volume, de maneira que foi identificado um padrão que comprovava a violência, os veículos questionavam a idoneidade das vítimas que não queriam, podiam ou deviam ter os nomes expostos. Ainda que as jornalistas que investigavam o assunto afirmassem que a exposição seria fatal para as vítimas, os veículos insistiam em condicionar a veiculação das reportagens - que iria expor o estupro e poderia impedir que novas vítimas fossem feitas - à revelação da identidade das mulheres. Uma das jornalistas cujo nome não citaremos declarou: “Uma vítima de um crime desses nem sempre

tem noção do trauma que vai ser no futuro para ela e para os filhos. Cabe a nós, jornalistas, não esquecer e proteger essa mulher disso”, observou uma repórter que até 2020 cobria os desdobramentos das denúncias contra João de Deus.

Ainda sobre a cobertura desse caso, para este relatório conversamos com um repórter homem e com uma repórter mulher que cobriram as histórias de vítimas e que estiveram em Abadiânia, Goiás, onde fica o centro de cura espiritual. O repórter conta que nunca recebeu nenhuma mensagem ameaçadora online e que com exceção de uma ligação feita enquanto estava em Abadiânia - para onde hoje reconhece que não deveria ter ido sozinho - não se sente em risco. Já a jornalista mulher recebeu uma ligação ameaçando ela e a filha, mensagens ameaçadoras e contou que identificou uma movimentação tão suspeita no em torno da sua casa e que precisou acionar suporte de segurança. A casa dela fica há centenas de quilômetros de distância de Abadiânia.

“Sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma. Essa questão de gênero passa por absolutamente todas as questões. E no jornalismo não é diferente. Se você é mulher é completamente diferente, você está muito mais ameaçada. Mas as pessoas se sentem mais à vontade para jogar uma pedra em você, do que o meu colega, homem. Os dois falam com você de outro jeito. Então eu acho que essa questão é fundamental. Assim, até por todos xingamentos, o tipo de xingamento, a quantidade de xingamento, acho que tudo isso tem a ver com a questão do gênero. Sem dúvida.” - disse repórter do portal Gazeta do Povo, cujo nome não citaremos.

Custo pessoal

O custo pessoal de um jornalista que precisa se proteger de ataques surgidos ou planejados na internet se manifesta de diferentes maneiras. Um jornalista investigativo, com anos de carreira, entrevistado para este relatório, contou sobre a decisão radical que há anos tomou de abrir mão de ter qualquer bem que precise de declaração no Imposto de Renda no próprio nome para não deixar nenhum rastro digital sobre o endereço onde vive com a família.

Numa linha de raciocínio semelhante, o jornalista e podcaster Tiago Rogero relatou que tem uma despesa mensal adicional para que um escritório virtual sirva de referência como cadastro online da empresa que gerencia, dificultando assim o acesso aos seus dados. “Eu sei que os grupos de extrema direita estão se proliferando no mundo com um território muito forte na internet, especialmente nos Estados Unidos, e como o Brasil gosta muito de imitar as coisas que acontecem lá, eu acho que uma das coisas que fatalmente vai acontecer aqui é uma perseguição a pessoas que trabalham com essa que é a minha temática de trabalho hoje, essa área racial, étnico-racial. Eu sei que em algum momento, especialmente se os projetos forem bem sucedidos, em algum momento eles vão entrar no radar dessas figuras. E para me proteger desse momento uma das formas que encontrei, como virei uma pessoa jurídica, foi contratar um escritório virtual para que o endereço que aparece na inscrição da minha empresa seja o endereço desse escritório virtual e não da minha casa onde vivo com a minha mulher. Eu não coloquei o meu telefone pessoal ou da minha casa como telefone da empresa, eu comprei um chip de uma operadora e é o número que fica lá”, revelou Rogero.

Esse risco da circulação de dados pessoais online fez com que em maio de 2020, o editor-chefe e âncora do Jornal Nacional⁶⁰, da TV Globo, William Bonner, viesse a público falar do estelionato que seu filho vinha sendo vítima por pelo menos três anos, situação que Bonner acredita ter relação direta com a exposição que seu trabalho como jornalista demanda. Na ocasião em que falou deste assunto, o apresentador falou dos tratamentos hostis que recebe em locais públicos com acusações sobre seu trabalho e que por conta disso não frequenta mais lugares como restaurantes e cinema para evitar constrangimentos.

As informações pessoais menos técnicas também podem ser usadas contra um jornalista de outras maneiras, como no caso de um repórter do El País Brasil. Ele recebeu mensagens violentas e a irmã dele teve a conta numa plataforma digital invadida. O ataque foi motivado por detratores de um colunista que o repórter entrevistou. Flávia Marreiro, editora do El País Brasil, disse que na ocasião o veículo deu suporte técnico e emocional para ele e para a irmã, que teve a conta de volta. Mas disse reconhecer que nada atenua a culpa que um jornalista sente ao ver um familiar ou um amigo prejudicado, como um dano colateral da sua profissão. “Não sei se ela [a irmã] tinha menos etapas de proteção nas mídias ou se foi mesmo uma estratégia de intimidação, se eles pensaram que o repórter não ia se assustar mas se falasse com a irmã dele sim. E pro jornalista é aquela coisa: ‘por que eu tenho que colocar os meus familiares na reta, se eles não têm nada a ver com isso?’. Então essa é uma estratégia de constrangimento muito eficaz.” - pontuou Flávia.

O custo pessoal de um jornalista atacado também se revela em escala homeopática mas muito frequente na autocensura. Em todas as entrevistas feitas para este relatório os jornalistas observaram que em algum momento da carreira precisaram refletir sobre a dicotomia entre participar do debates virtual, que é legítimo e enriquecedor, mas se expor a um eventual ataque, ou se proteger disso, mas se alijar de discussões relevantes à sociedade. E diante do dilema, todos os jornalistas admitiram já ter ou se eximido do diálogo ou se intimidado a firmar um posicionamento.

Em novembro de 2020, às vésperas das eleições municipais, a Repórteres Sem Fronteiras publicou um comunicado direcionado aos futuros vereadores e eleitos convocando a seguir cinco passos para a manutenção da liberdade de imprensa no Brasil. Entre os passos estava a garantia do acesso à informação e o compromisso com a transparência como práticas que mitigariam o chamado “chilling effect”, em tradução livre, um efeito inibidor. Um fenômeno de desencorajamento do exercício legítimo de um direito constituído por lei, sendo o direito mais frequente suprimido o de liberdade de expressão.

O “chilling effect”⁶¹ foi tema de uma análise dos especialistas em direito Erico Bomfim de Carvalho e João Carlos Velloso no portal Jota que destacaram: “Uma regra exigindo de um crítico a garantia da verdade de todas as suas afirmações acerca de fatos conduza ‘autocensura’. A permissão à exceção da verdade, com o ônus da prova recaindo sobre o réu, não impedirá a disseminação de notícias falsas. De acordo com a regra [que permite a responsabilização], os críticos irão se abster de manifestar suas críticas, ainda que se acredite verdadeiras, e ainda que sejam verdadeiras, em razão da dúvida sobre se a verdade poderá ser provada nos tribunais. Os críticos irão se manifestar apenas em casos ‘absolutamente longe da zona de ilicitude’”.

Em casos mais extremos, a vulnerabilidade do jornalismo em determinadas regiões do Brasil faz escalar o sentimento de autocensura como do caso do comunicador Adécio Piran, do portal Folha do Progresso, no Pará, já citado aqui. Segundo a mesma REpórteres Sem Fronteiras, durante o quarto trimestres de 2020, que engloba as eleições municipais, foram registrados 131 ataques contra a imprensa.⁶²

Impacto relacionado ao trabalho

Durante as entrevistas, os analistas de mídias sociais das páginas e perfis dos veículos constituíram um grupo especialmente abalado pelo discurso de ódio nas mídias sociais. Dos dois grupos de discussão organizados para este relatório, um foi formado exclusivamente por profissionais da área. Eles revelaram como a dinâmica das redes sociais é estressante e faz com que eles não se desconectem das suas funções mesmo na folga e nos momentos de lazer. Um analista de mídias sociais de um veículo tradicional da imprensa brasileira ironizou ao dizer que precisa de um curso ou orientação para que a filha pequena não reclame de que ele está sempre no celular ao invés de estar com ela.

Mais da metade dos profissionais ouvidos realizam o trabalho de monitoramento dos perfis e páginas dos veículos - e em alguns casos páginas e perfis de repórteres e editores - logadas nos seus aparelhos pessoais (computador e celular), tornando quase impossível uma diferenciação do tempo dentro e fora do trabalho. E esse acesso constante pode servir à distribuição de notícias ou à gestão de crises. E quando se trata desse último, as decisões sobre como reagir à crise, como conduzir o problema são tomadas sem treinamento específico ou suporte prévio. O analista precisa especular sozinho o que pode ser melhor ou menos danoso ao veículo ou a um colega de redação.

“O que acontece é que muitas vezes um editor ou um repórter tem a senha da rede social da empresa e ele mesmo posta alguma coisa ou retwitter um post dele e a gente não pode falar nada”, confidenciou um analista de mídias sociais de um portal jornalístico brasileiro que está entre os campeões de acesso no país.

Para o grupo de discussão de analistas de mídias, seria muito importante se houvesse revezamento entre as equipes de moderadores com dias e horários de trabalho diferentes, além de revezamento entre as redes e entre as editorias. Os profissionais relataram que sentem angústia pela exigência frequente para que atuem nas mídias sociais fora de uma jornada de trabalho pré-combinada, entendendo que a exposição exagerada às redes traz danos à saúde mental do profissional. “Falar de saúde mental para nós é o mais importante. Eu só queria que minha filha não ficasse perguntando porque eu estou no celular no fim de semana e não brincando com ela”, declarou o profissional mais experiente do grupo.

Em uma entrevista individual, um gestor de mídias sociais de um jornal conservador chamou atenção para uma orientação específica para a moderação de conteúdos em vídeo, quando jornalistas e entrevistados podem ser atacados, ridicularizados ou humilhados. Um ponto em comum entre as falas desses analistas foi a necessidade de envolver os repórteres na produção das chamadas das suas matérias que vão para as redes sociais, entendendo que essas chamadas são derivados importantes da reportagem original e que uma edição polêmica dessa manchete pode colocar o repórter em risco.

Na empresa ou no veículo que não capacita o seu analista de mídias sociais para situações desse tipo a consequência imediata de um ataque, uma crise ou um post que entra no radar de uma milícia digital recai sobre o profissional em forma de sofrimento e desgaste emocional. “Eu sofri muito a primeira vez que passei por um ataque, tive que ler aquelas mensagens de ódio. Depois passou e eu entendi que não era comigo, que não é para mim. Mas eu queria ter entendido antes”, relatou a analista de um portal de jornalismo independente.

Jornalistas freelancers

É consenso entre os entrevistados para este relatório de que os jornalistas independentes ou freelancers, -- entendendo ambos como o profissional sem vínculo empregatício segundo as leis trabalhistas brasileiras -- ficam em desvantagem quando se trata de seguridade social e de segurança se comparados aos colegas empregados nos veículos. E isso porque além dos benefícios que garantem férias remuneradas, aposentadoria por invalidez, entre outros, somam-se um suporte jurídico (independentemente da capacidade de atuação) e um suporte tecnológico (independentemente dos recursos disponíveis) que inexistem para os freelancers. O trato padrão para a prestação de um serviço jornalístico, seja com veículos nacionais ou estrangeiros, se limita ao assunto, tamanho e valor de um artigo ou reportagem. E raramente os entrevistados contemplam gastos com prevenção de ataques físicos ou virtuais como despesa embutida nesse valor. Mais raro ainda essa especulação sobre segurança vir do lado da empresa jornalística. “Não existe contrato pra freela no Brasil. A gente emite nota fiscal e pronto”, disse um repórter e escritor de não-ficção de maneira categórica.

Em matéria publicada em março de 2020, no site da Abraji, o diretor da Unesco demonstrou preocupação com a exposição de jornalistas ao novo coronavírus e ressaltou a maior vulnerabilidade dos profissionais autônomos.⁶³ Essa atenção específica com os jornalistas freelancers é recorrente em artigos e reportagens de portais nacionais dedicados à profissão, como a própria Abraji⁶⁴ e a Rede Internacional de jornalistas⁶⁵, e internacionais, como o IPI.⁶⁶

A videorepórter Ana Terra Athayde, que atua como freelancer desde 2013, atribui à sorte e às configurações muito estritas de privacidade o fato de nunca ter sofrido nenhum ataque. Além disso, nos trabalhos que realiza com frequência para o canal BBC UK, ela preenche uma extensa avaliação de risco para antecipar problemas, demandas e soluções, um diferencial que a faz se sentir mais segura. Contudo, quando se trata de um protocolo que firme práticas protetivas, o único veículo que apresentou algo semelhante destinado a um colaborador foi o também inglês The Guardian. Mas segundo Ana Terra o protocolo se limita a determinações como a não participação em manifestações ou protestos e à exigência de que não assumam publicamente posições políticas. Para cada trabalho que faz a videoreporter define protocolos de segurança específicos a partir de conversas prévias com outros colegas autônomos que integram grupos fechados dentro do Facebook.

Além da existência de guidelines que contemplem esses profissionais independentes, a diretora e co-fundadora do portal Nexo, Paula Miraglia, defende a eficiência do diálogo do veículo com cada profissional, seja ele funcionário fixo ou não. O mesmo argu-

mento apareceu na conversa com Mariana Della Barba, editora da agência de notícias vinculada à ONG Repórter Brasil. Ela frisou: “É bonito ter protocolo, é ótimo. Mas existe um caminho grande entre você ter o protocolo e aplicar. A chefia acha isso importante ou não? Ou é a empresa? Se não, não adianta nada”. Entretanto, muitos dos jornalistas freelancers entrevistados dizem que a segurança virtual não é pauta levantada nas curtas conversas com editores dos veículos que o contratam.

5. Análise das práticas adotadas

As práticas citadas neste relatório foram adotadas pelos profissionais brasileiros entrevistados, pelos veículos de comunicação aos quais eles integram ou provém de referências nacionais e internacionais citadas nas entrevistas. Elas foram selecionadas por indicarem ser eficientes na prevenção de ataques online, na defesa dos jornalistas assediados ou atacados e na mitigação das consequências de um ataque, seja na vida pessoal ou na prática jornalística.

Moderação e participação nas discussões online

>> Cultura do diálogo

De maneira geral, as entrevistas para esta pesquisa revelaram que os jornalistas e analistas de mídias sociais reconhecem a importância da promoção do diálogo. Segundo os entrevistados, os veículos buscam ampliar esta prática não só nas mídias sociais, mas também em caixas de comentários dos sites, que foram apontadas como uma oportunidade de demonstrar atenção com o leitor e também de apresentar uma postura de vigilância constante para inibir agressores e casos de intolerância incendiados por discursos violentos. É, ainda, uma oportunidade de responder de forma rápida a críticas com dados e informações que revigoram o papel da imprensa no fomento ao debate público qualificado.

CEO do portal Nexo, Paula Miraglia observou que na fundação do veículo havia dois desafios principais: encontrar a linguagem que seria usada e cultivar um espaço de diálogo. A estratégia escolhida pelo site foi investir em um trabalho de interação e resposta a todos os comentários. “A gente tem os nossos termos de uso. Se alguém faz um comentário que não está de acordo, aquele comentário é apagado. Mas a gente vai no privado e fala para a pessoa: ‘olha, seu comentário foi excluído, porque você usou tal e tal palavra. Quer refazer esse comentário e voltar para a conversa?’”. Às vezes, somos igualmente atacados no privado, mas muitas vezes funciona. A pessoa fala: ‘estava de cabeça quente’, ou ‘obrigada por cuidar desse espaço’. Então, ela refaz o comentário e volta. Às vezes, a pessoa vai lá e reclama igual, e fala que foi censurada. Obviamente, tem uma carga gigantesca de subjetividade, mas se você é alguém que acompanha redes sociais, você vai aprendendo um pouco a navegar e entender”, relatou Paula Miraglia.

Para otimizar esse trabalho, o portal Nexo criou uma planilha com as possíveis respostas para as dúvidas e demandas mais frequentes, material criado para ser utilizado por toda a equipe do setor. “Deu bastante trabalho, mas a gente foi lá e criou nossa planilha. Não é uma coisa que é só espontaneidade. Tem estratégia”, explicou a CEO. A tentativa

do Nexo de estimular a reflexão entre os leitores veio acompanhada da necessidade da criação de parcerias que pudessem assessorar o veículo na formulação de respostas. “Outro dia um leitor fez um comentário sobre uma matéria que usava dados do IBGE, e ele foi questionar a classificação de negros, pretos e pardos. Como a gente tem uma parceria com o Afro, que é um centro de estudos de relações raciais do Cebrap, eu fui conversar com eles. É uma coisa que a gente obviamente sabe, mas eu queria dar uma resposta que fosse uma contribuição para o debate. Para além de: está certo, está errado”, reforçou Miraglia.

O El País Brasil adotou critérios mais específicos para a interação com os leitores nas mídias sociais. Flávia Marreiro, editora do portal, atrela a política de bloqueio do veículo às regras de conduta do Facebook: “Quando é algo que entra nos nossos princípios de discurso de ódio, que são discurso de ódio contra alguém, contra negros, contra gêneros ou que tentam estigmatizar um grupo social, aí a gente bloqueia. Até porque esses são os critérios previstos pelo próprio Facebook, né? Mas é um rastreamento manual, feito por só uma pessoa, que tem um monte de coisa pra fazer”, apontou Marreiro.

Faz parte da cultura do diálogo estabelecer uma relação de confiança com o leitor, o que pode significar não só a interação na publicação em que a matéria foi colocada, como acompanhar o desenrolar do compartilhamento desse link e consequentemente o uso da reportagem nas redes. Flávia Marreiro, do El País, contou que existe um monitoramento mais atento quando as matérias caem em grupos de apoiadores do governo. De acordo com a jornalista, no início de 2020, quando a infecção por coronavírus começou a se instalar de forma mais agressiva no Brasil, o senador Eduardo Bolsonaro compartilhou o link de uma matéria antiga, que noticiou como a Itália reagiu num primeiro momento à pandemia, anunciando que não faria lockdown em prol da economia do país. Porém, a matéria e decisão italiana eram anteriores às milhares de mortes que sobrevieram devido à COVID-19. “Nesse dia a gente tomou uma decisão. Não adianta ir lá no perfil dele e só colocar a versão correta, a resposta. A gente editou a matéria e colocou lá no alto que ela era de determinada data. Se uma pessoa entrasse seria a primeira coisa que ela veria. Dizendo a data da matéria e que agora a Itália estava em crise e veja como ela está neste link. E ainda fez uma segunda matéria para que também fosse distribuída nas redes. E aí a gente também colocou no perfil do Eduardo Bolsonaro. E isso é um aprendizado da pandemia”, contou Marreiro.

O jornalista independente Marlos Áypus é o moderador das suas próprias contas de mídias sociais. A partir de sua experiência, ele frisa a importância de se dialogar com opiniões diversas e recomenda que para cada perfil bloqueado por ataques, os jornalistas sigam perfis de ideologias diferentes para que “os colegas não se fechem numa bolha onde o jornalista só troca com quem pensa e age como ele”.

» Formação dos moderadores de conteúdo e analistas de mídias sociais

Ao adotar uma cultura do diálogo um veículo de imprensa vai demandar do trabalho de uma equipe de moderação atenta aos diversos canais de contato entre leitor/espectador/ouvinte e o jornalista/veículo - canais de integração, debate, oposição, mas também espaço onde um ataque pode começar. E a primeira prática fundamental a ser recomendada é o reconhecimento da importância da existência da moderação.

No grupo focal formado por analistas de mídias sociais, observou-se que esses profissionais não só distribuem as notícias, reportagens e artigos nas mais diversas plataformas, com suas diferentes características e formatos, como respondem também pela moderação dos comentários. Há um comum acordo que essas funções sejam complementares mas, ao mesmo tempo, completamente distintas e, portanto, deveriam ser exercidas por mais de um profissional. Essa percepção, assim como grande parte do conhecimento necessário ao exercício do trabalho de distribuição e moderação foram adquiridos empiricamente pelos entrevistados, sem nenhuma capacitação ou treinamento prévio para a moderação. Entre os relatos dos entrevistados, duas situações predominaram: 1) o veículo não possui diretriz de trabalho para o moderador ou, em minoria, 2) possui uma diretriz apoiada somente nos critérios definidos pelas próprias plataformas como banimento de comentários ou perfis que incitam a violência. Mas diante da quantidade de comentários que uma matéria ou artigo pode receber, a quantidade de profissionais trabalhando nessa área - em média dois se revezando por turno - eles dizem que é difícil seguir mesmo essas diretrizes. “As pessoas não lembram que a gente [analista de mídias sociais] está ali. Então, é realmente importante que a gente tenha algum tipo de iniciativa, de guia... Que alguém lembre que também dependemos da nossa saúde mental para trabalhar”, declara a analista de mídias sociais que atua em site de grande repercussão nacional.

Uma jovem que distribui e modera os conteúdos de um portal de jornalismo independente contou que após monitorar uma série de críticas pesadas à reportagem de uma colega, precisou lidar com o sentimento de angústia e ansiedade gerados. “A gente precisa de um psicólogo, um especialista dizendo pra gente como a gente lida com o ódio dos outros, que não é direcionado à gente, mas a gente que tá recebendo”, disse uma das participantes do grupo. Uma colega contribuiu avaliando a importância de uma capacitação que fortaleça o bem-estar emocional. “Entender profundamente essa parte [do ódio direcionado num ataque virtual] é fundamental pra gente continuar trabalhando, se não vamos pifar. Então tem que ter algum tipo de treinamento para a saúde mental, para saber como agir num primeiro momento e ganhar segurança”, pontuou a profissional.

Ainda que a decisão sobre o que fazer e como fazer um comentário que dialogue com o leitor/espectador/ouvinte seja feita sem supervisão e sem divisão entre pares, quando se trata de identificar ataques os analistas entrevistados encontram diálogo, referência e suporte nos repórteres parceiros. Especialmente os que já passaram pela condução de uma crise são fontes importantes de consulta para avaliação de risco.

Outro aliado dos analistas de mídias sociais são os obstáculos tecnológicos como os cadastros demandados no caso de comentários em sites, blogs e grupos fechados. Segundo os entrevistados, a prática de cadastro pode ser eficiente para evitar os ataques de robôs. De todos os veículos que tiveram integrantes entrevistados, somente a Folha de S.Paulo tem um espaço destinado a comentários que podem ser feitos sem cadastro prévio. O jornal O Globo e o portal Gazeta do Povo solicitam um cadastro para que o comentário seja feito e os demais, ou não têm espaço para comentários, ou utilizam uma ponte com o Facebook para que os comentários sejam publicados na rede social. Os profissionais do setor ouvidos dizem que um dos obstáculos para a manutenção desse tipo de interface de diálogo é a falta de pessoal.

Durante o grupo de discussão, profissionais de veículos menores aproveitaram a oportunidade para ouvir orientações dos analistas de grandes marcas do jornalismo na tentativa de conduzir melhor suas práticas. A principal recomendação foi identificar o chamado “hater” e não interagir com seu conteúdo. E caso seja fundamental dar uma resposta, fazer isso em uma publicação à parte sem mencionar o “hater” para que o perfil que ataca não consiga ampliar o seu alcance devido ao canhão de visibilidade das páginas e perfis dos veículos. Essa prática também esteve presente em outras entrevistas, como no depoimento do jornalista Marlos Áypus: “É importante pra gente entender como funciona o algoritmo das redes sociais, porque a gente não vai ler tudo e nem todo mundo vai ler a gente. O algoritmo vai selecionar alguma coisa pra gente ler e vai pegar o que a gente publica e entregar para um público seletivo. [...] No momento em que eu não controlo quem está interagindo comigo e está todo mundo me xingando, o algoritmo começa a achar que o público que gosta de mim é aquele que está me xingando. Então, naturalmente o conteúdo que eu gero vai pra essa bolha muito tóxica.”

Protocolos de segurança online

Poucos veículos têm protocolos sólidos a respeito, e os capítulos ou parágrafos que abordam a segurança dos profissionais fazem de diferentes maneiras e em diferentes profundidades. E os jornalistas que buscam referências por conta própria também percorrem endereços online que vão desde os sites de organizações internacionais a grupos fechados dentro do Facebook. Em comum, buscam relatos que possam inspirar novas maneiras ou maneiras mais eficazes de antecipar um ataque.

A criação de um protocolo de segurança cibernética único, de fácil acesso e atualização constante é a base de trabalho para um veículo preocupado com a segurança digital e física dos seus colaboradores. A redação desse protocolo não deve subestimar estratégias conhecidas como o uso da navegação em janelas anônimas e a autenticação de dois fatores. A editora da Agência Repórter Brasil, Maria Della Barba, utiliza o Protonmail⁶⁷ para compartilhar documentos e resultados de apurações sigilosas ao invés dos drives mais comuns. No El País Brasil, o contato com fontes que podem trazer riscos só deve ser feito pelo perfil oficial do veículo, não pelas contas pessoais dos repórteres, “para não atrair um eventual backlash para os nossos perfis pessoais”, explicou uma repórter.

A profissional contou ainda que a comunicação através do perfil oficial do veículo foi usada recentemente na cobertura dos protestos em frente a um hospital onde uma

menina de 10 anos passaria por um procedimento de interrupção de uma gravidez fruto de um estupro. “Discutimos por qual meio deveríamos entrar em contato com esse grupo de radicais que estavam atrás da criança. Usamos a conta do Instagram do jornal, porque como os Instagrams são muito mais pessoais, ia ser um risco, um dano, uma exposição pro jornalista, e eles não estavam em nenhuma outra rede, somente no Instagram”, observou.

Um dos analistas de mídias sociais entrevistado recomendou a criação de sistemas pessoais, com planilhas ou anotações, para documentar mensagens ou comentários considerados especialmente ameaçadores e documentar perfis de perseguidores. No caso de repórteres, freelancers ou não, enviados para coberturas específicas em locais que apresentem riscos, a Agência Repórter Brasil utiliza um aplicativo de geolocalização para acompanhar o repórter à distância e só publica informações que possam colocá-los em risco quando eles deixam a cidade onde estavam e já se encontram em local considerado seguro.

Marcelo Tressäl, diretor da Abraji, indicou que a Associação tem um guia para lidar com assédio virtual⁶⁸ desde 2018. O documento inclui recomendações como diferenciar contas profissionais e pessoais, sites gratuitos para a geração de senhas, sites internacionais que ajudam no mapeamento de riscos e de organizações que podem ser acionadas como redes de apoio.

No entanto, quando um ataque acontece de fato, todos os entrevistados afirmam que a comunicação com as plataformas continua sendo um ponto sensível, que em alguns casos funciona e em outros não, que em alguns casos é relativamente ágil e em outros nunca houve resposta para o pedido de denúncia e retirada de conteúdo. Quanto a isso, Marlos Áypus diz que a solução pode estar num projeto criado junto às empresas de mídia social: “Se a imprensa consegue montar um consórcio para apurar os números de vítimas do coronavírus, consegue fazer o mesmo para lidar com esse problema [ataques a jornalistas]. A imprensa está sendo atacada, não é o jornal A e o jornal B”.

Em 2020, o jornal O Globo oficializou a recomendação de que seus jornalistas concentrassem comunicações sensíveis e informações de apuração nos seus e-mails profissionais. E recomendaram a instalação do aplicativo Microsoft Authenticator para o acesso aos emails por celular. Uma instalação que acontece de maneira sincronizada com o computador onde o software de e-mail foi inicialmente instalado. No comunicado oficial há ainda um procedimento para o acesso através de telefones temporários com autenticação feita por ligação telefônica ou mensagem de texto.

No capítulo intitulado Redes Sociais do manual da Folha de S.P, atualizado em março de 2019, disponível no site do jornal⁶⁹ constam as seguintes recomendações:

- » Postagens que exponham a vida privada podem ter consequências na vida profissional. Exibir a intimidade em redes sociais pode prejudicar a imagem de discrição e comedimento esperada do jornalista. O cuidado vale também para sites ou aplicativos de comunicação entre pessoas ou grupos, sujeitos a invasões ou quebras de sigilo.
- » Jornalistas que façam uso intensivo das redes sociais para fins pessoais devem considerar a possibilidade de criar um perfil exclusivo para as atividades profissionais. Também devem cogitar a alternativa de restringir o acesso de terceiros não autorizados a suas contas pessoais (por exemplo, com perfis abertos somente para amigos). A iniciativa pode ajudar a evitar situações constrangedoras com fontes ou leitores, mas não representa um salvo-conduto para ignorar as orientações deste “Manual” na conta privada.
- » Se a rede social permitir, considere a possibilidade de ocultar sua lista de contatos. Essa iniciativa, no entanto, não permite ignorar outros cuidados mencionados nesta seção.
- » Seja prudente ao interagir com personagens do noticiário nas redes sociais. O contato descuidado pode criar uma percepção de intimidade ou de camaradagem nocivas para a imagem do profissional e do jornal.
- » Tenha cuidado ao compartilhar conteúdos externos. O ato pode ser interpretado como endosso à opinião ou à veracidade da notícia. Ao postar conteúdo opinativo ou polêmico de terceiros, adicione uma introdução neutra. Exemplo: Dilma atacando o ex-vice. @dilmabr: “A onda regressiva do governo golpista vai se agravando”.
- » Escrever no perfil frases como Compartilhar não é apoiar, RT não é igual a endosso ou As opiniões são pessoais pode ser útil, mas não substitui as demais orientações desta seção.

Estratégias de enfrentamento individuais

Devido à ausência de políticas de enfrentamento ao assédio virtual contra jornalistas e a não institucionalização de protocolos de proteção nas redações, muitos profissionais experientes e novatos implementam práticas individuais para se relacionar nas mídias sociais. E parte dessas práticas, cuja eficiência foi testada de maneira empírica pelos entrevistados, são compartilhadas aqui. A criação de dois perfis na mesma plataforma, um privado de cunho pessoal para amigos e familiares e outro profissional de modo público, foi considerada eficiente pelos entrevistados, mesmo por aqueles que por algum motivo pessoal ainda não adotaram a prática. Os que não empregam, optaram por limitar muito sua participação em uma ou mais plataformas e com clareza na finalidade profissional ou pessoal de seu uso. Quase todos têm os perfis do Instagram fechados, por considerarem os registros de fotos mais pessoais, e os perfis do Twitter abertos, por ser uma rede muito utilizada pelos pares de profissão.

Marcelo Tressäl recomendou “um auto-doxin pra ver o que está aberto online, o que está na internet a seu respeito para se preparar e saber o que pode vir à tona em algum momento”. O profissional revelou não ter a esposa ou parentes nas mídias sociais para

dificultar o rastreamento dessas contas. Alan de Abreu, repórter investigativo da revista *Piauí*, usa equipamentos coringas, oferecidos pelo veículo, com suporte da equipe de Tecnologia da Informação, para impedir qualquer rastreamento de informações dos jornalistas. Já Humberto Trezzi, do Grupo de Investigação da RBS, afiliada da TV Globo no Rio Grande do Sul, só usa um aparelho fornecido pelo veículo para contactar fontes e personagens. Ana Terra Athayde, repórter freelancer, criou categorias diferentes de privacidade para autoridades, possíveis fontes ou personagens, colegas de trabalho, amigos pessoais e familiares dentro do Facebook.

Recursos legais

A necessidade de uma interface de comunicação e de troca de conhecimento entre o universo jornalístico e o jurídico quando se trata de responder a um ataque virtual faz com que seja fundamental tratar de práticas legais num documento como este. Muitos dos ataques sofridos por jornalistas são tipificados na legislação brasileira como crimes contra a honra, sendo eles: calúnia, injúria e difamação. O que é notável é a ausência de conhecimento pelos jornalistas dos recursos legais relevantes para o exercício da profissão e defesa de seus direitos - salvo raras exceções de palestras ou eventos pontuais em que os profissionais da redação e do jurídico dialogavam.

Em um dos grupos de discussão, um dos analistas de mídias sociais entrevistado passou a se precaver depois de um ataque grave sofrido por integrantes do jornal. A partir desse episódio ele aprendeu a sistematizar um método de recolhimento de provas dentro de um cronograma que inclui capturas de telas de possíveis ataques, além de registros sobre o ataque. Mensagens ou imagens ofensivas, datas e horários, nomes e perfis usados pelo assediador também são úteis na denúncia às autoridades responsáveis. A ausência desse conhecimento pela categoria pode ser percebida pela atenção que o relato atraiu dos outros colegas no grupo. A maioria admitiu não saber sequer por onde começar a recolher provas de um ataque.

Não há consenso entre os entrevistados sobre a possibilidade ou mesmo oportunidade de judicialização de ataques virtuais contra jornalistas. A exceção de casos pontuais e de grande repercussão, há pouco conhecimento disseminado sobre recursos legais dos entrevistados. A ofensiva contra Patrícia Campos Mello é novamente a mais marcante. Em maio de 2020, a Abraji estabeleceu um convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em que jornalistas atacados, assediados e/ou intimidados virtualmente podem receber uma assessoria jurídica básica. Em agosto foram divulgados os dois primeiros casos incluídos no convênio. “No caso do convênio com a Abraji, a OAB não acompanha um processo inteiro. Ela diz: você tem que fazer tal coisa, fazer o BO, vai ao cartório fazer um registro formal das provas, etc. Mas eles não acompanham o processo. Acho que nem poderiam enquanto OAB”, explica Marcelo Tressäl, atual diretor da Abraji.

E entendendo que o suporte aos jornalistas precisava durar mais, o que inclui altas despesas, em 2021, a Abraji lançou um Centro de Proteção Legal para jornalistas jornalistas⁷⁰ com o objetivo de custear processos movidos contra profissionais de imprensa no Brasil. O centro conta com apoio financeiro da Media Defence⁷¹, organização internacional de direitos humanos.

Redes de apoio

A mesma importância dada às práticas para tentar antecipar um ataque e para denunciar e se defender de um assédio virtual deve ser dada às práticas cuja finalidade é ajudar o jornalista a conviver com a iminência de um ataque e a superá-lo sem graves prejuízos à saúde mental. Ao analisar as práticas relatadas neste sentido durante as entrevistas se destaca o depoimento de uma jornalista vítima de um ataque de proporção considerável compartilhado conosco em um dos grupos de discussão. Ela disse de maneira peremptória que a rede de colegas de profissão que se formou também virtualmente atenuou as angústias do período mais crítico seguido do ataque. Contou que a resposta rápida que esse grupo deu a ela, assumindo a gestão da crise nas suas redes, moderando os conteúdos nocivos, banindo perfis que incitavam a violência e compartilhando com ela apenas o que fosse necessário ao seu trabalho foi fundamental para lidar com a crise. “O próprio jornalista [depois de sofrer um ataque] não tem estômago ou paciência para olhar as mensagens e ver se tem algo relevante entre esses milhares de ataques horróridos. Então alguém tem que fazer isso com o jornalista. Tem que ter uma rede de apoio. Não dá para pedir que o jornalista que está sob ataque para ele revisar as milhares de mensagens que ele vai receber”, reforçou Renata Ester, do Comitê de Proteção aos Jornalistas.

Ainda que não seja uma iniciativa institucionalizada circunscrita a cada veículo, o incentivo à integração de redes extra-corporativas, com os colegas de profissão é uma prática considerada importante entre os entrevistados e que pode ser incentivada por supervisores. “É uma troca de ideias entre colegas. Não existe um cara dentro do jornal que me socorra quando eu precisar. Eu acho que não tem essa figura assim. (...) Acho que não é mais uma troca de ideias entre os colegas. A gente se ajuda porque está mais ou menos todo mundo no mesmo barco, a gente também não sabe, ninguém sabe como lidar com aquilo.”, declarou de maneira anônima uma repórter que cobre política local no sul do país.

A prática de apoio entre pares tem sido utilizada não só como uma forma de prestar solidariedade ao jornalista atacado, mas também como um mecanismo para atuar na busca por justiça e reparação à categoria como um todo, como nos revelou a editora de projetos especiais de um portal no centro-oeste, “Eu tive casos de pessoas próximas que a gente juntou aí o grupo de apoio, um grupo de jornalistas, para fazer uma denúncia, todo mundo junto de uma pessoa que estava difamando uma colega.”

Foi unânime entre os entrevistados para a importância de que supervisores e executivos estejam atentos aos desafios e aos contextos de trabalho de cada profissional e fomentem um ambiente profissional de suporte e apoio a essas realidades. Especialmente a extensa cobertura jornalística da pandemia de Covid-19 no Brasil mostrou que a cultura organizacional de veículos de comunicação precisa refletir flexibilidade e adaptabilidade para promover práticas que deem suporte aos profissionais em tempos de crises. Um exemplo da influência da cultura organizacional neste período é o relato de uma editora da Repórter Brasil: “[A Repórter Brasil] tem uma preocupação muito grande com a saúde mental dos repórteres. É uma questão de todos os níveis. Da diretoria mesmo. Então, quando começou a pandemia, eles rapidamente falaram pras editoras

que tinham filho: “o que você quiser fazer, você pode fazer. Se quiser parar de trabalhar, se quiser trabalhar uma hora, se quiser trabalhar só à tarde, só de manhã... Fica à vontade. Não vai ser nada cortado do seu salário, você tem que se preocupar com seus filhos, eu sei que está difícil para todo mundo”. E esse tipo de coisa, eu acho que conta demais. Se a gente percebe também que algum repórter não está bem, não está rendendo. Daí também a coordenadora liga: “o que está acontecendo? Você está bem? Quer ficar uns dias aí, pegando leve, só se informando sobre a sua área e tal?”. Então, tem isso. Com estagiário também a gente tem essa preocupação.” descreve a editora do veículo.

Mesmo fora de uma situação de assédio, os entrevistados concordaram que os jornalistas expostos a situações mais sensíveis como uma cobertura de eventos complexos ou, como no caso da pandemia, um trabalho feito em condições que estão longe do ideal, devem contar com suporte psicológico dentro dos veículos. Uma prática adotada pelo portal Nexo logo que o isolamento social se estabeleceu no Brasil no início da pandemia foi fechar uma parceria com um grupo de psicólogos da Sociedade Brasileira de Psicanálise para oferecer atendimento aos seus jornalistas.

Segundo Ana Terra Athayde, que contribui como freelancer para a BBC brasileira e inglesa, a emissora tem uma visão sobre a importância do suporte psicológico para o trabalho do jornalista semelhante à relatada pela diretora e fundadora do portal Nexo, Paula Miraglia. “A BBC fez um treinamento justamente de trauma com a gente, falou que se estivesse qualquer questão, um dano psicológico, não estivesse se sentindo bem, a gente poderia acionar a parte de apoio psicológico da empresa”.

A jornalista freelancer também nos contou que há grupos fechados e seguros no Facebook com constantes dicas e informações para jornalistas freelancers que atuam no Brasil e nos Estados Unidos que compartilham, entre outras coisas, dicas para realizar seu trabalho de maneira segura em cada país. Maria Della Barba chamou atenção para o fato de que o guideline supera a compreensão das demandas emocionais de determinadas coberturas jornalísticas por parte das lideranças das redações, ou supera o diálogo numa redação que introjetou a importância da saúde mental na profissão.

As redes de apoio podem se desdobrar em ações entre os veículos, como a decisão anunciada em 2020 de que determinados veículos retirariam seus profissionais do chamado “cercadinho”, espaço no qual o presidente tradicionalmente responde a questionamentos de jornalistas próximo ao Palácio da Alvorada, em Brasília. O ato só teve impacto e se tornou emblemático porque foi acordado por diversos veículos como uma ação coletiva com o intuito de marcar uma posição sobre os ataques feitos à imprensa por parte do presidente, e desencadeou uma ação ação civil pública⁷² assinada pelo Instituto Vladimir Herzog, a Federação Nacional dos Jornalistas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, o coletivo Intervezes e as ongs Repórteres sem Fronteiras e Artigo 19 exigindo novas medidas de segurança para jornalistas e comunicadores atuarem no local.



FACEBOOK
JOURNALISM
PROJECT

Protocolo de apoio para salas de redação e jornalistas vítimas de assédio virtual



Perspectivas da Finlândia, Alemanha,
Polônia, Espanha e Reino Unido

Introdução

1. Metodologia e escopo

Este estudo analisa as boas práticas adotadas por redações europeias visando combater o assédio no ambiente online e os ataques virtuais contra mulheres jornalistas. Este recorte de gênero reflete o fato de que jornalistas do gênero feminino têm sido alvos de abusos distintos e mais violentos no ambiente online do que seus colegas do sexo masculino. Ao mesmo tempo, muitos aspectos envolvendo os esforços das redações para proteger os jornalistas são igualmente relevantes para ambos os gêneros, e os ataques a jornalistas devem ser vistos como parte de um fenômeno maior que visa silenciar a imprensa por meio de ameaças, insultos, campanhas difamatórias e outras formas de abuso relacionadas. Portanto, este estudo examina a proteção das jornalistas do sexo feminino como parte de uma análise mais ampla sobre as estratégias adotadas pelas redações para conter os ataques virtuais a todos os jornalistas.

O estudo é baseado em dados coletados pelo IPI em cooperação com o Gabinete do Representante para a Liberdade de Imprensa da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) durante reuniões presenciais com jornalistas, analisadas de mídias sociais, editores, juristas e analistas no período entre abril e Ju de 2018 em cinco países participantes da organização: Finlândia, Alemanha, Polônia, Espanha e Reino Unido. Ele está estruturado em duas seções, sendo elas: (1) uma análise geral sobre o tema na Europa e (2) relatórios sobre a situação atual nos cinco países visitados.

A pesquisa foi realizada em 45 redações, onde foram feitas entrevistas com editores, especialistas em moderação de conteúdo e jornalistas. A pesquisa incluiu ainda entrevistas com especialistas em comunicação da sociedade civil e do meio acadêmico. Além disso, oito grupos de discussão com mulheres jornalistas e freelancers foram formados para discutir possíveis medidas para conter os ataques especificamente contra esses grupos e prevenir seus impactos emocionais e profissionais.

A seleção dos países foi pautada pelo desejo de reunir a experiência de jornalistas que atuam em diferentes realidades socioculturais e políticas. Em cada um dos países, a pesquisa incluiu jornalistas de organizações de notícias de portes variados, ou seja, tanto as que contam com uma equipe própria dedicada à moderação de comentários em mídias sociais, quanto aquelas em que os próprios jornalistas interagem com o público, mesmo limitados por restrições de tempo. Da mesma forma, participaram jornalistas que trabalham em capitais e cidades menores, com vínculos contratuais variados com seus veículos de comunicação.

A pesquisa examinou especificamente as medidas implementadas pelas redações em quatro áreas: mecanismos de pré e pós-moderação para comentários postados em seus sites e nas mídias sociais; estratégias de apoio psicossocial; assistência jurídica; e, por fim, coordenação com plataformas de mídias sociais visando combater campanhas de abuso contra jornalistas no ambiente online.

A pesquisa sobre assédio virtual contra mulheres jornalistas incluiu uma variedade de aspectos relacionados:

- » uma análise do contexto de ocorrência dos ataques, focada nas pautas específicas que tendem a motivar ondas de ódio no ambiente online;
- » uma análise do problema, ou seja, o exame dos tipos de ataques e assédio a que jornalistas estão sujeitos em virtude de sua profissão;
- » uma análise das consequências do assédio virtual sobre os jornalistas atingidos, as quais incluem autocensura, desgaste emocional e perda de credibilidade resultante de campanhas difamatórias;
- » e, por fim, abrangendo a maior parte da pesquisa, uma análise das práticas adotadas por redações e jornalistas a fim de prevenir ataques virtuais, proteger os jornalistas atingidos e limitar as consequências desses ataques sobre a capacidade dos jornalistas de exercerem sua profissão sem temer retaliação e, da mesma forma, sem recorrer à autocensura.

Antes de analisarmos tais questões mais profundamente, é preciso destacar que este estudo não pretende demonizar ou sugerir a criminalização das mídias sociais, as quais desempenham em nossa visão um papel fundamental na consolidação e no desenvolvimento da democracia em muitos países.

2. Mulheres jornalistas sob ataque

Embora os tantos jornalistas, editores, gerentes e outros especialistas que contribuíram para este estudo tenham tido a oportunidade de falar sobre o problema do assédio virtual a partir de perspectivas de gênero neutras ou específicas, houve um consenso quase pleno em todos os países e organizações visitados que não apenas as mulheres jornalistas são alvos mais frequentes de ataques virtuais, mas os ataques perpetrados contra elas são especialmente violentos e altamente sexualizados.

Não restam dúvidas quanto à relação entre a natureza das pautas e o ódio dirigido às jornalistas através dos canais de comunicação online. A cobertura de temas delicados e que fomentam a polarização traz consigo uma possibilidade significativa de assédio. Mesmo assim, enquanto os homens tendem a ser criticados, insultados e ameaçados com base em sua produção profissional (ou seja, o conteúdo das notícias e postagens em mídias sociais), os ataques contra mulheres se concentram principalmente na própria figura da jornalista e suas características físicas.

Os especialistas e profissionais que contribuíram para esta pesquisa concordam que o assédio com recorte de gênero merece atenção especial. Da mesma forma, os ataques violentos e sexualizados são vistos como particularmente graves e constituem um enorme desafio à capacidade de trabalho das jornalistas e são um reflexo alarmante de sentimentos misóginos latentes e generalizados, presentes em nossas sociedades, e que em última análise contribuem para a legitimação e a normalização de tais sentimentos.

Portanto, há consenso entre jornalistas e gerentes de organizações de notícias quanto à importância de adotar estratégias visando a promoção de interações saudáveis tanto nas seções de comentários das plataformas de notícias online, quanto nas mídias sociais.

Curiosamente, vários colaboradores apontaram que os ataques dirigidos às mulheres são frequentemente de natureza semelhante aos dirigidos a jornalistas que – com base em seus nomes ou características físicas – são percebidos como estrangeiros ou pertencentes a minorias étnicas ou religiosas. Na Polônia, por exemplo, jornalistas considerados judeus foram alvos de ondas violentas de ataques virtuais motivados por sua identidade/crença religiosa (ocasionalmente interpretada equivocadamente). Na Alemanha, indivíduos oriundos de famílias turcas ou pertencentes à comunidade muçulmana em geral têm sido vítimas de ataques virtuais violentos com mais frequência do que seus colegas, especialmente quando cobrem pautas relacionadas à migração.

Para as mulheres jornalistas que também se identificam como membros de minorias étnicas ou religiosas, o assédio pode se tornar ainda mais extremo. Para elas, cobrir um tema contestado significa essencialmente enfrentar uma avalanche de ódio e ameaças virtuais.

Em entrevista ao IPI, Layla-Roxanne Hill, diretora da cooperativa de jornalismo investigativo escocês The Ferret e presidente do Comitê de Trabalhadores Negros da Central Sindical Escocesa, apontou que “as pessoas encontram uma dimensão extra para atacar” pessoas não-brancas ou minorias étnicas.

“Você encontrará escritoras, especialmente muçulmanas, que serão acusadas de tentarem promover certa ideologia religiosa simplesmente por conscientizarem os demais sobre aquilo que está acontecendo a elas ou sua comunidade”, disse Hill. “Há sempre uma ‘alteridade’ que terá precedência sobre ser uma mulher jornalista quando você sofre um ataque virtual, [...] de modo que o custo emocional a pagar envolve isolamento, solidão e raiva”.

A situação pode se agravar ainda mais caso a jornalista trabalhe à frente das câmeras e seu rosto seja reconhecível pelo público. “O problema é que esse ódio agora está se espalhando pelas ruas: Jornalistas estão sendo atacadas”, disse Dunja Hayali, uma conhecida jornalista da televisão alemã, em 2016⁷³. Hayali, que tem sido alvo de campanhas virtuais cruéis ao cobrir a chamada “crise dos refugiados”, descreveu um episódio em que uma pessoa se aproximou dela enquanto ela fazia compras e berrou palavras violentas contra ela.

Mònica Terribas, uma renomada jornalista de rádio da emissora pública catalã, tornou-se alvo de ataques nas mídias sociais por grupos de extrema-direita em meio ao debate contínuo sobre a independência catalã. A campanha online contra Terribas acabou resultando em um incidente em 27 de outubro de 2017, quando dezenas de manifestantes de extrema-direita apedrejaram seu estúdio.

As experiências de jornalistas como Dunja Hayali e Mònica Terribas revelam como o assédio no ambiente online pode rapidamente se transformar em, e até mesmo legitimar, ataques físicos.

Os especialistas que participaram deste estudo discutiram se as mulheres são os principais alvos de ódio no ambiente online porque os agressores se aproveitam da misoginia presente na sociedade para garantir que suas mensagens atraiam mais atenção e se espalhem mais rapidamente, ou porque a promoção da misoginia na sociedade é em si um dos objetivos do abuso perpetrado no ambiente online.

No entanto, os participantes de todos os países concordaram que silenciar jornalistas cobrindo pautas contestadas política ou socialmente, e que expressam opiniões diversas, é o objetivo final dos ataques virtuais. Por um lado, o silenciamento é alcançado pela disseminação de medo e autocensura entre jornalistas e, por outro, pela tentativa de desacreditá-los aos olhos do público, o que, por sua vez, acarreta perda de confiança – o bem mais precioso dos jornalistas – ou de seus empregos.

3. Pautas que podem motivar ataques virtuais

Embora jornalistas tenham enfrentado assédio por cobrir todos os tipos de pautas, nos cinco países analisados neste estudo, os profissionais afirmaram que o assédio no ambiente online tende a se relacionar com a cobertura de temas particularmente delicados e controversos. Esses tópicos diferem de país para país, mas compartilham pontos em comum. A cobertura de pautas sobre refugiados e migração, por exemplo, tem sido um gatilho para o assédio contínuo na Finlândia, Alemanha, Polônia e Reino Unido nos últimos quatro ou cinco anos. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem sido uma questão particularmente polêmica na Finlândia e na Polônia. Recentemente, na Espanha, a discussão em torno do movimento de independência catalã gerou ataques a jornalistas de todo o país. A cobertura sobre aborto tende a desencadear ataques na Polônia; o mesmo ocorre com a cobertura dos movimentos de extrema-direita na Alemanha e na Finlândia. Matérias interpretadas como favoráveis aos direitos LGBTQI+, ou à agenda feminista, parecem desencadear uma reação no ambiente online de todos os países estudados, especialmente na Espanha, após manifestações em apoio à igualdade de gênero nas principais cidades que coincidiram com o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2018.

4. A natureza dos ataques: semelhanças entre países

Embora os jornalistas pareçam estar cientes de que pautas podem levar a episódios de abuso online, a questão mais difícil de responder continua sendo se os ataques perpetrados são coordenados, ou seja, se as mensagens de ódio são disseminadas por bots ou por inúmeros agressores reais; e se os agressores expressam sentimentos que genuinamente defendem ou estão agindo em prol de uma agenda específica, possivelmente até em troca de compensação financeira.

Este estudo não pretende responder a essas perguntas no que diz respeito aos países pesquisados. Contudo, vale notar a existência de certos padrões revelados por anos de pesquisas conduzidas pelo IPI no âmbito das campanhas de assédio no ambiente online. De modo geral, um ataque coordenado não é apenas uma reação a uma opinião expressa ou a uma informação divulgada por um jornalista, mas sim parte de um esforço concentrado para assumir o controle da narrativa. As campanhas de assédio virtual geralmente

resultam de um tweet ou postagem feito por uma figura influente, normalmente um representante de um partido político ou movimento, nomeando abertamente os jornalistas atingidos ou fornecendo informações que os tornam facilmente identificáveis. A mensagem é imediatamente passada adiante por um grupo de usuários próximos à figura de influência em questão. Na fase seguinte, os seguidores e a fanbase dos usuários anteriormente descritos divulgam organicamente a mensagem, transformando-a em um trending topic. Nesta fase, também é comum encontrar um número elevado de perfis anônimos, normalmente criados recentemente, que participam da distribuição da mensagem. Esses perfis são geralmente contas em mídias sociais gerados por computador, também conhecidos como bots.

Eventualmente, sites e veículos de comunicação próximos à figura de influência original ou que apoiam uma ideologia semelhante cobrirão as críticas generalizadas dos jornalistas atingidos, dando credibilidade à campanha online e reforçando a ideia de que os jornalistas e as notícias e opiniões compartilhadas por eles não são confiáveis. Isso também legitima novos ataques.

As revelações sobre a existência de “fábricas de trolls” e campanhas organizadas em vários países da Europa tornam difícil avaliar quanto do ódio disseminado no ambiente online é um reflexo de sentimentos sociais reais e quanto é gerado como parte de um esforço coordenado para intimidar e desacreditar jornalistas. Compreender a identidade e os motivos dos agressores é uma questão de interesse para muitos jornalistas atingidos, até o ponto em que se torna um tipo de mecanismo de enfrentamento. Jornalistas entrevistados pelo IPI nesta pesquisa relataram ter analisado a fundo as possíveis identidades de seus agressores com base em seus perfis online, como parte de um esforço para assumir o controle da situação por meio da compreensão das razões para as ondas de ataques que de tão pessoais parecem totalmente incompreensíveis.

“Um dos melhores mecanismos de enfrentamento para mim foi superar o fato de que isso estava acontecendo comigo, que eu não era uma vítima e poderia usar isso no meu trabalho”, disse a jornalista freelancer azerbaijana Arzu Geybullayeva, em entrevista ao IPI. “Comecei a salvar os links dos textos [direcionados a mim], capturar screenshots dos posts [abusivos] do Facebook e comentários no site, e um ano depois tive a oportunidade de escrever sobre isso. Apresentei o caso sobre trolls no Azerbaijão a um dos veículos para o qual estava trabalhando e, é claro, minha história pessoal foi uma das partes principais do artigo. Eu não foquei tanto na minha história [mas mais] sobre o quanto eles [os trolls] são eficazes no âmbito de certos eventos políticos, como o governo os recruta, de onde vêm, etc.”.

Nossa pesquisa também encontrou semelhanças nos tipos de ataques virtuais contra mulheres jornalistas na Europa. Eles podem ser organizados nas seguintes categorias:

Depreciação

São mensagens que visam menosprezar o trabalho jornalístico das mulheres simplesmente por elas serem mulheres. As mensagens costumam ser condescendentes e questionam a competência da jornalista para realizar seu trabalho. Isso ocorre com mais

frequência a mulheres cobrindo pautas em áreas historicamente dominadas por homens, tais como política, economia, tecnologia e esportes.

Uma jornalista disse ao IPI: “Tenho a impressão de que não tenho o direito de ter opinião só porque sou mulher”.

Outra jornalista na Polônia se recorda de ter recebido mensagens que perguntavam: “Como você poderia saber algo sobre a história da Polônia se você é mulher?”.

Em alguns casos, o nome das jornalistas é usado no diminutivo.

“Nunca nenhum dos colegas que me precederam (no noticiário matinal nacional espanhol Hoy por Hoy na Cadena SER) teve seu trabalho criticado pelo uso do diminutivo de seu nome”, explicou a jornalista espanhola Pepa Bueno”. No meu caso, quando querem menosprezar uma opinião que expressei no editorial da manhã, eles me chamam de ‘Pepita’. Isso é muito frequente. Digamos que isso seja o chamado assédio ‘brando’”.

Insultos machistas

São mensagens que visam humilhar as jornalistas por conta de sua aparência física, sem necessariamente fazer referência ao seu trabalho jornalístico.

Por exemplo, algumas mulheres jornalistas polonesas relataram que a maioria dos comentários abusivos endereçados a elas se referiam a elas como “gordas” ou “feias”, ou como “vagabundas” ou “prostitutas”, em referência a seu estilo de se vestir. Esse padrão está entre os mais comuns observados em todos os países analisados.

- » Ameaças explícitas e veladas de violência sexual ou morte
- » Ameaças explícitas são mensagens ameaçadoras que expressam abertamente o desejo de morte ou violência física contra jornalistas, assim como advertências diretas de morte ou violência física.
- » Ameaças veladas ou indiretas tendem a ser mensagens aparentemente inofensivas, mas que são interpretadas como ameaçadoras pelo receptor. A natureza intimidatória dessas mensagens geralmente é deduzida a partir do contexto.

Ameaças e ofensas a familiares e parentes

Os jornalistas também relataram que seus familiares e colegas também podem ser alvos de ameaças, insultos ou mensagens humilhantes. Além disso, as mulheres jornalistas têm sido alvo de mensagens que ameaçam ou mencionam os filhos, aspecto visto com muito menos frequência entre jornalistas do sexo masculino.

Por exemplo, houve um caso em que um usuário anônimo escreveu para uma jornalista que estava recebendo muitas críticas e insultos no Twitter à época: “A propósito, você deu à luz recentemente, como está o seu filho?”.

“No caso das mães, quando a violência atinge seus filhos, você não se sente mais a única pessoa vulnerável”, disse a jornalista espanhola Cristina Fallarás. “Quando você recebe uma mensagem às 7 da manhã dizendo, ‘vamos matar seus filhos de cinco e 10 anos’, é claro que isso transforma sua vida”.

Campanhas que visam desacreditar o trabalho de jornalistas

São mensagens cujo objetivo é questionar conteúdos que a jornalista publicou, seja fazendo referência à sua capacidade intelectual, seja por alusão ao fato de que tais conteúdos refletem o interesse pessoal ou partidário da própria autora. Esse tipo de ataque também é observado contra jornalistas do gênero masculino, mas no caso das mulheres os ataques costumam ser acompanhados por mensagens de caráter machista, depreciação e humilhação.

Outro tipo de ataque especificamente voltado a depreciar o trabalho de uma jornalista é vincular seu sucesso profissional à sua vida amorosa. Muitas das jornalistas que participaram deste estudo afirmaram ter recebido comentários nas mídias sociais relativos aos “favores sexuais” que supostamente teriam oferecido para alcançarem os cargos que ocupam atualmente.

5. A busca por soluções

A tendência crescente de assédio virtual contra jornalistas, a natureza particularmente cruel dos ataques contra mulheres jornalistas e as consequências para a profissão e a liberdade de imprensa como um todo formam um panorama no qual jornalistas e diretores de redação de todos os países reconheceram durante o curso desta pesquisa.

Ao mesmo tempo, atualmente os editores e gestores de mídia afirmam ter pouca esperança quanto ao enfrentamento dessa questão, principalmente através de meios legais ou mídias sociais.

Os ataques virtuais podem constituir um tremendo impacto psicológico para os jornalistas, assim como afetar sua capacidade de trabalhar sem medo de retaliação ou de perder sua credibilidade perante a sociedade em geral. No entanto, muitos desses ataques operam dentro dos limites da liberdade de expressão de acordo com o direito internacional. A justiça criminal é apropriada para combater apenas alguns deles, especialmente ameaças diretas de violência e ataques repetidos que alcançam o nível da perseguição (stalking). O insulto, especialmente quando o jornalista é uma figura pública, é geralmente uma forma protegida de expressão, ao passo que as acusações realmente difamatórias devem ser levadas aos tribunais competentes.

As plataformas de mídias sociais e redações têm realizado discussões visando identificar soluções que limitariam os ataques contra jornalistas nas mídias sociais, embora sem afetar a liberdade de expressão.

Ao declarar que “a prioridade número um do Twitter é melhorar a saúde da discussão pública, e a segurança é uma parte fundamental desse objetivo”, um representante do Twitter disse ao IPI que ainda há muito trabalho a ser feito. “Continuaremos a ter conversas abertas e honestas com as partes interessadas em todo o mundo para garantir que possamos aprender constantemente sobre comportamentos maliciosos emergentes, assim como fazer com que nossos produtos e políticas sejam suficientemente atualizados”.

Na mesma linha, o Facebook também explicou ao IPI que havia adotado várias mudanças a fim de combater esse problema. “Sabemos que jornalistas, especialmente mulheres, são um alvo particular para *trolls* e *bullies* online. Nós levamos esse assunto muito a

sério e temos o compromisso de ajudar os jornalistas a se manterem seguros em nossa plataforma. Com isso em mente, temos nos envolvido proativamente com organizações de notícias, jornalistas independentes e especialistas locais e globais por muitos anos para entender como nossas ferramentas e políticas podem ser aprimoradas”.

Cientes do fato de que o problema complexo sobre ataques contra jornalistas só pode ser enfrentado parcialmente por meio de medidas legais e da cooperação com as plataformas, as organizações de notícias têm procurado cada vez mais desenvolver estratégias internas eficazes visando enfrentar o problema.

O desenvolvimento de estratégias relacionadas à moderação de conversas online nas salas de redação ainda está em seu estágio inicial e não há uma fórmula testada. As redações visitadas ou contatadas no âmbito deste estudo têm adotado abordagens distintas, pautadas principalmente pelos recursos disponíveis e, em segundo lugar, pela relevância atribuída ao desenvolvimento de uma relação de confiança junto à comunidade de usuários. As organizações de notícias que valorizam a criação de uma comunidade ativa de leitores no ambiente online tendem a investir mais na moderação das discussões, com vistas a conter ataques contra jornalistas e fomentar o apoio da comunidade de usuários a estes profissionais.

Nesse contexto, entender a identidade dos agressores virtuais é importante não apenas para os jornalistas visados, mas também para os moderadores de discussões, os quais trabalham para assegurar que as discussões no ambiente online reflitam a diversidade de opiniões existentes na sociedade. “Eu acredito no diálogo” foi a premissa que muitos dos gestores de mídias sociais e moderação mencionaram nas entrevistas. Eles alegam ter adotado este princípio ao decidirem que tipo de conteúdo deve ser removido, bloqueado ou silenciado nas conversas online (dependendo do que a plataforma em questão permite), e o que pode e deve ser confrontado e debatido como reflexo dos sentimentos que existem nas sociedades em que eles vivem e trabalham. Os gestores de moderação também disseram esperar que tal envolvimento levasse um ou outro usuário a entender que críticas e aprimoramentos são bem-vindos, mas insultos e ameaças não serão tolerados.

Infelizmente, a impressão geral revelada por esta pesquisa é que, embora reconheçam as consequências altamente problemáticas do assédio virtual que afetam seus jornalistas, as redações não têm recursos suficientes para se dedicarem a uma estratégia adequada de prevenção e proteção. É o caso, por exemplo, do jornal *Gazeta Wyborcza*, da Polônia, uma das principais vozes independentes do país e alvo de constantes ondas de assédio contra seus jornalistas. A *Gazeta Wyborcza*, que emprega moderadores qualificados, afirmou que o número de mensagens de ódio que recebe é tal que, em certa ocasião, a organização se viu forçada a fechar a seção de comentários nas reportagens e artigos sobre refugiados. “Aquilo não era uma discussão, era um mar de ódio que não podíamos controlar”, explicou o editor de mídias sociais do jornal. Ainda assim, mesmo a medida extrema de fechar a seção de comentários não tem impedido a disseminação de ataques nas mídias sociais.

Alguns jornalistas que participaram deste estudo também afirmaram ter tomado a decisão de não fazer parte de certas plataformas de mídia social, a fim de limitar o grande número de postagens de ódio que recebem. Essa medida é considerada radical pela maioria dos jornalistas e dificilmente viável na realidade do jornalismo de hoje, em que as mídias sociais não são apenas um local onde os jornalistas coletam informações, mas também um meio-chave de divulgação.

Em redações de pequeno e médio porte que não têm condições de manter gestores e moderadores de conteúdo contratados em tempo integral, é comum que os próprios editores e jornalistas reservem algum tempo para revisar os comentários dos usuários e moderar as discussões. Muitas vezes, essa tarefa acaba sendo realizada fora do horário de trabalho ou durante supostos intervalos. O ônus psicológico resultante da leitura de um grande número de comentários odiosos, dirigidos à própria pessoa ou a seus colegas, é frequentemente subestimado.

Nossa pesquisa demonstrou que é necessário não apenas desenvolver estratégias para conter o assédio no ambiente online em um estágio inicial, mas também fomentar uma cultura de redação a fim de enfrentar o problema de uma forma holística e coordenada. Descobrimos que embora um número crescente de mensagens de ódio dirigidas a jornalistas, bem como ataques cruéis a mulheres jornalistas especificamente sejam uma realidade indiscutível para todos aqueles que participaram deste estudo, o conhecimento limitado de medidas de enfrentamento, a relativa novidade do fenômeno em si, e a avaliação incorreta da natureza dos ataques baseada em gênero levam a um certo grau de apatia, indiferença e/ou desamparo por parte de alguns jornalistas e gerentes de redação.

Alguns jornalistas com quem conversamos disseram que não denunciaram ou denunciariam as postagens abusivas contra eles aos seus superiores. Por um lado, esses jornalistas temiam que isso pudesse refletir negativamente em sua avaliação de desempenho e reputação profissional; por outro, alguns expressaram falta de confiança na possibilidade de receberem o apoio adequado por parte de seus supervisores. De fato, alguns jornalistas que relataram mensagens abusivas aos gerentes alegam não ter recebido qualquer resposta às suas denúncias.

6. O apoio entre pares como forma de “primeiros socorros”

Os jornalistas que trabalham em redações que não possuem um sistema de enfrentamento do assédio no ambiente online, bem como freelancers, afirmaram que seus colegas e amigos têm sido sua fonte mais importante de apoio nesses casos. A possibilidade de compartilhar suas angústias com colegas que tiveram experiências semelhantes dá a sensação de que não se está sozinho e reforça a ideia vital de que a comunidade de jornalistas se manterá unida.

A importância do apoio entre pares (uma prática que se desenvolveu a partir da necessidade espontânea dos jornalistas de compartilharem a dor que vivenciam) é tal que estratégias bem desenvolvidas para combater o assédio online também incluem, entre outros recursos, uma forma estruturada de apoio entre pares. Esse apoio normalmente prevê a nomeação e o treinamento de determinados membros da redação que podem ser facilmente identificados como ocupantes de cargos mais altos, a fim de oferecer ajuda independentemente de estruturas hierárquicas e de subordinação.

Ainda assim, embora o apoio entre pares seja frequentemente o único recurso disponível e possa fornecer algum grau de apoio, há uma sensação generalizada de que esse apoio é limitado. Além disso, outras consequências do assédio online – tais como a perda de credibilidade derivada dos insultos perpetrados em plataformas públicas ou a autocensura que essa pressão pode naturalmente acarretar – exigem estratégias muito mais completas, as quais somente algumas redações têm sido capazes de adotar.

7. Estratégias estruturadas para combater o assédio virtual

A capacidade das redações de desenvolver e implementar sistemas estruturados de proteção e prevenção para conter o assédio virtual contra seus jornalistas é muitas vezes ditada não apenas pela tomada de decisões estratégicas por parte das organizações de notícias, mas também pela disponibilidade de recursos necessários para a adoção do sistema.

No decorrer desta pesquisa, revisamos e comparamos as estratégias de proteção adotadas por organizações de notícias que investiram em sua presença online e buscaram a construção de comunidades e a moderação de comentários como partes integrais de sua atividade jornalística. Este estudo analisa especificamente as experiências de organizações de notícias privadas tais como Guardian (Reino Unido), Spiegel Online (Alemanha) e Cadena SER (Espanha), bem como de emissoras de serviço público na Alemanha, Finlândia e Reino Unido.

Ao analisarmos as abordagens adotadas pelas organizações mencionadas acima, podemos identificar alguns pontos comuns:

- » Uma declaração pública afirmativa de que o assédio virtual dirigido a jornalistas representa um ataque à redação como um todo.
- » O reconhecimento de que as mulheres, bem como os membros de grupos minoritários ou jornalistas que cobrem pautas relacionadas, são atingidos com mais frequência e de maneiras mais violentas.
- » O tratamento dos ataques virtuais contra jornalistas como um elemento que é parte de um fenômeno mais amplo envolvendo discursos de ódio e disseminação de desinformação, os quais visam minar os próprios fundamentos do jornalismo e da troca democrática de ideias.
- » O desenvolvimento de medidas preventivas, incluindo workshops e oficinas regulares sobre questões como segurança online, pautas atuais que tendem a motivar ataques ou como lidar com o sofrimento emocional derivado de um incidente de violência no ambiente online.
- » O compromisso firmado por parte dos gerentes de redação com a melhoria da cultura

da redação, para que os jornalistas se sintam confortáveis em denunciar e falar sobre suas experiências de assédio. Esse compromisso inclui disponibilizar aos jornalistas diversas portas de entrada para os canais de apoio, de forma a facilitar sua busca por socorro. Isso inclui endereços de e-mail dedicados, grupos de bate-papo, contato direto com o gerente de linha e os moderadores de conteúdo e uma rede de apoio entre pares constituída por colegas que tenham sido treinados para avaliar riscos e responder a traumas.

- » A realização de reuniões regulares com a participação dos gestores de mídias sociais, editores digitais e diferentes equipes de notícias para uma investigação ou “exame” de seu trabalho relacionado às mídias sociais. Tais verificações possibilitam às equipes abordar as questões que enfrentam em seu dia-a-dia e constituem uma forma de sinalizar que os mecanismos de apoio estarão disponíveis sempre que necessário. Em tempos de crise, essas reuniões podem ser realizadas com maior frequência.
- » O desenvolvimento de um conjunto de diretrizes e protocolos para prevenir e conter ataques virtuais, que destaque claramente que tipos de conteúdo serão removidos imediatamente, além de quais estratégias alternativas serão adotadas para conteúdo que não pode ou não deve ser removido. Todas as redações que participaram deste estudo concordaram que as rápidas mudanças na tecnologia, nas mídias sociais e no cenário político por trás dos ataques virtuais exigem a avaliação e a atualização constantes das diretrizes adotadas. Em alguns casos, as redações optaram por transmitir os protocolos de forma exclusivamente oral, por meio de mesas-redondas e workshops, a fim de garantir que os participantes se mantenham atualizados.

Há consenso quanto ao fato de que embora os recursos jurídicos existentes para enfrentamento do assédio no ambiente online não sejam tão eficazes quanto deveriam ser, ainda assim é importante denunciar os casos de ameaças, assédio sexual e agressões verbais às autoridades, a fim de aumentar o entendimento do fenômeno do assédio online entre as forças policiais e o judiciário. Quanto às redações que dispõem de acesso à defesa legal, a instauração de processos criminais ou ações judiciais contra agressores online também se mostrou eficaz na prevenção de novos ataques.

A experiência das redações no âmbito da remoção de conteúdo nas mídias sociais varia muito. Na verdade, a experiência das redações no Reino Unido e na Alemanha, onde muitas plataformas de mídias sociais possuem escritórios locais e funcionários que falam o idioma local, é diferente da de seus colegas na Polônia e na Finlândia. Os gestores de mídias sociais e analistas que participaram deste estudo expressaram o desejo de desenvolver melhores canais de comunicação com as plataformas, a fim de alcançar a remoção rápida de conteúdo altamente problemático, tais como ameaças e doxing⁷⁴.

As práticas também diferem em termos das escolhas para moderação de mídias sociais adotadas, as quais são parcialmente influenciadas pelo contexto em que atuam tanto jornalistas quanto meios de comunicação. A moderação prévia, ou seja, a postagem de comentários de usuários apenas após análise pregressa por um editor, bem como os requisitos de registro usando nomes reais foram adotados com sucesso por redações de alguns veículos, tais como o Helsingin Sanomat, da Finlândia, o diário ARA, da Espanha e o Gazeta Wyborcza, da Polônia, a fim de limitar o número de comentários abusivos em seus sites.

Até agora, apenas algumas redações (geralmente aquelas que dispõem de mais e melhores recursos) têm relatado o uso de software baseado em inteligência artificial para assegurar que postagens potencialmente problemáticas sejam levadas à atenção da redação e dos gestores de mídias sociais o mais rapidamente possível. No entanto, embora a inteligência artificial seja percebida como uma ferramenta muito útil, o consenso entre moderadores é de que ela ainda não é capaz de substituir a moderação humana. Além disso, embora a inteligência artificial tenha aprimorado sua capacidade de identificar comentários potencialmente problemáticos, os agressores (tanto humanos quanto bots) também têm tido sucesso em desenvolver linguagens e ferramentas para evitar a detecção por IA.

Nossas entrevistas com jornalistas, editores e gerentes de notícias revelaram uma consciência crescente da necessidade de se desenvolver estratégias para enfrentar um problema que só tende a crescer. Ao mesmo tempo, as claras evidências de que mulheres e membros de grupos minoritários são alvos específicos de agressões virtuais reforçaram a crença entre os observadores de que o equilíbrio de gênero nas redações, bem como a adoção de uma abordagem de gênero quanto ao conteúdo disseminado também são fundamentais para assegurar que as mulheres alvos de ataques virtuais se sintam totalmente apoiadas e capacitadas em seu ambiente de trabalho.

8. Relatórios de Países

Finlândia

Ao longo de cinco dias, em junho de 2018, os representantes do IPI se reuniram com editores-chefes, gerentes, analistas de web e mídias sociais e jornalistas freelancers para entender melhor a questão do assédio no ambiente online e como ele é enfrentado na Finlândia. O IPI visitou as redações do principal jornal diário nacional, Helsingin Sanomat, do jornal noturno Iltalehti, da emissora pública nacional Yle, dos jornais regionais Maaseudun Tulevaisuus e Turun Sanomat; do jornal local da cidade, Turkulainen, e do jornal regional minoritário Åbo Underrättelser, que é editado em idioma sueco. Além disso, o IPI organizou dois grupos de discussão: um para jornalistas e outro para freelancers, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas da Finlândia (UFJ). O IPI também se reuniu com advogados finlandeses, pesquisadores de mídia e outros profissionais relacionados para tratar do projeto Ontheline.

As reuniões focaram em diferentes tipos de mecanismos para enfrentamento do assédio virtual, incluindo prevenção, gestão de comunidades, gestão de mídias sociais, apoio psicossocial e medidas legais. No entanto, as discussões também proporcionaram uma oportunidade de aprender mais sobre o fenômeno do assédio virtual como um todo e suas manifestações no contexto da mídia finlandesa.

Análise do contexto

Na Finlândia, os artigos relacionados à imigração, asilo político e interferência russa são os que geram o maior número de ataques virtuais contra jornalistas. Em 2016, o Sindicato dos Jornalistas da Finlândia (UFJ) e o jornal do sindicato, Journalisti, conduziram uma pesquisa e descobriram que muitos de seus membros haviam sido ameaçados por conta de seu trabalho. Dos 1.400 participantes que responderam à pesquisa, um sexto do total relatou ter recebido algum tipo de ameaça. Cerca de 40% afirmaram que as ameaças estavam relacionadas a artigos e reportagens que abordavam os temas de imigração e asilo.

O assédio contra jornalistas que cobrem pautas sobre imigração e asilo aumentou juntamente com o aumento do número de requerentes de asilo político na Finlândia entre 2015 e 2016.

Muitas das campanhas de ódio online contra repórteres foram apoiadas por um site de propaganda chamado MV-lehti e, em alguns casos, por políticos de extrema-direita. Quase todos os jornalistas com quem o IPI conversou durante a visita afirmaram que o MV-lehti desempenhou algum papel em seus casos de assédio.

“Se eu fosse 20 anos mais jovem, eu passaria noites sem dormir, mas agora fico surpreso com a forma como eles organizaram uma campanha difamatória contra mim”, disse um jornalista que afirma ter sido alvo de fake news e de telefonemas e e-mails com conteúdo de assédio.

Em um recente processo judicial, o fundador do MV-Lehti foi condenado a 22 meses de prisão por difamação por razão de uma campanha de assédio e desinformação perpetrada contra a premiada jornalista Yle Jessikka Aro, que pesquisou as fábricas de trolls russas⁷⁵.

Muitos dos entrevistados na Finlândia afirmaram que os processos judiciais em curso no país são importantes para determinar o que se enquadra ou não no conceito de liberdade de expressão, haja vista que os assediadores virtuais frequentemente recorrem a esse argumento em sua defesa. Embora seja positivo que o poder judiciário finlandês tenha levado os ataques virtuais contra jornalistas a sério, é importante notar que, especificamente no caso de difamação, as melhores práticas internacionais em matéria de liberdade de expressão recomendam restringir o processo à esfera cível. O IPI frequentemente requisita aos estados que removam a difamação da lista de ofensas criminais.

Existem muitos outros tópicos que levantam discussões acaloradas na Finlândia, tais como a política em relação aos lobos, os conflitos entre israelenses e palestinos, as mudanças climáticas e os direitos das minorias. Muitos jornalistas afirmaram que uma vez que o nome de um repórter se torne conhecido em certos círculos, ele ou ela fatalmente se tornará alvo de assédio.

Análise do problema

Muitos entrevistados expressaram preocupação sobre o que consideram a normalização do discurso de ódio na sociedade finlandesa. Os jornalistas afirmaram que embora compreendessem que receber feedback negativo fazia parte do trabalho, o entendimento sobre o quanto e até que ponto essa forma cruel de feedback deveria ser aceita tornou-se elástico demais.

Particularmente, houve um aumento no número de ataques que se concentram nas características pessoais e na vida privada dos jornalistas, algo que foi destacado pelo pesquisador Ph.D. Ilmari Hiltunen, da Universidade de Tampere, que estuda como os jornalistas finlandeses sofrem interferências externas. O trabalho de Hiltunen ultrapassa a questão do assédio online. Ele examina todas as formas pelas quais as forças externas tentam violar a autonomia jornalística, mas suas descobertas concluem que tal abuso representa uma ameaça à liberdade de imprensa.

“Muitos dos meus entrevistados e aqueles que responderam à minha pesquisa se mostraram preocupados com o fato de que a diferença entre a função profissional e a vida privada estava se tornando confusa aos olhos do público”, Hiltunen disse ao IPI. “Os ataques são mais frequentemente focados nas características pessoais dos jornalistas, em vez de em suas ações como profissionais ou nos resultados de seu trabalho”.

Hiltunen disse que as transformações da cultura jornalística – incluindo os esforços para criar uma marca pessoal, a presença aumentada nas mídias sociais, e a decisão de alcançar os leitores através de textos fortes e subjetivos – tornaram os jornalistas mais visíveis e mais fáceis de serem alcançados por diferentes meios. Ele aponta que atualmente os jornalistas incorporam o papel de uma figura pública tal como jamais havia ocorrido antes. Os jovens jornalistas, principalmente, são aconselhados a mesclar suas vidas pessoais e profissionais, mas a “personificação” do jornalismo não ocorre sem contratempos.

“Uma questão importante é se a personificação é algo positivo ou negativo para a credibilidade jornalística”, como Hiltunen observou. “Acho que esse é um aspecto que deve ser contemplado no âmbito do assédio e das ameaças virtuais”.

Embora as organizações finlandesas estejam cientes da gravidade do assédio virtual, o apoio por parte de seus gerentes varia. Em uma pesquisa realizada pela UFJ em 2016, 18% dos homens e 12,8% das mulheres jornalistas afirmaram que seu supervisor não reagiu às ameaças. Deve-se observar que, embora a maioria dos entrevistados tenha afirmado que os empregadores têm a responsabilidade de proteger a segurança de seus funcionários, um quinto das mulheres e um terço dos jornalistas do gênero masculino alegaram não ter denunciado as ameaças ao seu supervisor.

Editores e outros gerentes entrevistados pelo IPI enfatizaram que a tendência de reportar um caso de assédio aos gerentes varia de indivíduo para indivíduo. A disponibilidade para discutir o assunto também variou de acordo com o tamanho da redação: nas grandes empresas, os jornalistas costumam discutir os casos com seus colegas e supervisores mais próximos, enquanto apenas os ataques mais graves chegam aos editores. Em redações menores, onde a maioria dos funcionários trabalha no mesmo espaço compartilhado, o fluxo de informações entre jornalistas e seus gerentes é melhor. Por exemplo, o jornal local *Turkulainen*, sediado em Turku, tem apenas dois jornalistas, sendo um editor-chefe e um repórter freelancer temporário.

“Somos uma comunidade pequena e nos conhecemos bem”, disse o editor-chefe do *Turkulainen*, Janne Koivisto, ao IPI. “Sendo assim, quando nosso repórter temporário foi alvo de forte assédio e comentários negativos, eu o convidei a se juntar a mim enquanto entregávamos nossa edição de verão nos municípios vizinhos, e assim podíamos conversar sobre o assunto enquanto passeávamos de carro pela região”.

Quando se trata das autoridades, jornalistas finlandeses disseram que, embora a polícia e os promotores estejam cientes do assunto, eles não o levam tão a sério quanto deveriam. Muitos jornalistas consideram fútil reportar as ameaças à polícia, embora concordem que isso deveria ser feito com mais frequência para passar a mensagem adiante. O nível de satisfação no trato com a força policial varia. Um jornalista descreveu a experiência positiva de ter um contato na polícia local que compreendeu corretamente o fenômeno das ameaças virtuais e se dispôs a tomar medidas para proteger o trabalho do jornalista em locais públicos. Outro, no entanto, relatou desentendimentos com a polícia, que, na visão deste jornalista, demonstrava não compreender a diferença entre liberdade de expressão e discurso de ódio. Com efeito, em alguns casos acredita-se que as ameaças contra jornalistas tenham se originado dentro da própria força policial.

Mesmo que a polícia investigue as ameaças (o que segundo os participantes, raramente acontece), o processo geralmente é interrompido quando chega ao promotor, segundo relato do advogado da UFJ, Hannu Hallamaa, ao IPI. O marco legislativo para combater ataques virtuais existe, segundo Hallamaa, mas sua implementação ainda está atrasada. Os formuladores de políticas têm a responsabilidade de comunicar a importância da questão.

“Isso é um problema da sociedade, não uma questão jurídica”, Hallamaa disse.

Ainda assim, há alguns exemplos recentes e positivos de tribunais finlandeses que demonstram como o sistema jurídico pode ser usado para combater o assédio virtual. Linda Pelkonen foi alvo de intenso assédio em 2015 quando, enquanto trabalhava para o site de notícias online Uusi Sumoi, escreveu uma história sobre o estupro de uma menina de 14 anos, em que um cidadão finlandês de origem migrante estava supostamente envolvido. Em 2018, dois dos três homens acusados de assediá-la foram condenados a pagar multas por difamação, marcando a primeira vez que um tribunal finlandês condenou alguém por cometer assédio no ambiente online contra um jornalista (para mais informações, leia acima sobre o caso de Jessikka Aro).

Alguns jornalistas afirmaram que a violência online, as ameaças e os comentários agressivos mudaram a maneira como eles percebem seu trabalho. Nenhum jornalista relatou ter sucumbido à autocensura, mas vários sinalizaram a adoção de cautela na escolha das palavras em matérias e manchetes e a tentativa de se tornarem mais precisos com os fatos e repensarem o ângulo a partir do qual abordam as notícias. Muitos disseram que passaram a escrever de forma que não deixasse espaço para interpretações ou equívocos que pudessem desencadear uma enxurrada de comentários, um processo que atrasou o andamento geral do trabalho.

“Às vezes, tenho que fazer uma pausa nas pautas polêmicas e escrever algo completamente diferente”, um jornalista disse ao IPI.

Muitos jornalistas disseram que pensaram duas vezes antes de escrever sobre imigração.

“Eu não quero (escrever sobre) a etnia dos criminosos para evitar o trabalho árduo de moderação posterior”, outro jornalista confessou, referindo-se ao trabalho de moderação das seções de comentários online.

Os editores do maior jornal diário da Finlândia, o Helsingin Sanomat, observaram que o efeito assustador resultante dos atos de assédio online afeta não apenas os jornalistas, mas também os entrevistados. Acadêmicos e outros se recusaram a ter seus nomes ou rostos mencionados em notícias por medo de receber comentários de ódio e ameaças. Os editores perceberam esse desenvolvimento como uma séria ameaça a uma sociedade livre e aberta, que abraça a liberdade de expressão.

Análise das consequências

Mulheres jornalistas

Os profissionais de mídia finlandeses parecem reconhecer o recorte de gênero no âmbito da violência no ambiente online contra jornalistas. Embora jornalistas de ambos os gêneros recebam um número semelhante de ameaças, elas diferem qualitativamente de acordo com o gênero. Segundo um levantamento realizado pela UFJ em 2016, 14% das jornalistas entrevistadas afirmaram ter sofrido ameaças de violência sexual. Nenhum jornalista do sexo masculino relatou ter recebido tais ameaças. Cerca de 5% dos profissionais de ambos os gêneros relataram já ter recebido ameaças de morte.

Como parte de sua visita à Finlândia, o IPI organizou um grupo de discussão com jornalistas finlandesas importantes, que tiveram experiências de assédio no ambiente

online. Os participantes expressaram a opinião de que conversar e compartilhar experiências com colegas é a melhor maneira de lidar com os casos de abuso e assédio online. Muitos encontraram apoio em grupos secretos no Facebook para jornalistas atingidos por assédio. Os jornalistas também concordaram quanto à importância de fazer com que seus colegas leiam comentários e e-mails em nome de um jornalista assediado e colem capturas de tela para que o jornalista visado não tenha que enfrentar o ódio inteiramente sozinho. Outros mecanismos de enfrentamento destacados incluem usar do bom humor, tratar o assédio como um fenômeno mais amplo do que algo pessoal, distanciar-se do problema, evitar certos tópicos, bloquear ou excluir canais em mídias sociais, mudar o comportamento no ambiente online, “naming and shaming” (a prática de expor o nome de um indivíduo ou organização que alegadamente tenha cometido um erro) e contatar ou enfrentar os assediadores.

Quando se tratadas reações de seus superiores, as experiências das jornalistas variam. Em alguns casos, os gerentes não reagiram aos casos relatados de assédio online ou reagiram com indiferença.

Segundo uma das jornalistas, “Primeiro eles prometeram ajudar, mas quando as ameaças foram enviadas ao editor-chefe, a única resposta foi um mero ‘ok, tudo bem’”.

Outra jornalista contou como e-mails caluniosos sobre ela foram enviados não apenas para ela, mas também para seu editor-chefe e seus diretores. Os editores nunca entraram em contato com a jornalista para tratar das mensagens e não responderam ao seu e-mail. “E se eles tivessem acreditado naquilo que escreveram sobre mim?”, indaga.

Os jornalistas participantes insistiram que mesmo uma simples frase que sinalizasse apoio e compreensão, juntamente com uma oferta para adotar as medidas necessárias, teria sido suficiente para aliviar seu desgaste emocional. Eles também recomendaram um enfoque mais específico no assédio a jornalistas como uma questão estrutural que reflete a posição das mulheres na sociedade, em vez de tratar a questão como um apanhado de incidentes isolados, sem relação.

O IPI também entrevistou a jornalista e escritora Johanna Vehkoo, que, junto com a ilustradora Emmi Nieminen, publicou uma história em quadrinhos jornalística sobre misoginia no ambiente online intitulada *The Internet of Hate and Loathing* (Kosmos, 2017). O livro reúne histórias de várias mulheres em diferentes profissões que enfrentaram a violência online, aborda pesquisas acadêmicas sobre o ódio online, investiga os trolls e seus motivos e, por fim, oferece dicas e sugestões sobre como os alvos de abuso podem se proteger.

Vehkoo, que foi ela própria vítima de assédio online, defendeu a inclusão do ódio baseado em gênero como um agravante em casos de crimes de ódio. “O sistema criminal não sabe como lidar com a internet”, diz. “Nossos legisladores e a polícia deixaram a situação ir longe demais”.

Ilmari Hiltunen, da Universidade de Tampere, disse que sua pesquisa não encontrou diferenças significativas em termos da quantidade de interferência externa experimentada por jornalistas do gênero masculino e feminino, e observou que estudos semelhantes realizados em países como Suécia e Noruega levaram a resultados semelhantes. No entanto, a quantidade não revela coisa alguma sobre a intensidade e a natureza do assédio. Hiltunen afirma ter encontrado diferenças significativas nas atitudes de homens e mulheres em relação à interferência externa.

“É evidente que as mulheres jornalistas têm uma percepção mais negativa do fenômeno e isso lhes causa maior estresse emocional”, Hiltunen disse ao IPI. “As mulheres tiveram uma impressão mais negativa das habilidades de seus empregadores e supervisores para apoiá-las e visões mais pessimistas sobre a capacidade de seus meios de comunicação de conter a interferência externa”.

Jornalistas freelancers

O IPI também organizou um grupo de discussão com jornalistas freelancers e representantes da UFJ. Na pesquisa de 2016 mencionada anteriormente neste relatório, 17% dos jornalistas que relataram ter sido ameaçados eram freelancers.

Sem contarem com o apoio de uma organização de mídia, os freelancers podem se sentir especialmente sozinhos quando enfrentam assédio. Os participantes do grupo de discussão, muitos dos quais possuíam vasta experiência, afirmaram não ter medo de interagir com os assediadores e insistiram que não praticavam a autocensura, algo que, no entanto, exigia grande determinação.

“Eu escolhi meu lado e sou muito aberto quanto a isso”, disse um dos freelancers. “Você tem que decidir por si mesmo se quer fazer isso ou não. Procurar a polícia não leva a lugar nenhum”.

Os freelancers participantes disseram que a melhor maneira de lidar com os assediadores era ignorá-los ou bloqueá-los. Ameaças e comentários agressivos também devem ser denunciados à plataforma de mídia social em questão. O consenso foi que, embora o diálogo com os assediadores às vezes pudesse levar a um resultado satisfatório, na maioria dos casos uma “discussão civilizada” estava fora de alcance.

Também há a questão sobre como levar a questão à esfera pública e aos meios de comunicação que realizam a contratação dos freelancers. Os freelancers mais experientes do grupo de discussão afirmaram que embora estivessem cientes de que lutar contra o assédio online poderia fechar portas no mercado de trabalho, estavam confiantes em sua capacidade de continuar trabalhando. A pressão para não reportar aos clientes sobre os casos de assédio online é maior entre freelancers menos experientes, que não querem ser vistos como “profissionais complicados” e, conseqüentemente, perder oportunidades de trabalho. Evitar temas polêmicos era visto como uma forma de contornar o problema completamente.

Os freelancers também enfatizaram a importância de unir forças com seus colegas, sejam eles freelancers ou membros da equipe fixa. “Nós temos colegas, não estamos sozinhos”, disse um deles.

Analisando sua própria resposta ao problema, a UFJ concluiu que deveria realizar eventos mais informais de apoio a colegas com a participação de freelancers e outros jornalistas assediados. A organização também reconheceu a necessidade de encaminhar os freelancers para apoio profissional relevante conforme necessário e comunicar melhor as necessidades dos freelancers para as organizações de mídia, as quais também devem oferecer suporte adequado.

Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

Esta seção destaca as medidas e protocolos já implementados nas redações finlandesas visitadas pelo IPI.

Cadastro de usuário e moderação

A força da ferramenta de autenticação de comentários variou entre as redações. Algumas delas exigem que o usuário cadastre seu nome e seus detalhes de contato, os quais podem ser falsos. Outras exigem uma conta do Facebook para realização do cadastro, o que exclui da discussão os usuários que não fazem parte dessa rede social específica, embora aumente a probabilidade de que os usuários comentem usando seus nomes reais. Em geral, medidas restritivas de autenticação de usuário têm sido percebidas como uma maneira eficaz de prevenir o assédio, ao menos parcialmente. O jornal regional Turun Sanomat atualmente não exige nenhuma forma de cadastro para que usuários comentem em seu site, mas planeja mudar isso, como Sari Sarelius, chefe de redação do jornal na web, disse ao IPI.

“Queremos adotar um sistema de cadastro, pois ele pode evitar ao menos uma parte dos comentários mais graves”, diz. “Mas o processo ainda está em andamento, pois a mudança exige muito trabalho”.

Sarelius e muitos outros moderadores comentaram que, ao contrário dos próprios sites dos jornais, moderar o Facebook – que é a plataforma onde grande parte da discussão ocorre – é desafiador e trabalhoso: é essencialmente um trabalho manual e não há algoritmos preventivos para bloqueio de linguagem abusiva. Além disso, os comentários no Facebook são publicados imediatamente, ao passo que nas seções de comentários do site os comentários podem permanecer ocultos até que um moderador os aprove.

Redações menores, tais como a do Turkulainen, não contam com uma equipe de moderação especializada, de modo que a tarefa recai sobre todos os membros da redação. O editor-chefe do jornal cuida da moderação nos finais de semana. A implementação de sistemas de cadastro e alguma forma de sistema de moderação prévia baseado em algoritmo poderia aliviar a carga das redações pequenas, que, no entanto, geralmente carecem dos recursos financeiros necessários.

O Helsingin Sanomat (HS) terceirizou sua moderação, que foi realocada para Estocolmo. O chefe de arquivo dos jornais, Jarkko Rahkonen, disse ao IPI que a terceirização diminuiu um pouco a qualidade da moderação, mas reduziu os custos significativamente. O HS também tentou maneiras diferentes de realizar a curadoria dos comentários. Atualmente os leitores podem “validar” os comentários que consideram “bem argumentados”. Mesmo assim, o jornal está buscando novas maneiras de aprimorar

sua seção de comentários, como por exemplo organizar a seção em uma estrutura de “árvore”, visando tornar as discussões mais fáceis de seguir.

Juntamente com o fundo finlandês Sitra, o HS facilitou iniciativas em seu site para testar onde o “diálogo produtivo” no ambiente online é possível. Com enfoque em temas como “educação especial” ou “integração de imigrantes”, estes espaços de discussão visam encontrar soluções em vez de apenas fomentarem debates agressivos. O espaço fica aberto por um certo tempo, pautado por regras para um diálogo produtivo e por moderadores que conduzem a discussão quando ela parece estar saindo dos limites estipulados.

Um dos maiores problemas que os moderadores enfrentam é avaliar se um comentário é ofensivo ou não. Os moderadores afirmaram que às vezes passam horas refletindo sobre se um comentário deve ser removido ou não, já que não querem tolher a liberdade de expressão de alguém desnecessariamente. Além disso, às vezes o bloqueio de comentários no site tem como única consequência uma enxurrada de mensagens desagradáveis em outra plataforma.

“Temos orgulho da liberdade de expressão, mas a linha (que a separa do discurso de ódio) não é muito clara”, disse Leo Lemmetty, moderador do site de notícias online e plataforma de blog Uusi Suomi, ao IPI. “Não queremos restringir a discussão demais, porque acreditamos que a discussão aberta pode diminuir os casos de assédio”.

As reuniões com moderadores finlandeses confirmaram descobertas anteriores de que os moderadores também podem se cansar dos comentários e mensagens odiosas com as quais são confrontados diariamente. Por esse motivo, o apoio psicossocial deve ser estendido tanto aos jornalistas quanto aos moderadores.

Gestão de mídias sociais

A maior parte das redações finlandesas não conta com um gestor de mídias sociais. Uma exceção é a emissora pública Yle. No ano passado, a empresa nomeou o jornalista de mídias sociais Sami Koivisto como chefe de interação com o público, a fim de gerenciar e estabelecer um novo tipo de cultura de discussão online. Koivisto explicou ao IPI que a Yle passou a contar com funcionários especializados em comunicação online e que dialogam com o público nas redes sociais. Segundo ele, essa abordagem foi desenvolvida como uma resposta à onda de ódio online iniciada anos atrás. Koivisto sugeriu que conversar com o público sobre os motivos que impulsionam o ódio no ambiente online e sobre o próprio processo jornalístico têm levado a um ambiente de discussão mais saudável.

“Nós temos aprendido muito sobre os nossos leitores por meio do diálogo”, ele disse ao IPI. “Entendemos melhor o nosso público e sabemos o que eles pensam sobre o jornalismo – ouvir as pessoas é muito importante. Da mesma forma, nós também explicamos a eles como fazemos jornalismo, para que haja menos mal-entendidos sobre como o processo funciona”.

Medidas de apoio

Quando se trata de apoio público a jornalistas atingidos por assédio, alguns profissionais disseram que uma declaração pública por parte de sua organização seria útil, enquanto outros acreditam que isso só faria piorar o assédio. Sendo assim, caso os editores decidam demonstrar apoio público, eles devem fazê-lo de uma forma que não acarrete ainda mais danos.

“Falar sobre assédio publicamente pode amplificar o assunto e colocar os jornalistas ainda mais em evidência”, disse um jornalista. Mesmo assim, todos os jornalistas entrevistados concordaram que seus empregadores devem defender seus jornalistas com veemência e firmeza, seja em público ou de forma privada. “Contanto que meus colegas respeitem meu trabalho, está tudo bem”, disse outro jornalista ao IPI.

Após vários ataques virtuais perpetrados contra jornalistas do Turun Sanomat, o jornal tomou medidas concretas para garantir a segurança de seus jornalistas, incluindo o fornecimento de câmeras de segurança para a casa de uma jornalista que enfrentou ameaças de morte e de que sua casa seria incendiada.

O editor administrativo da Turun Sanomat, Veijo Hyvönen, disse ao IPI que a primeira medida adotada pelo jornal depois que mais uma de suas repórteres foi alvo de uma campanha de ódio online cruel e organizada no ano passado foi fechar temporariamente a sessão de bate-papo e comentários de seu site. As medidas de segurança para a jornalista e para a redação foram reforçadas depois que um taxista deu a entender que tinha “pendências a resolver” com ela. O assédio continuou nas ruas e em outros lugares públicos e, eventualmente, ela foi obrigada a se mudar de Turku, embora o Turun Sanomat tenha tomado medidas para assegurar que ela pudesse continuar trabalhando em uma sucursal do jornal. Desde então, o Turun Sanomat tem compilado diretrizes para que jornalistas se preparem para enfrentar o ódio no ambiente online.

Em termos de apoio jurídico, grande parte das redações conta com departamento jurídico próprio ou seguro para cobertura de assistência jurídica. O Sindicato de Jornalistas da Finlândia auxilia freelancers em questões jurídicas, bem como outros jornalistas.

Alemanha

Os dados sobre a Alemanha foram coletados durante uma visita de três dias ao país, realizada por representantes do IPI. Durante a visita, bem como através de ligações telefônicas de acompanhamento, o IPI conduziu entrevistas com editores de notícias, gestores de mídias sociais ou especialistas em moderação nas emissoras públicas alemãs ARD e ZDF, a Deutsche Welle e as agências de notícias DPA e Spiegel Online. Também foram realizadas entrevistas com o Conselho Alemão de Imprensa (Presserat) e a rede de freelancers Hostwriter.

Análise do contexto

A questão dos ataques virtuais contra jornalistas na Alemanha gira em torno de dois aspectos diferentes, porém relacionados: por um lado, jornalistas individuais ocasionalmente tornam-se alvos diretos de ataques virtuais, insultos e até ameaças contra eles e suas famílias (ou seja, ataques contra jornalistas no sentido estrito); por outro lado, à medida que as conversas entre usuários em sites jornalísticos e plataformas de mídia social em reação à cobertura de notícias se tornam um aspecto cada vez mais importante do próprio jornalismo, a capacidade das redações de propiciar um espaço para a troca construtiva de ideias é desafiada pela presença disseminada de insultos, mensagens agressivas e discurso de ódio.

Embora a disseminação de mensagens de ódio e ataques virtuais contra jornalistas representem dois fenômenos distintos e exijam soluções diferentes, é possível identificar vários pontos em comum. Na verdade, os pesquisadores cada vez mais percebem o discurso de ódio no ambiente online, os ataques contra jornalistas e a desinformação como diferentes elementos de um mesmo esforço, que visa minar a livre circulação de ideias, que é a base da democracia, ao mesmo tempo em que fomenta a divisão social e a polarização. Inúmeros pontos semelhantes podem ser identificados entre os dois, ressaltando sua origem comum:

As organizações de notícias e jornalistas que conversaram com o IPI concordaram que tanto os ataques a jornalistas quanto as mensagens de ódio que geralmente visam criar cisões e interromper as conversas online ocorrem principalmente em reação à cobertura de pautas específicas. Estas incluem refugiados e migrantes, movimentos políticos de extrema-direita, Ucrânia, Israel e, ocasionalmente, eventos esportivos.

Normalmente, os jornalistas escolhidos como alvos de ataques pessoais diretos, ou mesmo de ameaças, são mulheres ou pessoas reconhecidas com base em seus nomes ou aparência física, tais como imigrantes ou membros de um grupo minoritário. Consequentemente, os jornalistas que trabalham à frente das câmeras e, portanto, são mais facilmente identificáveis com base em seu gênero ou etnia, são alvos mais comuns de ataques, insultos e ameaças individualizadas. No caso das mulheres, esses ataques geralmente se valem de uma linguagem sexualizada.

As análises das ondas de postagens agressivas em reação à publicação de notícias sobre determinados tópicos mostram que algumas postagens são geradas e disseminadas por indivíduos, ao passo que outras são geradas por bots automatizados.

Os usuários ou perfis que disseminam discurso de ódio ou racista, divisível ou que interrompe as interações no ambiente online são frequentemente os mesmos que atacam diretamente os jornalistas com base nas pautas em que eles estão trabalhando ou em elementos de sua identidade pessoal.

Os ataques são disseminados tanto nos fóruns de discussão online das agências de notícias, quanto nas plataformas de mídia social. Na Alemanha, a plataforma mais comum para esses ataques é o Facebook, seguido por Twitter e YouTube.

Como a grande maioria dos discursos de ódio no ambiente online na Alemanha são dirigidos a grupos ou indivíduos socialmente desfavorecidos, os jornalistas que cobrem assuntos relacionados a tais grupos ou indivíduos em um tom positivo ou neutro tornam-se alvos de ondas concentradas de abuso.

Análise do problema

Embora as organizações de notícias alemãs levem a sério as ameaças virtuais contra seus jornalistas e tomem medidas para lidar com a segurança física em casos extremos, há uma percepção de que os ataques virtuais na Alemanha não irão escalar para ataques físicos violentos. Em alguns casos, as organizações de notícias alemãs que também enviam jornalistas para locais perigosos no exterior empregaram diferentes protocolos para lidar com as ameaças online, levando em consideração a maior probabilidade de que ataques virtuais se transformem em ataques físicos. Isso é particularmente preocupante para jornalistas do sexo feminino que trabalham à frente das câmeras e cujos rostos são mais facilmente reconhecíveis pelo público em geral.

Ainda assim, mesmo em contextos em que os jornalistas não têm grandes motivos para temer por sua integridade física, ser alvo de ondas massivas e recorrentes de assédio online pode acarretar outras consequências. Por um lado, o assédio cria uma intensa pressão psicológica sobre os jornalistas atingidos; por outro, o assédio sob a forma de campanhas difamatórias desafia enormemente a credibilidade dos jornalistas perante seu público, comprometendo sua posição profissional.

A cobertura do recente fluxo de migrantes e refugiados na Alemanha, em particular, como parte do debate político relacionado à chamada “crise dos refugiados”, atraiu a maior parte dos casos de abuso no ambiente online no país. Por exemplo, a agência de notícias alemã DPA descreveu ao IPI a ocorrência de um “linchamento digital” contra seu editor de notícias, Froben Homburger, após sua declaração contra o uso dos termos “asylum critic” e “opositor de asilo”⁷⁶ para definir “aqueles que participam de protestos e ataques contra refugiados”. Homburger disse que os termos banalizam certas ações e exigem uma cobertura jornalística a fim de definir melhor “os motivos e as atitudes” daqueles que se opõem aos refugiados.

A onda de ódio que se seguiu incluiu ataques generalizados à DPA e críticas pessoais direcionadas a Homburger. No entanto, a campanha agressiva foi claramente focada no conteúdo das declarações da DPA e de Homburger. Esse fato, juntamente com sua profunda experiência jornalística, tornou mais fácil que Homburger se engajasse ativamente no debate nas mídias sociais e respondesse pessoalmente aos ataques.

Contudo, nem sempre é fácil fazer isso, em particular quando os ataques virtuais e o “linchamentodigital” não visam apenas o conteúdo jornalístico, mas também os próprios jornalistas. Este é frequentemente o caso de mulheres e jornalistas que possuem antecedentes migrantes ou membros de um grupo minoritário. A rede de jornalistas Neue Deutsche Medienmacher (“Novos criadores de mídia alemães”), um grupo de jornalistas e especialistas em mídia com diferentes origens culturais e linguísticas, analisou como os ataques virtuais contra jornalistas se transformam em um discurso de ódio. Segundo o grupo, “os mais afetados são os jornalistas que possuem um perfil migrante. Nestes casos, o ódio se concentra menos no conteúdo de seu trabalho do que em sua origem ou cor de pele”⁷⁷.

Essas formas de ataque são muito difíceis de combater, pois os argumentos racionais contra declarações racistas e discriminatórias não são eficazes e os esforços para criar uma conversa construtiva em resposta a esses ataques tendem a ser contraproducentes. Ao mesmo tempo, esses tipos de ataques tendem a afetar os jornalistas muito mais profundamente e têm sérias consequências em sua capacidade de continuar cobrindo determinadas pautas.

Nas palavras de Dunja Hayali, uma jornalista premiada da emissora pública alemã ZDF que se tornou o principal alvo de abuso após sua cobertura da crise de refugiados e dos movimentos políticos de extrema-direita:

“Procuro sempre o diálogo, me interesso por diferentes opiniões, diferentes argumentos, também como forma de reflexão pessoal. Mas o que está acontecendo agora é até difícil de descrever: são ameaças, insultos, ofensas, ameaças de estupro. Ninguém escuta ninguém, as palavras são distorcidas e tiradas do contexto. E se a opinião de alguém não é validada por outra pessoa, você não passa de uma idiota, prostituta, mentirosa ou puxa-saco. E o problema é que esse ódio agora está ganhando as ruas. Jornalistas estão sendo atacados. Recentemente, uma pessoa veio até mim enquanto eu estava fazendo compras e gritou, “Du Lügenpresse, du Lügenfresse!” (“Sua jornalista mentirosa!”). Isso não tem a menor graça!”⁷⁸

Ela completou dizendo: “Ao procurar por soluções e abordar compromissos quanto ao tipo de cobertura que fazemos dos povos refugiados, por favor argumente conosco, discuta, aponte nossos erros. Nós somos jornalistas, não seres superiores. Nós cometemos erros, mas isso não significa que somos mentirosos”.

Análise das consequências

Mulheres jornalistas

Os entrevistados afirmam ser claro que as mulheres jornalistas são alvos mais frequentes de agressões do que seus colegas homens na Alemanha, proporcionalmente, fato que parece alinhado à tendência mundial.

Como em outros países estudados pelo IPI, os ataques sexistas e até misóginos contra mulheres jornalistas na Alemanha visam não apenas silenciar jornalistas e desafiar sua credibilidade entre seu público, mas também criar divisões e conflitos na sociedade e polarizar a opinião pública. Em última análise, isso tudo ajuda a minar a troca pacífica

de ideias e opiniões, que é o alicerce de qualquer sistema democrático. Aproveitando-se de um certo grau de sexismo latente na sociedade, as mensagens de ódio contra mulheres jornalistas, as quais muitas vezes incluem referências sexuais, tendem a se espalhar mais amplamente do que outros tipos de conteúdo nas mídias sociais.

Os ataques frequentes e graves contra a jornalista Dunja Hayali são bem conhecidos na comunidade jornalística da Alemanha e muitos admiram sua habilidade de enfrentar seus agressores. Entretanto, ela muitas vezes admitiu sentir medo⁷⁹. Felizmente, em pelo menos dois casos, os tribunais alemães consideraram indivíduos culpados de disseminar ataques contra Hayali online e os puniram com o pagamento de multas⁸⁰.

Os gestores de mídia social na Alemanha disseram ao IPI que têm consciência de que as mulheres estão particularmente sujeitas a ataques virtuais, especialmente quando trabalham à frente das câmeras. Depois que a Deutsche Welle deu início a um programa de divulgação de vídeos curtos nas mídias sociais, as jornalistas que trabalham diante das câmeras tornaram-se alvos de graves ataques, tanto na Alemanha quanto, em maior medida, no exterior.

Quando questionados sobre soluções para lidar com mensagens abusivas contra mulheres jornalistas especificamente, gerentes e jornalistas na Alemanha concordaram conscientizar os membros da redação a respeito desse fenômeno é o fator mais importante. Os gestores de moderação e mídias sociais afirmam que, como é o caso das matérias sobre temas controversos, é necessário monitorar os comentários mais de perto quando o jornalista cobrindo uma determinada pauta é uma mulher.

Nossa pesquisa descobriu que as mulheres que trabalham para organizações de notícias de maior porte, que dispõem de estruturas para lidar com o abuso no ambiente online, terão a opção de abordar os ataques potenciais diretamente contra elas ou deixar essa tarefa a cargo de um colega ou gestor de mídias sociais.

No entanto, muitas mulheres jornalistas não trabalham em sistemas estruturados. As jornalistas freelancers ou aquelas que trabalham em redações menores são abandonadas e obrigadas a enfrentar as ondas de ódio e abuso sozinhas. Nesses casos, segundo os jornalistas, as redes de apoio, incluindo os colegas e amigos, têm se mostrado fundamentais. A rede Neue Deutsch Medienmacher, cujos membros são particularmente propensos a ataques e frequentemente atuam como freelancers, criou uma central de atendimento para aconselhar jornalistas sobre medidas preventivas e de proteção.

Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

Providências legais

Os gestores de mídia na Alemanha enfatizaram a importância de diferenciar claramente entre os ataques que requerem uma providência legal e aqueles para os quais as medidas jurídicas disponíveis inexistem ou são pouco eficazes. Em geral, parece haver consenso sobre o fato de que os recursos legais existentes previstos na lei alemã são suficientes para enfrentar as ameaças e os ataques mais graves dirigidos a jornalistas, e as equipes jurídicas que trabalham com grandes empresas de comunicação também apresentam esses casos às autoridades judiciais regularmente.

As decisões dos tribunais alemães contra os perpetradores de ataques online e insultos contra a jornalista Dunja Hayali são frequentemente apresentados como exemplos de processos judiciais bem-sucedidos, apesar das preocupações com a aplicação de sanções penais em casos de difamação. Embora os processos contra os agressores de Hayali tenham recebido muita atenção da mídia, há muitos outros casos em que os tribunais alemães foram capazes de identificar e processar os perpetradores de ataques online contra jornalistas.

As organizações de notícias alemãs afirmaram que é importante denunciar as ameaças graves à polícia. Segundo elas, em muitos casos iniciar um processo contra um agressor online, ou mesmo apenas ameaçar processá-lo, serviu como uma maneira de dissuadir novos ataques.

“Sempre que possível, levaremos os perpetradores dos ataques a tribunal”, disse um representante da ZDF ao IPI. “A ameaça de um processo também é útil para prevenir ataques”.

Ainda assim, o ônus financeiro de navegar o sistema judiciário significa que apenas os profissionais pertencentes às grandes organizações de notícias poderão fazê-lo, uma vez que estas dispõem dos recursos necessários.

A fim de fortalecer ainda mais os recursos judiciais nesta área e a experiência de procuradores e juízes, em fevereiro de 2018, a Landesmedienanstalt Nordrhein-Westfalen (a autoridade reguladora da mídia regional do estado da Renânia do Norte-Vestefália) lançou uma iniciativa com o objetivo de oferecer apoio jurídico a organizações de notícias e jornalistas, para que levassem casos de ataques virtuais aos tribunais⁸¹. Tendo como mote “processar em vez de excluir”, a iniciativa busca promover a repressão de postagens online de ódio, de modo a prevenir outros casos semelhantes.

No entanto, apenas uma pequena porcentagem dos ataques dirigidos a jornalistas todos os dias pode ser processada de acordo com a lei alemã. Em muitos casos, a linguagem usada é agressiva, insultuosa, ofensiva e/ou discriminatória, mas não constitui um ato criminoso e não há recursos legais disponíveis para enfrentamento. Em tais casos, a reparação pode ocorrer por meio de um tribunal civil, medida que tem se mostrado mais eficaz.

Por esse motivo, as redações, gerentes de notícias e jornalistas por toda a Alemanha têm desenvolvido estratégias alternativas para enfrentar esse ódio, proteger os jornalistas dele e de seus efeitos e, idealmente, assegurar que as conversas entre usuários que ocorrem na internet e nas plataformas de mídia social sejam relevantes, construtivas e interessantes, de modo a contribuir para o jornalismo.

Remoção de postagens e bloqueio de usuários

Seja nas próprias plataformas de notícias ou nas mídias sociais, a abordagem geral das redações na Alemanha é remover apenas as mensagens que são inequivocamente prejudiciais e que não contribuem para uma troca saudável de ideias. Isso também é verdade quando se trata de bloquear usuários, o que é feito apenas em casos muito extremos, como por exemplo no caso de uma ameaça direta. Essa abordagem se baseia, por um lado, na necessidade e no desejo das redações alemãs de respeitar a liberdade de

expressão como o princípio geral que defendem; e, por outro lado, no desejo expresso pelos editores online e gestores de mídias sociais de que as conversas ocorridas em suas plataformas reflitam, na medida do possível, o mundo exterior e a ampla variedade de opiniões dos usuários. As redações consideram vital que os usuários sintam que suas ideias se refletem nessas conversas e que as discussões relacionadas são, em muitos casos, a melhor ferramenta para evitar o aumento dos ataques.

Muitos gestores de mídias sociais na Alemanha disseram ao IPI que um diálogo e confronto constantes com os usuários, mesmo aqueles que usam linguagem agressiva, é importante para fomentar uma troca construtiva de ideias no longo prazo. Da mesma forma, muitos disseram que bloquear usuários geralmente é inútil, pois muitos perfis que disseminam conteúdo agressivo são bots ou operados por alguém que gerencia inúmeras contas ao mesmo tempo. Sendo assim, quando uma conta é bloqueada, outra imediatamente será criada.

Ao mesmo tempo, os comentários da comunidade de usuários online representam uma importante fonte de conhecimento para jornalistas e organizações de notícias. As opiniões que emergem das discussões online, ainda que sejam chocantes e perturbadoras, devem ser consideradas. Existem, no entanto, limites ao que se pode dizer, previstos, na maioria dos casos, por diretrizes internas definidas pela própria organização de notícias, as quais frequentemente também estão à disposição dos usuários e que levam em consideração tanto as leis aplicáveis como os padrões éticos.

Essas diretrizes frequentemente preveem que as postagens com ataques contra jornalistas sejam apenas removidas (no caso das plataformas de mídia social, na medida em que for tecnicamente possível) em casos extremos, ou seja, quando as postagens representarem ameaças, doxing, divulgação de informações privadas ou discurso de ódio ilegal, ou quando se tornar claro que o nível ou a intensidade do ataque pode acarretar danos reais ao jornalista. Embora qualquer ação seja geralmente discutida com os próprios jornalistas, a abordagem geral das redações alemãs continua a ser a de dar espaço à crítica tanto da cobertura jornalística quanto da própria organização de notícias e seus jornalistas, mesmo que essa crítica seja expressa de maneiras não-construtivas e até perturbadoras.

Ao mesmo tempo, por um lado, as organizações de notícias que operam no ambiente online farão todo o possível para prevenir ataques contra jornalistas ou asseguram que eles não se tornem ataques pessoais cruéis; por outro lado, para eles também oferecem apoio jurídico e psicológico a seus jornalistas e, assim, procuram limitar as consequências negativas dos ataques sobre os indivíduos.

A capacidade das organizações de notícias de abordar essas questões de maneira oportuna e eficaz depende principalmente dos recursos que elas podem e estão dispostas a dedicar à moderação de discussões online. As organizações de notícias tendem a concordar que, além da remoção rápida de postagens que violem as diretrizes da comunidade, a participação ativa nas conversas de jornalistas e outros moderadores é vital para prevenir e conter a publicação de ataques violentos contra jornalistas e encorajar críticas construtivas.

Intervenção humana vs. Uso de software

As regras da comunidade – que em alguns casos assumem a forma de um documento de políticas e diretrizes que circula na redação e é disponibilizado aos usuários, ou em outros casos como um conjunto de princípios regularmente discutidos e reavaliados entre os membros da redação – servem como um ponto de partida para determinar quais postagens devem ser removidas ou tornadas menos visíveis, na medida do possível, e quais exigem um tipo diferente de intervenção.

Dependendo do tamanho da redação, do número de postagens que o veículo recebe em suas várias plataformas e da disponibilidade de recursos, os gestores adotam diferentes mecanismos para garantir que as postagens que violem as regras da comunidade sejam removidas o mais rapidamente possível. O uso de software, incluindo programas baseados em inteligência artificial, para bloquear ou rastrear postagens problemáticas ainda é muito limitado na Alemanha, embora muitos gestores de mídias sociais acreditem que qualquer solução futura deverá adotar o uso de software, ao invés de se basear exclusivamente em recursos humanos.

A Spiegel Online, uma das maiores organizações de notícias da Alemanha, alcançou resultados bastante positivos por meio da implementação de software e programas de IA, embora reconheça que eles ainda estão pouco desenvolvidos e ainda há muito o que ser feito para desenvolver ferramentas realmente eficazes. A Spiegel usa software para rastrear postagens potencialmente problemáticas, que são posteriormente analisadas por especialistas para avaliar se elas violam as regras da comunidade e recomendar medidas a serem adotadas.

Quer o software seja ou não usado em qualquer parte do processo para rastreamento ou remoção de postagens problemáticas, os gestores de comunidade e gerentes de redação na Alemanha tendem a concordar que os programas de software existentes não são suficientes para resolver o problema inteiramente, e que a intervenção humana continua sendo indispensável. Olhando para o futuro, à medida que o número de postagens de usuários continua aumentando, os gestores de mídias sociais tendem a concordar que os programas de IA capazes de aprender e identificar postagens problemáticas cada vez mais precisamente com base em uma série de elementos, incluindo análises de linguagem e comportamento do usuário, serão a solução para limitar a disseminação de mensagens abusivas, incluindo as que atacam especificamente os jornalistas.

Relação com as plataformas de mídia social

Embora a remoção de postagens de plataformas próprias de uma organização de notícias (fóruns baseados na web ou páginas de mídia social que podem ser editadas diretamente) seja simples, a remoção de postagens de plataformas que as organizações de notícias não controlam diretamente, tais como Twitter ou Facebook, é mais complexa, pois requer a intervenção de terceiros. Aqui, as organizações de notícias dependem da disposição da plataforma para remover comentários problemáticos e sua agilidade ao fazê-lo.

As experiências das agências de notícias alemãs e de jornalistas ao solicitar às plataformas de mídia social que removam conteúdo são distintas. A maioria dos editores e gerentes entrevistados pelo IPI afirmou que os canais disponibilizados pelas plataformas de mídia social para solicitar a remoção raramente alcançam os resultados desejados. Na maioria dos casos, o conteúdo é removido com grande atraso ou não é removido. Os jornalistas e gerentes de redação costumam ficar com a impressão de que as plataformas de mídia social não consideram suas solicitações e que elas são processadas por sistemas de computador que enviam mensagens automatizadas. Um porta-voz do Twitter disse ao IPI que essas mensagens podem parecer automatizadas porque são escritas em uma linguagem padronizada, mas na verdade são gerenciadas por especialistas que seguem um determinado procedimento ao avaliar a solicitação.

Alguns jornalistas e gerentes de grandes redações digitais na Alemanha disseram ao IPI que seus pedidos de remoção de conteúdo problemático são levados em consideração apenas graças às relações pessoais que eles puderam desenvolver com representantes de plataformas de mídia social, as quais, em alguns casos, nem mesmo possuem escritórios na Alemanha.

O IPI discutiu essas questões diretamente com o Twitter em dezembro de 2018. A plataforma concordou que a situação descrita não era totalmente satisfatória e afirmou estar trabalhando para melhorar sua capacidade de atender às necessidades de jornalistas e organizações de notícias. Além disso, disse que espera colaborar com a comunidade jornalística para atingir esse objetivo.

Os gerentes de notícias e jornalistas têm consciência do quanto é complexo monitorar e avaliar um número enorme de postagens nas plataformas de mídia social, algo que exige muitos recursos para todas as partes envolvidas, especialmente em vista da necessidade de se assegurar que tais plataformas permaneçam disponíveis para uma troca livre de ideias e opiniões. No entanto, o sentimento geral nas redações alemãs é de que o sistema atual não está funcionando. Há um medo concreto de que as violências e abusos perpetrados que usam as mídias sociais e plataformas das próprias organizações de notícias para disseminar mensagens odiosas contra jornalistas e outras pessoas possa em breve superar o benefício oferecido pela disponibilidade de espaços para a troca livre de opiniões.

Atualmente, na Alemanha, em um contexto em que os jornalistas sentem que podem trabalhar em segurança e sem maiores repercussões, o desenvolvimento de uma comunidade de usuários forte que possa contribuir ativamente para os processos jornalísticos, servindo como uma “caixa de ressonância”, constitui uma meta vital para a maioria das redações online, a despeito dos problemas relacionados. As organizações de notícias acreditam que investir os recursos necessários para proteger os jornalistas de ataques, ao mesmo tempo em que deixam espaço para críticas ao seu trabalho e o desenvolvimento de um diálogo saudável com a comunidade de usuários não é apenas necessário, mas também vale o investimento.

Moderação e participação em discussões online

“Queremos investir no diálogo”, disse ao IPI a Spiegel Online, a segunda maior organização de notícias online da Alemanha, que recebe uma média de mais de 100.000 comentários no Facebook todas as semanas. Como ocorre com muitos outros veículos de comunicação online alemães, a Spiegel Online tem dedicado cada vez mais tempo e recursos a fim de criar um diálogo construtivo com sua comunidade de usuários.

A moderação de comentários, seja em sites de organizações de notícias ou nas mídias sociais, é percebida como um elemento central para limitar comentários abusivos. A maioria dos gerentes de redação que conversaram com a IPI concordou que essa tarefa não pode ser terceirizada de forma eficaz. As redações online relatam resultados positivos após a participação direta na moderação de fóruns de discussão online por jornalistas e gestores de mídias sociais. A participação explícita dos representantes da redação serve como impedimento para aqueles que pretendem postar mensagens abusivas. Ao mesmo tempo, os gestores e moderadores podem encorajar a comunidade de usuários a reagir conjuntamente àqueles que postam comentários agressivos contra jornalistas, o que termina por limitar os efeitos de postagens agressivas e gera um apoio esmagador aos jornalistas, por parte da comunidade.

Embora os recursos não permitam a presença e moderação constantes de todas as discussões em andamento, algumas redações adotaram a política de solicitar que seus jornalistas e moderadores estejam presentes e se envolvam na discussão por pelo menos um certo período após a publicação da matéria. Esta política é vista como particularmente importante para artigos e reportagens relacionados a pautas que são conhecidas por gerar ondas de abuso online.

A Deutsche Welle disse ao IPI que seu serviço em alemão tem um gestor de comunidade dedicado exclusivamente a moderar cada plataforma em que a DW está presente e que seu serviço em inglês conta até mesmo com gestores de mídias sociais ativos 24 horas por dia.

Representantes da DPA disseram ao IPI que a agência de notícias se envolve em discussões com usuários sempre que:

- » As postagens recebidas incluem questões concretas relacionadas ao trabalho da organização;
- » As postagens recebidas incluem pedidos de correção ou, de outra forma, alegam que a informação divulgada estava incorreta; ou
- » As postagens incluem críticas legítimas à cobertura jornalística.

Softwares e ferramentas específicos oferecidos por plataformas de mídia social, por exemplo no caso do Facebook, também são úteis para chamar a atenção de editores e gerentes para discussões nas quais os usuários se mostram particularmente ativos e podem exigir um monitoramento mais próximo e, potencialmente, uma intervenção direta. Enquanto a maioria das discussões tendem a ocorrer a respeito de conteúdo postado recentemente, às vezes conversas sobre conteúdo antigo são retomadas. Programas de computador são particularmente úteis em chamar a atenção dos moderadores para esses casos, que são difíceis de prever.

Estes programas também são usados para bloquear temporariamente discussões sobre tópicos particularmente delicados em momentos em que o monitoramento não é viável, como por exemplo no período noturno.

Apoio a jornalistas

Independentemente de terem desenvolvido ou não um conjunto escrito de diretrizes para a comunidade, as organizações de notícias alemãs concordam com a importância de se discutir regularmente a questão do assédio no ambiente online na redação e reavaliar as políticas internas relacionadas a ataques virtuais. Essa troca interna de ideias e informações assume três formas:

- » Workshops regulares (trimestrais ou semestrais) com a participação de especialistas, visando assegurar que todos os membros da redação estejam cientes e familiarizados com as ferramentas de segurança cibernética necessárias para proteger seus dispositivos, identidades e informações. Esses workshops também representam uma oportunidade para reavaliar as políticas e diretrizes existentes, compartilhar informações sobre novos assuntos que atraiam ataques virtuais e determinar a necessidade de novas medidas.
- » Reuniões de redação mais frequentes (semanais ou mensais) para discutir novos problemas, ataques específicos contra membros da redação, a abordagem editorial a ser adotada para a cobertura de pautas que atraem ataques virtuais e as tendências emergentes entre os membros da comunidade de usuários.
- » Reuniões de emergência em situações de crise para definir medidas de enfrentamento contra uma onda de ataques contra um jornalista.
- » As organizações de notícias com forte presença online também investem em medidas preventivas, com foco em workshops e oficinas que ensinam os jornalistas não apenas a proteger seus dispositivos (“cibersegurança”), mas também a lidar com conteúdo perturbador que eventualmente os alcance por meio digital.
- » Apoio jurídico e psicológico está disponível para jornalistas em situação de trauma, inclusive em relação ao assédio no ambiente online. As grandes empresas de mídia tendem a dispor de muito mais recursos nessa área. Jornalistas, moderadores e gestores de mídias sociais são informados de que as postagens dos usuários podem conter conteúdo abusivo que pode afetar seu bem-estar psicológico. Eles são encorajados a fazer pausas regulares, especialmente quando confrontados com conteúdo chocante ou perturbador. “Às vezes, até mesmo sair para passear ou tomar um café com um colega pode ser muito útil, e jornalistas e moderadores são incentivados a se manter cientes disso”, disse um representante da ZDF ao IPI.

Em apenas alguns casos, os jornalistas foram encorajados a tirar um período prolongado de licença como consequência de ataques virtuais. Na maioria dos casos, os jornalistas alemães sentem que tais ataques têm o potencial de induzir a autocensura, mas que graças às estruturas das redações de que fazem parte, em alguns casos às contribuições positivas que recebem dos usuários ajudam que reúnam a força necessária para lidar com aquilo.

Polônia

Ao longo de cinco dias em junho de 2018, os representantes do IPI se reuniram com os editores-chefes, editores administrativos, editores da web e de mídia social e jornalistas freelancer para entender melhor o assédio virtual e como ele é tratado na Polônia. O IPI visitou as redações do maior jornal diário nacional, o *Gazeta Wyborcza*; as revistas semanais *Polityka* e *Do Rzeczy*; a plataforma de jornalismo investigativo e checagem de fatos *OKO.press*; e publicações menores tais como a *Krytyka Polityczna* e a *Res Publica*. Além disso, o IPI organizou dois grupos de discussão: um para mulheres jornalistas e outro para freelancers, com a participação de um representante do Sindicato dos Jornalistas (*Towarzystwo Dziennikarskie*).

As reuniões focaram em diferentes tipos de mecanismos para enfrentamento do assédio online, incluindo prevenção, gestão de comunidades, gestão de mídias sociais, apoio psicossocial e medidas legais. No entanto, as discussões também proporcionaram uma oportunidade de aprender mais sobre o fenômeno geral do assédio virtual e suas manifestações no contexto da mídia polonesa.

Análise do contexto

No cenário político polarizado da Polônia, os jornalistas são alvos frequentes de ataques virtuais. O assédio contra jornalistas e usuários comuns tornou-se tão parte do cenário da Internet na Polônia que uma nova palavra foi incorporada ao idioma polonês: “hejt” (que é pronunciado como “hate”, que significa “ódio” em inglês).

Esses ataques virtuais refletem as profundas divisões na sociedade polonesa. O país está dividido entre partidários e opositores do partido conservador “Lei e Justiça” (“PiS”, em polonês), que tem estado no poder desde novembro de 2015, e essa divisão se estende a grande parte da mídia. Não há atualmente questões neutras na Polônia, segundo afirmaram vários jornalistas entrevistados pelo IPI em Varsóvia, em tom jocoso, referindo-se ao cenário de polarização aguda existente na sociedade polonesa e na mídia.

Análise do problema

No entanto, há vários assuntos que se destacam, alimentando o assédio contra jornalistas que escrevem sobre eles, perpetrado por pessoas do outro lado da divisão política.

A primeira questão é a política interna. Jornalistas que criticam o governo são atacados por seus apoiadores, que tentam deslegitimá-los e, assim, minar seu trabalho. Isso inclui rotulá-los como “esquerdistas”, um termo pejorativo para os conservadores poloneses, ou “os apoiadores dos perdedores”, referindo-se ao partido de centro-direita “Plataforma Cívica”, que perdeu as eleições de 2015 após oito anos no poder. Os críticos do governo são frequentemente acusados de serem apoiados ou financiados pelo exterior, mais especificamente pelo filantropo húngaro-americano George Soros, que é uma espécie de “bicho-papão” entre os membros da direita polonesa (e húngara). Por exemplo, em janeiro de 2018, o semanário conservador *Gazeta Polska* publicou um artigo intitulado “Ślepnące oko utrzymanków Sorosa. Portal OKO.press bez wsparcia z zagranicy”, que pode ser traduzido livremente como “O olho pálido de Soros tem

mantido o Portal OKO.press sem apoio do exterior”. Naquele país, isso incitou o ódio contra o pedido de ajuda financeira do site independente de jornalismo investigativo e checagem de fatos, além de seu número supostamente baixo de leitores. Ao apresentar o OKO.press como um fracasso, o Gazeta Polska tentou destruir sua credibilidade como um portal independente que mantém o governo sob escrutínio.

Esses tipos de ataques são sentidos de forma mais aguda pelo Gazeta Wyborcza, que tem se posicionado como o principal crítico do governo do PiS. O jornal tem enfrentado uma “avalanche de ódio”, segundo seu vice-editor-chefe, Jarosław Kurski. Outros jornalistas do jornal mencionaram ataques virtuais perpetrados por partidários do governo. O status do Gazeta Wyborcza como inimigo número um é tão forte que partidários do governo tratam qualquer forma de associação com ele como uma desvantagem. Como resultado, o OKO.press, que foi inicialmente cofinanciado pela editorado Gazeta Wyborcza, agora é chamado de “o filho do Gazeta Wyborcza”, como uma forma de desacreditá-lo ainda mais.

Assim, os jornalistas pertencentes a organizações de mídia que criticam o governo se veem obrigados a permanecer na defensiva.

“Somos questionados constantemente”, afirmou Wojciech Przybylski, presidente da organização Res Publica Nowa, que publica o periódico Res Publica, em referência aos ataques que a publicação recebe no ambiente online.

Em entrevistas ao IPI, nenhum jornalista admitiu ter adotado a autocensura, mas alguns afirmaram ter cogitado se afastar de determinadas pautas. Os jornalistas que escrevem sobre refugiados sofreram alguns dos ataques mais violentos. A recusa do governo polonês em receber refugiados do Oriente Médio como parte do esquema de realocação da UE, apresentando-os como uma ameaça à segurança, desencadeou uma onda mais ampla de discurso anti-imigração, e mais especificamente anti-muçulmano, entre os veículos de direita e nas mídias sociais. A reação na sociedade polonesa tem sido tão forte que jornalistas de publicações liberais dizem que mesmo seus leitores regulares que geralmente compartilham de sua visão de mundo reagiram negativamente contra seus artigos sobre refugiados.

Jornalistas também foram atacados por conta da maneira como escrevem sobre o passado judaico-polonês, assunto que ganhou as manchetes em janeiro de 2018, quando o PiS aprovou uma lei que responsabiliza o “Estado ou nação polonesa” pelos crimes do Terceiro Reich, os quais são passíveis de pena de até três anos de prisão (em junho, após consideráveis críticas por parte de Israel e dos Estados Unidos, a cláusula foi retirada). Os jornalistas que questionam o papel da Polônia durante a Segunda Guerra Mundial foram atacados nas mídias sociais, muitas vezes com conotações antisemitas, mesmo quando não eram judeus. Escrever sobre o passado judaico-polonês, ter um “nome que soa judaico” ou até mesmo a aparência de alguém pode desencadear insultos antisemitas nas redes sociais, disse ao IPI um jornalista que tem sido atacado frequentemente. A recente onda de ataques vem a reboque das difamações antisemitas de longo prazo contra o Gazeta Wyborcza e seu editor-chefe, Adam Michnik, uma figura da oposição da era comunista que possui raízes judaicas.

Finalmente, os jornalistas – geralmente mulheres – são atacados por escreverem sobre questões relacionadas ao gênero, tais como o acesso ao aborto. Desde que o PiS chegou ao poder, grupos conservadores apoiados pela Igreja Católica têm procurado endurecer as restrições polonesas ao aborto, as quais já figuram entre as mais rígidas da Europa. Os jornalistas que criticaram a proposta de proibição foram atacados com insultos e ameaças.

Em relação à resposta das autoridades policiais, os jornalistas sugeriram a necessidade de melhorias. Finalmente, os jornalistas sugeriram a necessidade de melhorar a resposta das autoridades à questão. Um jornalista com quem conversamos disse que chamou a polícia depois de receber ameaças de morte (por escrever a favor do acolhimento de refugiados na Polônia). No entanto, ele disse que a polícia disse que ele teria que entregar seu computador para ajudar na investigação, algo que ele se recusou a fazer. Ele deu a entender que a polícia não foi muito útil, quase como se desejasse desencorajá-lo a protocolar uma denúncia formal.

Análise das consequências

Mulheres jornalistas

As conversas do IPI com mulheres jornalistas em Varsóvia, tanto durante o grupo de discussão dedicado como individualmente, revelam a difusão dos ataques online contra jornalistas do gênero feminino.

Muitas delas afirmaram receber comentários condescendentes diariamente no ambiente online. Os ataques incluem ser chamadas pelo primeiro nome, ou pelo diminutivo (os quais são geralmente reservados às crianças pequenas ou às situações familiares íntimas), em vez da forma educada “Pani” (Sra.), que é normalmente usada entre estranhos na Polônia. As jornalistas também relataram ter recebido comentários sobre sua aparência, tanto positivos quanto negativos, em comentários online ou nas mídias sociais.

Uma jornalista descreveu a experiência de comportamento de stalker por parte de um leitor, a quem ela se refere como “meu fã psicopata”. O leitor comentava todos os seus artigos, muitos dos quais tratavam da situação dos refugiados na Europa, com insultos ao seu nome, o qual ele presumia ser ucraniano (ela é polonesa). “Ele me disse para voltar para a Ucrânia, em vez de escrever sobre refugiados”, ela disse ao IPI. “Seus comentários faziam sentido, o que sugere que ele não era um bot”.

Outra jornalista que participou do grupo de discussão do IPI com mulheres jornalistas é regularmente atacada por ser (erroneamente) associada à ancestralidade judaica. Os ataques incluem comentários tais como “Você vai morrer em Auschwitz” ou “Você vai deixar a Polônia pela chaminé [em Auschwitz]”. Ela também recebeu insultos ou ameaças relacionadas às ações de Israel contra os palestinos. “Eu experimento o antisemitismo todos os dias, embora eu não seja judia”, disse ela.

Inúmeras mulheres jornalistas relataram ter recebido ameaças no ambiente online. Uma jornalista que escreve sobre refugiados recebeu comentários afirmando que ela “deseja que os muçulmanos venham e a estuprem”. Outra jornalista disse que ela havia enfrentado doxing, como parte de um ataque virtual mais amplo contra ela, perpetrado

por círculos conservadores. Certa vez, ela recebeu uma mensagem que dizia: “Diga oi para sua irmã; Espero que ela esteja bem de saúde”, e o autor da mensagem se referia ao nome verdadeiro de sua irmã.

As jornalistas também descreveram o impacto do assédio online em seu trabalho e em suas vidas.

“Foi como levar um soco no estômago”, disse uma delas, que foi atacada no Twitter por um proeminente jornalista de direita, o que gerou uma avalanche de ataques por parte de seus apoiadores.

Jornalistas freelancers

O IPI também organizou um grupo de discussão com jornalistas freelancers e representantes da Associação de Jornalistas (Towarzystwo Dziennikarskie).

Sem o apoio de uma organização de mídia, os freelancers podem se sentir especialmente sozinhos quando enfrentam assédio. O grupo com o qual o IPI conversou em Varsóvia colocou o assédio online no contexto dos desafios mais amplos enfrentados por jornalistas na Polônia, especialmente os freelancers, que não possuem remuneração regular nem apoio institucional. Jacek Rakowiecki, que estava representando a Associação de Jornalistas, definiu o problema como um misto “pauperização” e “falta de solidariedade” entre jornalistas na Polônia. Segundo ele, isso agrava em vez de mitigar o problema do assédio online.

Além das questões principais descritas acima, jornalistas freelancers relataram ter sido alvo por conta de sua cobertura de assuntos específicos. Uma jornalista que se especializou em temas relacionados à Rússia afirma ter sido chamada de espiã russa por escrever uma resenha de livro que não foi considerada suficientemente anti-russa.

“Eu fui chamada de coisas horríveis por amigos e por pessoas que respeito intelectualmente. De certa forma, isso é mais doloroso do que ser assediada por bots”, ela disse ao IPI no grupo de discussão. “Aquilo se torna um campo minado em termos do que você deve ou não dizer”.

Outra jornalista freelancer que cobria uma série de assuntos culturais e ambientais, disse que foi assediada depois de escrever sobre caçadores. Seu artigo recebeu comentários desagradáveis. Ela também encontrou um artigo sobre ela própria em um site especializado em caça. Segundo ela, esse incidente fez com que ela pensasse duas vezes antes de escrever sobre caça novamente, temendo ser reconhecida e se colocar em situações perigosas.

“O discurso de ódio, sobre o qual as divisões políticas da Polônia têm sido projetadas, tornou-se parte da cultura polonesa”, disse Rakowiecki. Ele também alertou que isso pode ter um efeito devastador sobre os freelancers, que temem não conseguir novos trabalhos caso decidam falar sobre suas experiências de assédio no ambiente online.

Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

Estratégias individuais de enfrentamento

Os jornalistas que sofreram assédio online desenvolveram estratégias individuais de enfrentamento. A maioria concordou que eles devem evitar a interação com os agressores, pois isso pode encorajá-los. Segundo um jornalista: “Não adianta alimentar trolls”. As reações básicas incluem bloquear ou silenciar os abusadores. Como um jornalista destacou, a vantagem de silenciar é que o invasor nem sempre dá conta, o que evita uma reação por parte de usuários que comungam de ideias semelhantes. Os jornalistas também afirmaram denunciar comentários ou perfis abusivos no Twitter e no Facebook.

Uma jornalista disse que gosta de envolver seus seguidores no Twitter, pedindo a eles que denunciem os usuários que a atacam. Para isso, ela usa a hashtag #sprzãtamytwitter, que pode ser traduzida literalmente como “Estamos limpando o Twitter”. Seus seguidores respondem ativamente e alguns escrevem tweets dizendo “Eu te ajudei”. Essa abordagem tem a vantagem de fortalecer a comunidade online de apoio ao seu redor, disse ela.

Muitos jornalistas disseram que recorrem à estratégia de “naming and shaming” contra seus agressores nas redes sociais. No Twitter, isso envolve retuitar tweets ofensivos com um comentário, para que seus seguidores vejam. Em alguns casos, o jornalista conseguiu identificar o empregador de um agressor tal como listado em seu perfil do Facebook e enviou ao empregador um e-mail descrevendo o comportamento inadequado do funcionário em questão. Depois disso, o assédio parou, além de vir acompanhado por um tímido pedido de desculpas por parte do agressor.

Jornalistas que sofreram ataques orquestrados admitiram manter-se discretos no ambiente. Alguns disseram que haviam tirado uma folga das redes sociais, tanto para escapar do assédio quanto como uma maneira de se preservarem. Outra estratégia inclui desabilitar as notificações no Twitter.

“Você diz para si mesmo que não tem importância, mas aí você recebe uma série de mensagens. Por isso escolhi, por agora, construir estes muros”, disse uma jornalista que foi atacada de forma particularmente articulada. Ela acrescentou que se tornou menos acessível como jornalista deliberadamente, ao dificultar o contato online.

Outra jornalista recitou um mantra que ela repete para si mesma quando recebe um tweet ofensivo ou ameaçador: “Aquilo é o Twitter. Mas este é o mundo real. Estou segura, estou em casa. Aquilo é apenas o Twitter”. Ela tenta ressignificar os comentários críticos ou abusivos como um sinal de que está fazendo bem seu trabalho, no contexto do conflito político existente na Polônia.

“Toda vez que ouço esses comentários, eu tenho certeza de que estou fazendo algo certo e que devo continuar escrevendo”, ela disse ao IPI.

Outros tentam reagir aos ataques virtuais com bom humor. “Geralmente a gente apenas transforma tudo em piadas. Pelo menos eles [nossos críticos] lembram que nós existimos”, ironizou o redator-chefe de uma pequena agência de notícias. Um dos jornalistas da publicação usa os comentários de ódio que recebe como inspiração para suas colunas.

Cadastro e gestão de mídias sociais

As redações têm lutado para moderar as discussões online em seus sites ou nas mídias sociais com eficiência. Muitos citaram a falta de pessoal, no contexto dos problemas financeiros mais amplos das organizações de mídia e da pressão para acompanhar as notícias.

Os analistas de mídias sociais com quem o IPI conversou disseram que já estão sobrecarregados e incapazes de moderar os comentários no ambiente online com frequência. Alguns sentem que seu trabalho está cobrando um preço caro demais.

“Ao trabalhar com redes sociais, você se torna insensível”, disse um editor de mídia social ao IPI. “Você pode desenvolver uma visão muito sombria do mundo”. Mesmo assim, ela se sentiu incapaz de se afastar das redes sociais por períodos mais longos, citando a falta de funcionários que pudessem substituí-la.

Os analistas tendem a diferir em sua abordagem aos comentários no site da organização de mídia e em plataformas externas, tais como Twitter ou Facebook. Forçados a definir prioridades, muitos disseram que raramente moderam discussões no Twitter ou no Facebook, focando em seus próprios sites ao invés. Com efeito, alguns analistas de mídias sociais sugeriram que remover comentários no Facebook pode ser contraproducente, pois pode desencadear uma reação por parte de outros usuários.

Incapazes de moderar os comentários em todos os artigos, algumas redações têm experimentado criar dificuldades para que os leitores possam comentar as matérias. Por exemplo, o *Krytyka Polityczna* deixou de utilizar comentários abertos em seu site e adotou um plugin para Facebook que força os leitores a efetuar login em suas contas antes de comentarem. A medida resultou em menos comentários, mas o nível geral da discussão melhorou, segundo Agnieszka Wiśniewska, editora-chefe do *Krytyka Polityczna*.

O *Gazeta Wyborcza* foi ainda mais longe. Desde agosto de 2017, a publicação tem limitado os comentários a seus assinantes. Antes disso, bastava que os usuários se registrassem ou fizessem login pelo Facebook para comentar. Com o jornal lutando para lidar com os comentários de ódio, a mudança foi uma tentativa de “limpar essa bagunça”, segundo Mateusz Szaniewski, editor de mídias sociais do jornal, revelou ao IPI. Após a mudança, o número de comentários caiu de cerca de 100.000 para 55.000 por mês, em média. Desde então, o número total se estabilizou em aproximadamente 70.000. Ou seja, a queda não foi tão drástica quanto era esperado.

“Nós achávamos que a mudança mataria a seção de comentários, mas isso não aconteceu”, disse Szaniewski. As regras para comentários permanecem inalteradas; assinantes que comentam ainda precisam ser educados.

Em raras ocasiões, o *Gazeta Wyborcza* toma medidas adicionais para limitar comentários potencialmente odiosos. Em setembro de 2015, no auge da crise migratória na Europa e poucas semanas antes das eleições parlamentares polonesas, o jornal decidiu fechar a seção de comentários em artigos sobre refugiados. “Aquilo não era uma discussão, era uma avalanche de ódio que não podíamos controlar”, disse Szaniewski. Ocasionalmente, o jornal proíbe os comentários em artigos sobre pessoas específicas, incluindo obituários.

Medidas de apoio

A forma mais comum e eficaz de apoio psicossocial mencionada nas reuniões do IPI com jornalistas poloneses envolvia conversar com colegas e receber apoio de seus pares. As redações visitadas pelo IPI explicitaram a falta de suporte psicossocial formalizado para jornalistas vítimas de assédio no ambiente online. Embora a maioria das redações tenha acesso a advogados, seja internamente (em grandes organizações de mídia) ou externamente (em organizações menores), o apoio psicossocial permanece limitado e informal. Os jornalistas não dispunham de acesso imediato a um psicólogo ou outro profissional similar no ambiente de trabalho.

Sem mecanismos formais de apoio, os jornalistas contam com o apoio informal de seus editores, outros colegas e familiares. Os editores enfatizaram a importância de cultivar um senso de comunidade na redação, como uma forma de rede de apoio aos jornalistas. Esse senso de comunidade era especialmente forte em redações menores, tais como a do OKO.press e do Krytyka Polityczna, em que os jornalistas formam grupos próximos, fortalecidos pela socialização fora do escritório.

Agnieszka Wiśniewska, editora-chefe do Krytyka Polityczna, disse que mantém contato com colaboradores autônomos regulares e tem buscado fortalecer laços informais com eles usando um thread de e-mails, onde todos podem compartilhar contatos ou outras informações. Ela acrescentou que mais oportunidades de se encontrar pessoalmente como um grupo poderiam ser uma boa ideia.

Mesmo assim, alguns jornalistas destacaram as limitações desse tipo de apoio informal. Uma jornalista que foi atacada no Twitter disse que, embora seus colegas tentassem ser simpáticos, eles estavam mal preparados para oferecer o apoio psicossocial de que ela precisava. “Eles simplesmente me disseram para ‘ignorar o agressor’”, ela disse.

Os jornalistas também sentem que falta solidariedade profissional mais ampla entre jornalistas de todo o espectro político. “Se um jornalista é caluniado publicamente nos meios de comunicação, todo mundo é um alvo em potencial. Um dia é você, no outro dia sou eu”, disse um jornalista de um jornal de grande circulação.

Finalmente, os jornalistas também destacaram a importância de construir uma comunidade de leitores por meio do engajamento com comentários construtivos nos comentários postados no ambiente online ou em mídias sociais. Muitos relataram casos de leitores que vieram em sua defesa quando eles sofreram ataques virtuais. Eles acrescentaram que esses seguidores leais também podem fomentar uma discussão saudável sobre os artigos, ofuscando os trolls.

Espanha

Em abril de 2018, o IPI, juntamente com a Plataforma de Defesa da Livre Expressão (PDLI), reuniu-se em Madrid e Barcelona com representantes de diversos veículos de comunicação, jornalistas e sindicatos de imprensa, a fim de realizar um levantamento da abrangência do fenômeno conhecido como assédio online e de seus impactos tanto sobre as equipes de funcionários, quanto sobre os jornalistas freelancers.

O IPI escolheu a Espanha para o estudo-piloto porque o debate sobre a independência na Catalunha, a proliferação de casos de corrupção política na última década e o ímpeto renovado da luta pela igualdade de gênero moldaram uma nova realidade social que reflete muitas das questões em outros países.

Análise do contexto

Desde a instauração da democracia, a última década foi um dos períodos mais convulsivos vividos na Espanha. Em termos gerais, a profunda crise econômica que atingiu as classes média e baixa de forma especialmente dura e a ocorrência constante de casos de corrupção política corroeram a confiança da sociedade espanhola em suas instituições. O descontentamento de grande parte da população deu origem, por um lado, aos protestos sociais organizados pelo “11M”, que originaram novas formações políticas e, por outro, ao fortalecimento de movimentos sociais que já existiam há anos, como o processo de independência da Catalunha.

Análise do problema

A reestruturação do espaço político ao longo desse período gerou tensões que também se refletiram nas mídias sociais. Em um contexto polarizado, em que se “você não está do meu lado, você está contra mim”, os jornalistas se tornaram alvo de avalanches de mensagens intimidadoras no Facebook, Twitter ou nas seções de comentários dos sites. Os padrões dessas mensagens e comentários às vezes parecem sugerir uma ação coordenada.

“Às vezes é essa a impressão que se tem”, disse Pepa Bueno, apresentadora do programa de rádio Hoy por Hoy da Cadena SER, sobre os ataques virtuais. “Quando você termina uma entrevista difícil com um líder político que está em um momento especial ou em que muitas contradições surgem, trazendo à tona suas contradições, às vezes fica a impressão de que a reação (nas mídias sociais) é muito coordenada e instantânea e que, além disso, os influenciadores desse partido ou pertencentes ao ambiente daquele político apoiam essas mensagens ou querem validar os insultos. Isso aconteceu durante a campanha eleitoral e por volta de 1º de outubro (referendo de 2017 na Catalunha), quando a opinião pública estava mais polarizada do que nunca”.

Da mesma forma, Mònica Terribas, uma das jornalistas mais influentes da Catalunha e apresentadora do programa El Matí de Catalunya, na rádio pública local, descreveu como a interpretação constante, aut centrada ou partidária de suas palavras resulta em um sentimento de exaustão psicológica.

“Desde que comecei a trabalhar na Matí de Catalunya, há cinco anos, tenho a sensação de que todas as minhas palavras são interpretadas e traduzidas por muitas pessoas

de maneiras que vão muito além do significado que eu desejo atribuir a elas”, disse. “É muito cansativo porque isso tira a espontaneidade, o frescor e a capacidade de compartilhar a alegria, principalmente quando muitas pessoas estão passando por momentos muito difíceis”.

Além disso, no caso dela, as ameaças ultrapassaram a fronteira do mundo virtual e resultaram em ataques físicos ao prédio em que trabalhava, além de manifestações organizadas por grupos de extrema direita que exigiram sua renúncia.

“Não me importa que um grupo extremista mais ou menos de direita venha atirar pedras nas janelas da estação de rádio”, disse Terribas. “O que me preocupa é que a polícia não os identificou, embora haja fotos, ou o fato de que o promotor público não tenha aberto uma investigação ex officio, apesar de ter levado adiante casos menos graves”.

Essa perda de confiança nas autoridades é uma preocupação central para Ana Pastor, apresentadora do noticiário El Objetivo da emissora La Sexta. “Acredito que as redes às vezes são uma bolha, às vezes um lugar para autoglorificação e às vezes um lugar em que crimes são cometidos, mas não são processados da mesma forma”, disse.

Neste contexto de polarização, Pastor argumenta que devemos distinguir entre as ameaças de indivíduos anônimos e as mensagens enviadas por líderes políticos que ocupam posições de poder. “Por exemplo, quando trabalhei para a emissora pública espanhola, um político disse abertamente nas redes sociais que eu deveria ser demitida. E veja só, que surpresa, eu fui dispensada. Quando você está em uma posição de poder e exerce seu poder dessa forma, isso é claramente um atentado à liberdade de expressão, e já testemunhamos isso neste país em várias ocasiões”.

“O objetivo dessas campanhas é fazer com que os jornalistas pensem duas vezes antes de fazer perguntas ou publicar informações”, disse David Alandete, ex-vice-diretor do El País. “Graças às campanhas no Twitter realizadas por grupos como o Wikileaks, a mídia russa, certos partidos políticos ou o movimento pela independência na Catalunha, estamos vendo uma tendência preocupante de autocensura, com as pessoas começando a pensar duas vezes antes de denunciar qualquer coisa. Isso é muito perturbador”.

“Não existem jornalistas bons ou ruins”, disse Terribas. “Existem apenas jornalistas que estão no meio dos acontecimentos, seja na Catalunha ou em Madrid. Há muitos anos que falamos sobre isso (o movimento de independência da Catalunha). Este conflito começou em 2003 com a adoção do novo estatuto (da Catalunha).

Agora estamos em 2018, então faz 15 longos anos que temos lidado com esse conflito. Cada um simplesmente faz o seu trabalho a partir da sua perspectiva, com o seu conhecimento e boa fé”.

Análise das consequências

Virginia Pérez Alonso, co-diretora do jornal Público e presidente do PDLI, expôs as consequências do assédio online contra as mulheres jornalistas em termos de diversidade de informação: “Estamos em uma sociedade em que as vozes femininas são menos ouvidas do que as masculinas porque os homens predominam nas estruturas de poder, às quais as mulheres têm dificuldade de se associar e ser ouvidas. Se a essa altura as mulheres se abstiverem de fazer certos comentários ou publicar informações, nós privaremos os cidadãos do acesso a outras vozes”.

Impactos no trabalho

Os meios de comunicação que participaram deste estudo não costumam questionar o trabalho de jornalistas sujeitos a ataques indiscriminados nas mídias sociais e estão habituados a disponibilizar os serviços jurídicos ou psicológicos necessários. No entanto, um dos efeitos mais comuns do assédio online é, em casos extremos, a diminuição da confiança dos jornalistas afetados.

“Os jornalistas temem ser ‘punidos’ pela empresa quando ocorrem avalanches de críticas negativas, porque em muitos casos o que eles (os assediadores) exigem é a nossa demissão”, explicou Maldonado. O jornalista do El Español explicitou um temor que é compartilhado pela maioria dos entrevistados, e principalmente por jornalistas freelancers, embora não encontre sustentação nos fatos. A maioria dos meios de comunicação, incluindo o El Español, tem apoiado seus jornalistas diante das avalanches de insultos e ameaças externas.

Por um lado, o depoimento de Maldonado exemplifica o impacto emocional desse tipo de agressões a jornalistas – e principalmente a mulheres jornalistas pela virulência das mensagens – e, por outro lado, o impacto em seu trabalho, o medo de sua reputação como jornalistas ser prejudicada e, conseqüentemente, sua carreira.

No âmbito da missão realizada pelo IPI e o PDLI, foram organizados três grupos de discussão: dois com jornalistas freelancers (sendo um em Madrid e outro em Barcelona) e um com foco em mulheres jornalistas. Essas reuniões foram realizadas de acordo com as regras da Chatham House, segundo as quais o conteúdo das reuniões pode ser publicado, mas não atribuído. A ideia é que proteger a identidade dos participantes favorece o diálogo.

“Há o receio de que não me contratem para outros trabalhos porque, na opinião deles, posso ser uma pessoa problemática, propensa a conflitos ou radical”, disse um jornalista freelancer. “E eu não me considero assim, mas é a forma como os outros te percebem [que conta]”.

O assédio online é especialmente prejudicial para jornalistas freelancers, uma vez que as mídias sociais são ferramentas intimamente associadas ao seu sucesso profissional. “Os jornalistas freelancers não são capazes de viver sem as redes”, disse outro jornalista. “E lá que as universidades que me contrataram para seus cursos de verão e as editoras que encomendam livros, etc., me encontram”.

As mídias sociais também costumam funcionar como uma carta de apresentação para jornalistas. Um deles destacou que a imagem que os gestores e editores de mídias sociais têm deles depende em grande parte da imagem que outras pessoas constroem a respeito deles nas mídias sociais.

“O assédio online é sério porque você precisa se destacar na internet para conseguir mais trabalho”, explicou outro freelancer. “Quando fui vítima, a internet e as redes sociais ainda eram as plataformas em que trabalhava. Eu não pude desativar minha conta no Twitter porque eu vivia disso”.

“Nesse sentido, o assédio no ambiente online resulta em pobreza”, disse outra jornalista freelancer que testemunhou como a avalanche de ataques tem sido um fator determinante na redução do número de trabalhos ofertados a ela. “É uma agressão econômica radical, porque ficamos na rua, sem salário”.

Custo pessoal

Os insultos e ameaças que ocorrem no mundo virtual, ao contrário dos abusos do mundo real, desumanizam o indivíduo atingido. Como o objeto da agressão é uma assinatura, um rosto na televisão ou uma voz no rádio, parece não haver uma pessoa real por trás do relato pessoal de um jornalista. Como Maldonado apontou: “(Os assediadores virtuais) esquecem que também acordamos de manhã, que temos famílias, que as coisas nos machucam”.

Portanto, as ameaças permanecem, para além do meio (online ou offline) através do qual foi enunciada. Pepa Bueno forneceu uma explicação detalhada desse fenômeno, comparando o impacto emocional dessas campanhas de ameaças aos rounds de uma luta: “Primeiro você ignora; em seguida você experimenta uma indignação violenta e se sente tentado a responder, ou apenas bloquear a pessoa; daí você aprende a detectar uma ameaça que vai além das palavras e comunicá-la à polícia; e finalmente, você aprende a se distanciar. Você diz a si mesmo que ‘essa coisa’ existe, e aprende a conviver com ela”.

Apesar de tudo, Bueno argumentou que aprender a se distanciar não é um processo simples: “Para nos isolarmos disso, precisamos de um ‘músculo’ que não usamos muito. Há dias em que você diz: ‘Não vou olhar as notificações’. Se você tem um dia difícil, não sente vontade de enfrentar aquilo”.

O fato de o assédio nas mídias sociais ser percebido pelos jornalistas como um preço a mais que eles devem pagar pelo exercício de sua profissão significa que o processo que começa com o assédio e vai até o momento em que o profissional se torna ciente das consequências emocionais leva tempo. “Demorei muito para me reconhecer como vítima e entender que as ameaças nas redes sociais afetam nossa vida real”, disse Lara Siscar.

Siscar sofreu assédio nas redes sociais por mais de dois anos antes de decidir denunciar o caso à polícia em 2015. A polícia prendeu dois assediadores que haviam criado mais de 30 perfis em diferentes mídias sociais, a fim de ameaçá-la e intimidá-la. Em janeiro deste ano, Siscar denunciou um novo caso de assédio online. Desta vez, um usuário roubou sua identidade no Twitter.

Similarmente, outro jornalista disse que “você acaba acreditando que minha visibilidade era algo ruim e que eu estava pedindo para aquilo acontecer”. No caso dela, o assédio contínuo fez com que ela nem conseguisse ligar o computador para escrever. “Aquilo me dava crises de ansiedade”, explicou ela.

Diante de tamanha pressão psicológica, alguns dos jornalistas que participaram dos grupos de discussão disseram que muitas vezes se sentiam pressionados a ponderar sobre cada uma das palavras que escreviam, ou limitar suas interações nas mídias sociais. Em casos extremos, essa pressão pode levar à autocensura.

“Sim, eu acho que a autocensura está na ordem do dia”, disse um jornalista. “Mesmo assim, eu tento dizer o que quero dizer com a maior elegância possível, porque é insuportável passar três dias lendo insultos”.

Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

Cadastramento e gestão de mídias sociais

O fato de um usuário não poder comentar as matérias no ambiente online a não ser que realize um cadastro tende a reduzir o número de comentários agressivos contra os jornalistas. Durante o processo de cadastramento que permitirá que os usuários postem comentários, eles geralmente precisam fornecer informações como nome e sobrenome, documento de identidade, endereço de e-mail, local de residência e idade.

Conforme explicado por Izaskun Pérez, gestor de mídia social da emissora Cadena SER: “Anos atrás, os usuários também tinham que escolher um apelido, mas percebemos que, se as pessoas usassem um pseudônimo ao invés de seu nome e sobrenome, era mais provável que postassem comentários ofensivos contra os jornalistas. Obviamente, não verificamos novamente os dados que eles nos enviam, mas a exigência de cadastro reduziu significativamente o número de trolls em nossas plataformas”.

O ARA, um jornal publicado na Catalunha, passou por uma experiência semelhante. Nesse caso, os usuários devem possuir uma assinatura mensal (após os primeiros 30 dias de teste gratuito) para poder comentar as matérias. No fim das contas, os assinantes começaram a postar comentários mais moderados desde que este sistema foi introduzido.

Há duas estratégias principais para moderar e gerenciar os comentários. Uma opção é terceirizar essa função para empresas especializadas. Este é o caso da rádio PRISA, entre outras organizações. Segundo Pérez, a empresa que gerencia os comentários usa um filtro duplo para aprovar e publicar um comentário:

Primeiramente, a mensagem passa por um filtro automático, antes que uma decisão manual seja tomada a respeito de quais comentários publicar.

A filtragem automática é realizada por um programa de computador que classifica os comentários como vazios, spam ou “brancos” (ou seja, aqueles que cumprem com a política de uso do fórum de discussão). O programa também identifica comentários que possuam palavras relacionadas a temas atuais (tais como nomes de políticos, campanhas, hashtags, etc.). Estes últimos avançam para outra fase, em que cada comentário é analisado manualmente antes que uma decisão seja tomada quanto a sua publicação.

Há dois casos em que a empresa entra em contato com a equipe de edição do site:

- » Quando há comentários contendo assédio ou ameaças.
- » Quando há comentários questionáveis, ou seja, comentários que poderiam ser publicados, mas que requerem uma decisão editorial. Nesse caso, os responsáveis pela edição devem tomar a decisão.

A empresa terceirizada contratada pela Cadena SER para moderar os comentários utiliza o “fator carma” em seu sistema de moderação automática. Este sistema recompensa os usuários que escrevem comentários construtivos. Quando um usuário envia um novo comentário, o sistema analisa seu histórico. Caso seus comentários anteriores tenham sido bloqueados anteriormente por conta de insultos, ameaças ou similares, os filtros são muito mais rígidos do que para os usuários que têm mantido um comportamento apropriado.

A segunda opção é centralizar a gestão dos comentários na própria redação. Este é o caso do ARA. Embora para acelerar o processo eles primeiramente usem um programa que verifica cada comentário para detectar palavras-chave, seja eles insultos ou outros, o gerenciamento é em grande parte feito manualmente. Ou seja, mesmo quando o software detecta uma palavra-chave, o comentário é supervisionado por um membro da equipe da web da ARA, e ele ou ela decide se devem publicá-lo ou não. O jornal geralmente aprova 75% dos comentários que recebe, e a redação só recebe as mensagens que já foram filtradas.

O El País também conta com uma empresa com uma grande equipe para moderar e gerenciar as discussões. Além de aprovar ou rejeitar os comentários, os editores decidem se devem fechar a seção de comentários de algumas matérias, a fim de desencorajar campanhas de intimidação e descrédito contra jornalistas. Conforme observou o ex-editor-adjunto David Alandete, há alguns artigos, como os de opinião, por exemplo, que são automaticamente fechados para comentários, “porque não queremos ter em nosso site matérias que hospedem ataques orquestrados contra um membro do El País”.

Como resultado dos esforços para bloquear insultos e ameaças em fóruns da internet, as campanhas para assediar e desacreditar jornalistas são frequentemente transferidas para as mídias sociais.

Nestes casos, o El Español, que possui uma comunidade forte no Facebook, oculta todos os comentários ofensivos ou violentos, sejam eles dirigidos a jornalistas ou outros leitores. Segundo a gestora de mídias sociais, Ana Delgado, o site de notícias adotou essa medida porque desejava “ser um site que tenha um diálogo de qualidade. Nós não praticamos a censura; qualquer crítica é aceita, desde que seja respeitosa”.

Delgado também disse que às vezes os próprios usuários encurralam e expulsam os assediadores: “Temos uma comunidade muito leal que nos ajuda a manter os inimigos à distância. Eles próprios argumentam contra eles (os agressores). Nos limitamos a supervisionar as conversas e, quando há insultos, nós as ocultamos”.

No entanto, o Twitter é mais difícil de ser gerenciado, argumenta Delgado. O El Español adotou a posição de “não alimentar os trolls ou os assediadores”. “Não interagimos com os usuários (no Twitter)”, explica. “Os próprios jornalistas, se quiserem, podem interagir com eles através de suas próprias contas pessoais. Não temos uma política clara a respeito desse tipo de perfis”.

O ARA adotou uma estratégia semelhante. No início, eles consideraram interagir com os usuários no Twitter, mas depois desistiram da ideia. Eles apenas se posicionam contra campanhas muito agressivas e geralmente respondem de forma neutra.

Medidas de apoio

Os colegas geralmente são o primeiro recurso ao qual os jornalistas recorrem em busca de conselhos. Pepa Bueno disse ao IPI: “Ultimamente começamos a compartilhar estratégias quando falamos um para o outro na redação: O que você faz? Como você reage? Como tem se sentido?”.

Nesse sentido, Lara Siscar se tornou um ponto de contato entre seus colegas editores: “Mais e mais colegas me procuram para obter conselhos porque fui uma das pioneiras em denunciar esse tipo de assédio”.

Embora o apoio dos colegas seja importante para minimizar o impacto emocional desses ataques, o apoio inequívoco da empresa de notícias para a qual os jornalistas trabalham é essencial.

Organizações de mídia como os jornais El País e La Vanguardia ou Catalunya Ràdio contam com equipes de mídias sociais que oferecem apoio inicial ao jornalista, para que eles saibam como agir quando for eventualmente atacado. Às vezes, tais equipes até reagem diretamente aos ataques virtuais nas mídias sociais. Os protocolos de ação usados por essas três organizações de mídia em caso de assédio têm vários pontos em comum:

- » O jornalista deve se aproximar da equipe de mídias sociais.
- » A equipe de mídias sociais determina a gravidade do caso e, em caso de dúvida, busca orientação jurídica.
- » Se o caso for considerado grave, as plataformas de mídia social são solicitadas a retirar o comentário por meio dos protocolos disponíveis para tal.
- » Em seguida, as mensagens são salvas e o caso é enviado ao departamento jurídico e ao departamento de recursos humanos, a fim de iniciar o procedimento jurídico para que a queixa seja protocolada.

No El País e no La Vanguardia, essas ações são coordenadas com o conselho de redação (órgão que representa os interesses dos jornalistas junto à direção), bem como com a própria direção.

Em organizações de mídia cuja estrutura é menor, os mecanismos de denúncia e ação são mais informais. Eles costumam usar os grupos de WhatsApp ou Slack para reportar os casos de assédio e discutir como reagir a eles.

Os mecanismos de prevenção e análise de ataques virtuais são importantes para reduzir o impacto emocional e profissional sobre os jornalistas. Uma das medidas que o Público desenvolveu para descobrir se o assédio digital influencia os próprios jornalistas foi o envio de um questionário anônimo aos membros da equipe de redação. No questionário, os jornalistas foram questionados a respeito dos seguintes aspectos:

- » Se eles já haviam sido assediados online. Se sim, que tipo de assédio sofreram;
- » Se eles se sentiram apoiados por sua empresa;
- » Se eles se sentiram apoiados por seus colegas; e
- » Se eles denunciaram o abuso, e que papel eles acreditam que a organização de mídia deve desempenhar nesses casos.

“Ainda estamos analisando essas respostas e incentivando discussões em nossa redação para garantir que todos os jornalistas, principalmente as mulheres, sintam que os apoiamos”, disse a editora Virginia Pérez Alonso.

O treinamento de jornalistas e outros membros da equipe nesses tipos de ataques virtuais é essencial. A Catalunya Ràdio explicou ao IPI como utiliza os cursos de formação nas mídias sociais, embora estes não sejam tanto centrados em como agir em caso de ameaças, mas sim em sua gestão pessoal no âmbito profissional.

Reino Unido

Ao longo de cinco dias, em setembro de 2018, a delegação do IPI se reuniu com editores, gerentes, gestores de mídias sociais e especialistas em moderação de comunidades online vinculados a uma variedade de veículos de comunicação, bem como jornalistas freelancers, para compreender mais profundamente o fenômeno do assédio online e a maneira como ele é tratado no Reino Unido. O IPI visitou as redações da emissora pública britânica BBC, a agência de notícias Reuters, os jornais nacionais The Guardian, o Telegraph, o Times e o Daily Mirror, bem como a Reach PLC, que é uma empresa que edita diversos jornais regionais. Além disso, o IPI organizou um grupo de discussão para jornalistas freelancers e se reuniu com o Sindicato Nacional de Jornalistas (NUJ) e com Becky Gardiner, uma conferencista sênior da Goldsmiths.

As reuniões concentraram-se em diversos tipos de mecanismos para enfrentamento do assédio online, incluindo medidas proativas e reativas tomadas pelas redações, gestores de moderação e mídias sociais e apoio psicossocial e entre pares.

A maioria das redações que o IPI visitou em Londres teve experiências diretas de assédio virtual contra seus jornalistas. A quantidade de assédio virtual que os jornalistas britânicos enfrentam regularmente levou muitas organizações de mídia a esboçar recomendações e diretrizes passo a passo para jornalistas e seus gerentes. Essas diretrizes visam prevenir o assédio online e ajudar os jornalistas a se recuperarem dele. Elas também aconselham a respeito de quando as ameaças potenciais à segurança dos jornalistas chegam ao ponto de exigir o envolvimento da direção e/ou das autoridades.

Análise do contexto

A maioria das redações que o IPI visitou em Londres teve experiências diretas de assédio online contra seus jornalistas. A quantidade de abusos que os jornalistas britânicos enfrentam regularmente levou muitas organizações de mídia a esboçar recomendações e diretrizes passo a passo para jornalistas e seus gerentes. Essas diretrizes visam prevenir o assédio online e ajudar os jornalistas a se recuperarem dele. Elas também aconselham a respeito de quando as ameaças potenciais à segurança dos jornalistas chegam ao ponto de exigir o envolvimento da direção e/ou das autoridades.

Em geral, as campanhas de assédio online contra jornalistas no Reino Unido são desencadeadas por conta de assuntos que se mostraram inflamáveis em toda a Europa, incluindo a imigração e os grupos e atores políticos de direita. Um tópico específico que gerou assédio a jornalistas está relacionado ao Brexit, ou seja, a retirada do Reino Unido da União Europeia, que dividiu o país.

As redações do Reino Unido afirmam que os jornalistas que fazem aparições regulares na televisão ou no rádio como apresentadores ou comentaristas são os que têm maior probabilidade de sofrer assédio. As mulheres jornalistas estão particularmente em risco, pois pertencem a grupos minoritários. Na maioria dos casos, o abuso contra jornalistas ocorre por meio de e-mails, telefonemas, publicações nas mídias sociais ou nas seções de comentários em sites de notícias.

Muitas das redações com as quais o IPI conversou relataram ter passado por ao menos uma situação que exigiu o envolvimento da polícia a fim de assegurar a integridade física de um jornalista. Os editores afirmaram que a polícia ainda precisava de recursos e conhecimentos sobre assédio online para poder fazer uma avaliação mais cuidadosa das ameaças reportadas por jornalistas.

O assédio virtual é visto como algo que impacta o bem-estar psicológico e a capacidade de trabalho dos jornalistas. “Frequentemente, torna-se quase impossível para os jornalistas escreverem suas matérias porque o ruído do abuso enterra a oportunidade de se alcançar e envolver um público mais amplo através de seu jornalismo”, disse um analista de mídias sociais.

Alguns editores disseram que muitos jornalistas abandonam as mídias sociais ao menos temporariamente por conta de incidentes de assédio online, às vezes por sugestão de seus próprios gerentes. O assédio online também dificulta que jornalistas se envolvam em conversas com o público nas mídias sociais.

Até certo ponto, o assédio virtual também afeta as pautas que os jornalistas cobrem. Os jornalistas atingidos podem ser transferidos de áreas específicas que tenham gerado assédio. Alguns editores disseram que debateram se seria melhor dividir o peso dos efeitos da cobertura de certos assuntos entre vários jornalistas ou se essa prática apenas serviu para aumentar o número de jornalistas atingidos por casos de assédio online. No entanto, nenhum dos gerentes ou jornalistas com quem o IPI falou afirmou que o assédio online acarretou uma quantidade significativa de autocensura.

Análise do problema e das consequências

Mulheres jornalistas

Um dos casos de assédio mais notórios no Reino Unido envolveu a primeira editora política da BBC, Laura Kuenssberg. Kuenssberg foi alvo de mensagens abusivas ao ponto que a BBC contratou um guarda-costas para ela durante a campanha para as eleições gerais 2017 no Reino Unido. A percepção geral no Reino Unido é que as jornalistas estão mais sujeitas a ser vítimas de assédio online do que seus colegas do sexo masculino. As jornalistas que fazem aparições regulares como apresentadoras ou comentaristas de notícias ou programas de atualidades na TV são particularmente visadas. Outro grupo que convive com abusos são as jovens jornalistas que reportam ou escrevem artigos de opinião sobre questões relacionadas a gênero e feminismo.

Essa percepção foi apoiada por pesquisas recentes conduzidas por Becky Gardiner, uma conferencista sênior da Goldsmiths, da Universidade de Londres, e ex-editora de comentários do Guardian. Gardiner analisou os comentários que os moderadores bloquearam na seção de discussão da versão digital do Guardian. Esses comentários costumavam ser abusivos ou desdenhosos. O estudo descobriu que artigos escritos por mulheres atraíram mais comentários bloqueados do que aqueles escritos por homens.

Este efeito foi percebido independentemente do assunto do artigo, mas foi aumentado nos casos em que os artigos foram veiculados em seções do site que tendiam a atrair mais leitores do sexo masculino. As jornalistas entrevistadas pelo IPI no Reino

Unido confirmaram que eram mais propensas a receber comentários desdenhosos ou abusivos ao escrever sobre assuntos percebidos pela sociedade como mais orientados para os homens, tais como tecnologia.

O assédio online pode afetar as pautas que as jornalistas escolhem cobrir. Algumas jornalistas disseram ao IPI que optaram por não fazer reportagens sobre determinados assuntos, tais como o assédio a mulheres, ou encaminharam essas histórias para seus colegas homens para evitar que elas próprias fossem vítimas de assédio.

“No final das contas, eu sou uma carta fora do baralho, pois ninguém saberá que fui eu quem repassou a matéria a ele”, disse uma jornalista. “Mas não vale a pena ir em frente com a matéria”.

As redes de mulheres jornalistas são vistas como instrumentos importantes para o enfrentamento do assédio online. Na época da visita do IPI, essas redes geralmente consistiam em grupos informais e fechados nas mídias sociais, por exemplo. Entretanto, o Sindicato Nacional de Jornalistas (NUJ) apontou que estava estudando a fundação de uma rede oficial de mulheres jornalistas no Reino Unido.

Freelancers

O IPI conduziu um grupo de discussão com jornalistas freelancers em sua visita a Londres, em setembro de 2018. Os freelancers que participaram do grupo incluíam um homem e várias mulheres jornalistas que colaboraram com uma variedade de organizações de mídia, desde jornais de alta circulação a revistas de nicho.

Durante o grupo focal, os freelancers destacaram a falta de uma rede de apoio formal ou diretrizes formais para reagir contra o assédio como grandes obstáculos.

“Eu me sinto muito mais vulnerável do que um redator da equipe, embora eu não escreva sobre certos tópicos polêmicos”, disse um freelancer.

Os freelancers disseram que costumam se deparar com assédio online nas mídias sociais ao buscar matérias ou requisitar entrevistas. Uma jornalista freelancer observou que se ela fosse um membro da equipe fixa, ela poderia ir até a redação e falar sobre tais incidentes. Contudo, como freelancer ela é abandonada à própria sorte, fato que segundo ela pode aumentar o impacto do assédio.

As redações visitadas pelo IPI no Reino Unido expressaram amplamente o compromisso de fornecer suporte aos freelancers e muitos alegaram já fazer isso. Os freelancers no grupo de discussão, no entanto, disseram que praticamente desconheciam esse tipo de apoio. A maioria disse não ter recebido conselhos sobre como prevenir ou denunciar os casos de assédio online. Um entrevistado propôs que as organizações de mídia enviassem suas diretrizes sobre assédio online junto com outros documentos, sempre que colaborassem com um novo freelancer.

Os freelancers também disseram ao IPI que geralmente recorrem ao apoio de colegas para se protegerem do assédio online. Esse apoio inclui o compartilhamento de conhecimento de medidas de segurança digital entre eles, tais como dicas para proteger seus e-mails e contas nas mídias sociais contra hackers e como silenciar usuários abusivos. Para facilitar o acesso a essas informações, alguns freelancers sugeriram a criação de um consórcio que forneceria aos jornalistas freelancers e outros um conjunto de diretrizes e orientações.

Análise das práticas adotadas por redações e jornalistas

Diretrizes e orientações passo a passo

Várias das redações que o IPI visitou em Londres haviam adotado ou estavam em processo de adotar recomendações para os jornalistas e gerentes seguirem em casos de assédio online. A maioria dessas recomendações inclui medidas preventivas e reativas. As diretrizes, que foram compartilhadas com o IPI, visam oferecer às redações um conjunto de etapas a serem seguidas, bem como uma cadeia de comando clara no âmbito do enfrentamento dos casos de assédio.

As diretrizes geralmente partem da identificação das diversas formas de ameaças e assédio e, em seguida, fornecem recomendações para jornalistas e gerentes sobre quando e como levá-las a outras instâncias. Se um jornalista receber uma mensagem ofensiva nas mídias sociais, por exemplo, ele ou ela é aconselhado a fazer uma captura de tela, reportar para a redação e para a plataforma de mídia social e silenciar ou bloquear o usuário. Caso o assédio envolva ameaças graves à segurança, tais como ameaças de morte, os jornalistas são incentivados a denunciar o caso imediatamente e, juntamente com o chefe de redação, entrar em contato com a segurança do escritório e/ou a polícia.

A maioria das diretrizes enfatiza a importância de se denunciar o assédio a um colega ou gerente dentro da organização de notícias. Fazer isso não apenas ajuda os jornalistas a dividir o peso do incidente, mas também permite que as redações documentem os casos de assédio. Os jornalistas geralmente são encorajados a entrar em contato com seus chefes de redação ou chefes de mídias sociais dentro da redação. Algumas redações também implementaram ferramentas de denúncia, tais como um endereço de e-mail especial para denunciar casos de assédio online, que oferece suporte 24 horas por dia. Os jornalistas são geralmente aconselhados a armazenar as mensagens abusivas que possam receber para que possam protocolar as denúncias e usá-las como provas.

Uma redação disse que planejava adotar um banco de dados em que todos os casos de assédio pudessem ser registrados em detalhes. Essa redação entendeu que a sistematização das denúncias detalhadas constitui uma ferramenta para acompanhar os casos junto com os jornalistas e entender melhor os padrões de assédio.

Frequentemente, essas recomendações aconselham os jornalistas que certos tipos de ataques virtuais, tais como o doxing, podem ser mais bem evitados caso tomem medidas preventivas, que incluem proteger suas mídias sociais e contas de e-mail e atualizar as configurações de privacidade. Os jornalistas também são aconselhados a assegurar que seu endereço residencial ou número de telefone não estejam disponíveis em lugares que eles não queiram.

Uma medida preventiva é simplesmente dispor de diretrizes prontas para que toda a redação saiba como reagir contra o assédio online e ajudar os colegas atingidos. As diretrizes geralmente estão incluídas no treinamento de gestores e novos funcionários, mas também podem ser encontradas em um local de destaque na intranet da empresa, servindo como um lembrete para os jornalistas de que há ajuda disponível.

De forma geral, as redações do Reino Unido tentam oferecer vários canais para relatar o assédio para aliviar o desconforto ao redor. Os editores disseram que jornalistas trabalhando em um ambiente de trabalho competitivo podem se sentir desconfortáveis em relatar aos gerentes ou colegas sobre os casos de assédio e que, em tais situações, canais de denúncia mais indiretos ou discretos podem ser eficazes. No entanto, os editores com os quais o IPI conversou enfatizaram seu compromisso com a melhoria da cultura da redação, para que os jornalistas se sintam à vontade para relatar suas experiências de assédio.

Apoio entre pares formal e informal

Embora várias redações do Reino Unido tenham implementado sistemas de treinamento formal para oferecer apoio entre pares, os próprios jornalistas também criaram maneiras informais de dividir o peso dos ataques virtuais. Em suma, o objetivo dos mecanismos de apoio entre pares é assegurar que ninguém seja abandonado a enfrentar o assédio online em silêncio e que existam diversos pontos de acesso para que as vítimas encontrem ajuda.

Algumas redações visitadas pelo IPI no Reino Unido implementaram treinamentos sobre risco de trauma voluntário e saúde mental para que a equipe da redação saiba reconhecer e administrar possíveis transtornos mentais derivados. Essas redes de apoio entre pares são baseadas no método de gerenciamento de riscos de trauma (“trauma risk management”, TRIM) criado pelas forças armadas do Reino Unido e pelo programa Mental Health First Aid (MHFA).

O TRIM visa prevenir transtornos de estresse pós-traumático (PTSD), ao passo que o MHFA é mais focado em problemas de saúde mental em geral. Ambos os modelos capacitam funcionários que não são da área de saúde para monitorar e oferecer ajuda inicial para uma pessoa que tenha vivenciado um incidente traumático, tal como um caso de assédio online.

O TRIM é baseado em conversas estruturadas em que os membros da equipe da redação que tenham sido treinados para o método procuram avaliar se o jornalista visado mostra sintomas de PTSD. A avaliação é feita por meio de perguntas aos jornalistas sobre mudanças em seus hábitos de alimentação, sono ou consumo de álcool. Os jornalistas atingidos são então orientados sobre como lidar com o trauma e encaminhados para a assistência médica, se necessário. O TRIM consiste em duas sessões de discussão: A primeira deve ocorrer em até 48 horas após a experiência ou relato do incidente traumático, seguido de um mês de acompanhamento. Caso essas discussões apontem para o desenvolvimento de sintomas de TEPT, a vítima é encorajada e auxiliada a buscar um diagnóstico profissional, para receber algum tratamento específico de que necessite.

O treinamento MHFA fornece aos membros da equipe da redação o conhecimento para reconhecer sinais de alerta relacionados à saúde mental e as habilidades para oferecer suporte inicial aos seus colegas vítimas de abusos e ameaças online, até que a pessoa possa ser encaminhada para ajuda profissional adequada ou até que a crise seja resolvida.

Esses sistemas de apoio entre pares normalmente permitem que os jornalistas afetados entrem em contato com qualquer membro da equipe que desejarem, caso não se sintam à vontade para falar sobre determinados assuntos com seu chefe de redação, por exemplo. Essa medida foi tomada para facilitar a busca por apoio por parte dos jornalistas, mesmo que os casos de abuso que tenham sofrido envolvam sensibilidades.

Em algumas redações, analistas de mídias sociais se reúnem regularmente com diferentes equipes de notícias para realizar um “check-up” em seu trabalho relacionado a mídias sociais. Tais verificações realizadas a cada dois ou três meses possibilitam às equipes abordar as questões que enfrentam em seu dia-a-dia e constituem uma forma de sinalizar que os mecanismos de apoio estarão disponíveis sempre que necessário.

Em termos de apoio colegiado, as diretrizes aconselham os gestores a oferecer aos jornalistas atingidos a possibilidade de que um de seus colegas de redação leia as mensagens abusivas e monitore suas contas de e-mail e mídias sociais. Dessa forma, embora a exposição ao ataque seja minimizada, o colega ainda poderá alertar o jornalista em caso de uma ameaça séria à sua segurança.

Os jornalistas também encontraram maneiras informais de apoiar seus colegas vítimas de assédio online. Editores entrevistados pelo IPI disseram que muitos jornalistas discutem espontaneamente o abuso no ambiente online com seus colegas que já tenham sido vítimas. Esses “especialistas por experiência” também podem ser convidados a falar sobre o assunto com novos funcionários ou compartilhar suas histórias na intranet da empresa.

A rede de apoio entre pares e outros canais de suporte podem ser mais difíceis de acessar entre jornalistas que trabalham remotamente ou para equipes trabalhando em locais diferentes. Uma boa maneira de enfrentar esse problema são os grupos de mensagens informais, nos quais os jornalistas podem falar sobre coisas que encontram em seu trabalho diário e compartilhar o peso dos abusos com bom humor. No entanto, os jornalistas disseram que é importante poder silenciar essas conversas durante seu tempo de lazer.

Mídias sociais

Várias das redações que o IPI visitou no Reino Unido publicaram diretrizes de mídia social que incluem recomendações que visam evitar o assédio online e mitigar seu impacto.

Essas diretrizes começam com medidas preventivas básicas ao usar tais plataformas. Os jornalistas são aconselhados a revisar suas configurações de privacidade, usar autenticação de dois fatores para evitar invasões e ajustar seu perfil para o modo privado, se necessário.

Os jornalistas que recebem mensagens abusivas ou ameaças são instruídos a capturar imagens de tela, denunciá-las às plataformas de mídia social e silenciar ou bloquear o usuário. Algumas redações também organizaram treinamentos a respeito dessas medidas. Caso os jornalistas recebam ameaças diretas nas redes sociais, eles são incentivados a denunciá-las ao seu veículo para que os seus editores possam levar as ameaças a instâncias superiores, se necessário. Como último recurso, pode-se sugerir aos jornalistas que desativem suas mídias sociais, pelo menos por um período determinado, até que a situação se normalize.

Frequentemente as diretrizes também incluem dicas para envolver o público nas mídias sociais. Alguns jornalistas têm tentado combater o assédio online compartilhando comentários abusivos ou envolvendo-se com os agressores, mas a maioria das redações desaconselha tais medidas, por conta do risco de que elas atraiam ainda mais assédio.

Algumas organizações de mídia alertaram explicitamente seus gerentes a respeito do fato de que o envolvimento do público ou o engajamento em mídias sociais não deve ser uma obrigação dos jornalistas. Algumas redações afirmaram ter aconselhado seus gerentes a consultar os jornalistas antes de vincular suas contas nas mídias sociais a uma matéria ou reportagem. A percepção é de que o assédio online pode aumentar caso a conta do autor nas mídias sociais esteja a apenas um clique de distância.

A maioria das redações visitadas pelo IPI expressou uma necessidade urgente de estabelecer maior cooperação com as plataformas de mídia social, a fim de enfrentar o assédio. Os editores disseram que se sentiram abandonados diante dos ataques virtuais. Eles expressaram o desejo de que as plataformas de mídia social forneçam assistência mais direta às redações, tais como uma linha direta de emergência para contato, mais ajuda para monitorar e encerrar campanhas de assédio, novas possibilidades de rastrear suas denúncias de mensagens abusivas e desativar comentários em postagens do Facebook sobre assuntos polêmicos ou controversos. Algumas redações criaram equipes de mídias sociais que entram em contato com a plataforma de mídia social em questão no caso de campanhas graves de assédio online.

Seções de comentários

As seções de comentários dos sites de notícias digitais são uma das arenas em que os jornalistas podem se tornar alvos de abuso. Embora nem todos os tópicos de comentários incluam insultos ou ameaças diretas, os comentários que prejudicam o profissionalismo de um jornalista são vistos como igualmente perturbadores a longo prazo. A fim de sanar esse problema, as organizações de mídia do Reino Unido têm adotado diversas medidas para gerenciar e moderar os comentários em seus sites com mais eficiência.

A maioria das organizações de mídia visitadas pelo IPI no Reino Unido opera suas seções de comentários em regime de pós-moderação. A decisão de pós-moderar é parcialmente informada pela situação jurídica no Reino Unido e pela responsabilidade dos editores sobre aquilo que é publicado. A moderação é baseada nas regras da comunidade da organização de mídia em questão.

A pós-moderação depende em grande parte da vigilância dos comentaristas. Algumas redações também utilizam inteligência artificial para bloquear comentários que contenham linguagem abusiva. Os jornalistas e a equipe da redação também podem sinalizar comentários que violem os padrões da comunidade, tais como comentários que ameaçam ou insultam o redator da matéria ou artigo em questão.

Medidas de moderação mais rígidas como pré-moderação ou fechamento da seção de comentários para certos artigos são ocasionalmente implementadas, caso o autor tenha sido vítima de assédio online anteriormente ou se o assunto for identificado como particularmente controverso (exemplos incluem o Brexit, terrorismo, saúde mental, etc.). Geralmente, os comentários são desativados apenas em matérias que detalham

processos judiciais em andamento. Entretanto, algumas redações começaram a escolher com mais cuidado as matérias que permanecem abertas a comentários. O objetivo dessa medida é criar as condições necessárias para discussões sadias e relevantes.

As equipes de moderação tentam monitorar os padrões a fim de detectar ataques organizados contra jornalistas. As mensagens que ameaçam a segurança de jornalistas são levadas às instâncias superiores dentro da organização de mídia, embora essas ameaças diretas raramente sejam postadas nas seções de comentários.

As organizações de mídia podem banir usuários que violem gravemente os padrões da comunidade, mas essa medida é tomada apenas ocasionalmente. As proibições são mantidas apenas por um breve período, que varia de um a três meses na maioria dos casos. Proibições permanentes são adotadas apenas em casos extremos. As redações também têm estudado medidas para evitar que um mesmo usuário crie vários perfis, por exemplo, pelo bloqueio de seu endereço IP. Em alguns sites, os usuários com histórico de comentários ofensivos podem ser sinalizados para que suas mensagens sempre passem pela pré-moderação.

Algumas das organizações de mídia entrevistadas pelo IPI terceirizaram a moderação, ao passo que outras enfatizaram a importância de ter moderadores e equipe editorial trabalhando no mesmo local. As equipes de moderação geralmente possuem vasto conhecimento tácito que pode ser compartilhado com os jornalistas ao planejar quais matérias devem ser abertas para comentários e como os jornalistas podem participar da discussão.

Em alguns casos, as redações trabalham ativamente para melhorar a qualidade geral das discussões em seus sites. Algumas organizações encorajam seus jornalistas a se envolverem em conversas com seus leitores na seção de comentários e fornecem diretrizes e recomendações aos jornalistas sobre como fazê-lo. A presença de um jornalista “below the line” (“abaixo da linha”) é percebida como um fator que melhora a qualidade das conversas e ajuda a amenizar o debate, embora alguns jornalistas se sintam relutantes em participar deste exercício.

9. Recomendações para redações

Recomendações baseadas nas melhores práticas compiladas durante as visitas a redações por toda a Europa.

Recomendações para veículos de comunicação e editores

Criar uma cultura na redação que incentive os jornalistas a denunciar os casos de violência online e que reduza qualquer estigmatização ou vitimização em torno do tema é fundamental para combater o impacto emocional e profissional que o assédio pode acarretar. Muitos jornalistas, especialmente freelancers, já “aceitaram” este fenômeno ou optam por não denunciar as ameaças ou abusos para não serem estigmatizados.

As mulheres jornalistas, que são duplamente visadas por seu trabalho e gênero, muitas vezes sofrem abusos online por muito tempo antes de denunciá-los. As estruturas patriarcais presentes nas redações e no próprio jornalismo podem contribuir para a relutância em denunciar casos de abuso.

Sem uma cultura saudável de segurança na redação, os casos de assédio online – incluindo aqueles que têm um impacto profundo na vida profissional e pessoal dos jornalistas – não serão denunciados. O risco associado de autocensura, que pode ser vista como a única forma de prevenir ataques futuros, acarreta consequências severas para o fluxo livre de informação nas sociedades democráticas.

Prevenção

Comunicações

- » Reconheça o assédio online como um problema. Nesse sentido, é preciso considerar que um ataque contra um jornalista é um ataque contra a organização de mídia como um todo. Este é um alicerce importante para a construção de uma cultura de segurança sadia na redação.
- » Publique diretrizes claras e simples a serem seguidas tanto por aqueles que forem alvo de assédio online quanto pelos gerentes de mídia. Embora a abordagem para cada caso deva ser elaborada *ad hoc*, é importante estabelecer etapas claras e simples a fim de resolver o problema. Assegure-se de que todos os colaboradores de notícias, incluindo stringers e freelancers, sejam informados e regularmente lembrados sobre essa política.
- » Discuta o tema do abuso online regularmente em reuniões editoriais, buscando normalizar a ideia de falar abertamente sobre o assunto. Essa estratégia é útil para a criação de um ambiente de segurança favorável na redação.
- » Envie as diretrizes de segurança para jornalistas recém-incorporados à equipe, funcionários e freelancers, e informe-os a respeito do mecanismo de apoio e o responsável ou unidade a que devem reportar.
- » Envie lembretes regulares sobre as diretrizes, especialmente antes da publicação de matérias controversas sobre assuntos delicados.
- » Atualize regularmente essas políticas para melhor atender às necessidades emergentes da organização e às ferramentas técnicas disponíveis.

- » Realize anualmente uma pesquisa anônima dentro da equipe para avaliar as medidas existentes em vigor, bem como o nível de risco percebido. Esta pesquisa pode incluir os seguintes pontos:
 - Se os jornalistas sofreram assédio;
 - Os tipos de assédio e ameaças perpetrados contra eles;
 - Se eles se sentem apoiados pela organização;
 - Se eles se sentem apoiados por seus colegas;
 - Que papel o veículo de comunicação deve desempenhar ao relatar o assédio à polícia.

Mecanismos de apoio

- » Implemente um sistema de apoio. Essa medida requer o desenvolvimento de estruturas internas para reportar e reagir rapidamente contra os ataques com base nas diretrizes fornecidas para jornalistas e gestores de mídias sociais. Exercícios devem ser realizados a fim de identificar lacunas ou áreas que necessitam de melhoramentos.
- » Ofereça treinamento em gerenciamento de risco de trauma, conscientização sobre assédio online e segurança digital para editores, moderadores e jornalistas. O treinamento deve ser realizado regularmente devido à natureza mutável dos ataques virtuais (tentativas de hacking, phishing, etc.) e das formas de abuso online (insultos, ameaças, doxing, campanhas difamatórias). O treinamento também deve incluir jornalistas que já tenham sido vítimas de assédio e que possam compartilhar sua experiência sobre os mecanismos de enfrentamento em primeira mão. Os jornalistas freelancers que cooperem regularmente com o veículo de comunicação também devem ser incluídos no treinamento.
- » Crie uma unidade na redação (com um ou mais membros da equipe) responsável por rastrear os casos de assédio e coordenar os elementos envolvidos na resposta.
- » Avalie as tendências e procure antever potenciais ameaças. Embora o abuso online possa ser desencadeado por qualquer assunto, pesquisas mostram que certas pautas são mais propensas a atrair abusos, tais como política, imigração, religião, direitos humanos e desigualdade de gênero. Esses temas variam de país para país.
- » Crie mecanismos de denúncia facilmente acessíveis e integrados aos canais de comunicação já existentes para facilitar o uso desses mecanismos de relatório. Utilize programas de mensagens instantâneas ou similares para se comunicar com a comunidade responsável. Protocolos ou procedimentos operacionais padrão devem ser implementados a fim de orientar as denúncias.
- » Crie um banco de dados para registrar ameaças e ataques a jornalistas, assim como as ações adotadas para enfrentá-los. Este banco de dados é útil para rastrear casos, acompanhar seu status atual – por exemplo, o status da investigação policial, ou se o alvo está recebendo apoio psicológico ou de outro tipo – e avaliar a eficiência das medidas implementadas.
- » Crie uma rede de apoio entre pares. Essa medida pode ser tão simples quanto criar um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas. Assegurar que os membros da equipe sejam treinados em gerenciamento de traumas aumentará a eficácia dessa rede.

- » Desenvolva programas de mentoria. Nomeie um jornalista mais experiente para apoiar seus novos colegas, especialmente aqueles que tenham sido designados para trabalhar com pautas urgentes. Esses programas podem ajudar os jornalistas a evitar os gatilhos habituais que desencadeiam o assédio, ao mesmo tempo que os encorajam a continuar escrevendo, em vez de recorrer à autocensura.

Moderação

Os sistemas de cadastramento de usuários podem impedir que os abusadores postem comentários ofensivos. A maioria das organizações de mídia pesquisadas que introduziram um sistema de cadastramento para postagem de comentários testemunharam uma redução no número de comentários abusivos em seus sites.

Exemplo de processo de cadastramento:

- » Nome e sobrenome
- » Endereço de e-mail e dupla verificação
- » Cidade, estado e CEP
- » Data de nascimento

Um dos fatores que ajudam a prevenir o impacto emocional e profissional do assédio online contra jornalistas é seu nível de exposição a ameaças. Algumas das medidas preventivas que as organizações de mídia podem adotar incluem um sistema eficiente de gestão de comentários em seus próprios sites. Os programas de computador baseados em aprendizagem de máquina para pré-moderação de comentários têm se mostrado eficientes. A maioria dessas soluções permite a pós-moderação manual para garantir que o software não impeça a liberdade de expressão de maneira desproporcional.

Desenvolva regras claras para a comunidade, que são importantes para usuários e moderadores. Os comentários agressivos dirigidos a jornalistas devem ser analisados de perto pelos moderadores para que estes possam determinar se eles violam as regras da comunidade da organização de mídia em questão. As decisões sobre a remoção de comentários que atacam um jornalista devem levar em consideração vários fatores, incluindo a perspectiva do próprio jornalista.

Reação

Quando os jornalistas denunciam incidentes de assédio online, os editores e/ou gerentes devem fornecer uma resposta rápida, reconhecendo o problema de modo a aliviar o impacto emocional inicial. Esta resposta pode vir através de um curto e-mail ou mensagem móvel e deve, idealmente, sinalizar apoio e compreensão, bem como oferecer medidas de reação relevantes.

- » Documente os casos de abuso, particularmente armazenando capturas de tela, URLs, vídeos baixados ou gifs. Um editor ou colega do jornalista atingido deve realizar essa tarefa. Remover o peso das costas do jornalista atingido ajuda a minimizar o impacto emocional decorrente do assédio.

Realize dois tipos de avaliação de risco: uma que leve em conta o nível de gravidade da ameaça da postagem ou mensagem e outra sobre o impacto emocional experimentado pelos jornalistas atingidos. Esses riscos nem sempre estão relacionados.

- » Sempre que possível, essa avaliação deve envolver a equipe de segurança digital, o editor ou chefe de redação, a equipe jurídica e o próprio jornalista.

Com base na avaliação de risco, decida o melhor curso de ação coordenadamente com o próprio jornalista.

As ações podem incluir:

- » A denúncia explícita do caso de abuso/ameaça. Nesse caso, a organização de mídia deve apoiar publicamente o jornalista e deixar claro que um ataque virtual contra um jornalista é um ataque contra a organização como um todo.
- » A denúncia do abuso/ameaça à polícia. Idealmente, esta decisão deve ser coordenada juntamente com os consultores jurídicos da organização de mídia.
- » Em casos extremos, a transferência do jornalista ou a adoção de outras medidas urgentes de segurança, tais como a contratação de um guarda-costas ou a instalação de câmeras de segurança próximas à residência do jornalista.
- » A designação temporária do jornalista para outra função.

Apoio psicológico

- » Conceder permissão para que o jornalista atingido fique temporariamente offline. Esta decisão não deve ser forçada pela organização de mídia.
- » Conceder permissão para que o jornalista atingido escreva matérias sem mencionar sua autoria, ao menos temporariamente.

A denúncia dos casos às plataformas de mídia social, em casos de ameaças/abusos ocorridos nas mesmas. Embora a resposta dessas empresas possa ser inadequada, elas normalmente registram um relatório de incidente que pode ser recuperado posteriormente, caso o jornalista ou a organização de mídia decida tomar medidas legais.

- » Considere se engajar em contradiscursos, particularmente como uma forma de apoio entre pares. As demonstrações públicas de apoio por parte dos colegas podem ajudar a fomentar um senso de comunidade.
- » Os jornalistas salvos de ataques virtuais podem experimentar várias sensações, incluindo raiva, angústia, raiva ou tristeza, sentimentos que podem afetar seu desempenho no trabalho. É preciso esclarecer que eles não têm culpa, nem tampouco o abuso online é algo que eles são obrigados a tolerar. Esclareça que experimentar tais sentimentos é compreensível.
- » Acompanhe regularmente o jornalista atingido para receber e fornecer atualizações sobre o impacto emocional, processo legal ou investigação policial em curso.

Recomendações para jornalistas

Prevenção

Leia as diretrizes de segurança online da sua organização de mídia, que podem ser alteradas periodicamente.

Junte-se às redes de apoio entre pares dentro da redação. Mesmo que você não tenha sofrido assédio pessoal, você pode oferecer apoio àqueles que sofreram.

Reação

Em caso de perigo imediato ou ameaça física:

- » Se você estiver fora da redação, entre em contato com a polícia imediatamente e, em seguida, com seu editor e a unidade responsável da redação.
- » Documente o caso de assédio. Sempre que possível, peça a outra pessoa que faça isso por você. Evitar a exposição excessiva ao assédio pode ajudar a reduzir o sofrimento resultante.
- » Caso esteja na redação, entre em contato imediatamente com seu editor e a unidade responsável. Permaneça na redação até que as medidas adequadas sejam tomadas e entre em contato com sua família.

Caso você sofra assédio repetidamente no ambiente online:

- » Entre em contato com o seu editor e a unidade responsável para coordenar a reação mais apropriada ao seu caso.
- » Pondere se deseja responder aos comentários abusivos. A maioria dos especialistas sugere evitar maior envolvimento com os abusadores. No entanto, caso decida responder publicamente, converse com seu gestor de mídias sociais ou chefe de moderação para que eles possam fornecer apoio.
- » Adote o bom humor para lidar com mensagens abusivas. Embora alimentar os trolls geralmente não seja aconselhável, comentários cômicos ou irônicos podem ajudar a desconstruir o assédio.
- » Verifique as diretrizes de segurança em plataformas de mídia social sobre a melhor forma de proteger sua conta.
- » Tente perceber o assédio online como um fenômeno maior que vai além do seu caso pessoal e que visa silenciar certas formas de expressão. Despersonalizar o assédio online é um passo importante para aliviar o impacto emocional e profissional resultante.
- » Caso seus colegas sejam atingidos: participe das redes de apoio entre pares para que os jornalistas atingidos saibam que não estão sozinhos.

Recomendações para governos

- » Dissemine a conscientização entre as autoridades públicas, especialmente as forças policiais e o poder judiciário a respeito de aspectos relevantes associados a assédio, insultos e ameaças virtuais, assim como quais recursos jurídicos estão disponíveis para os jornalistas atingidos.
- » Incentive a coordenação e o entendimento mútuo entre a polícia, a promotoria e as organizações de mídia.
- » Nomeie um promotor dedicado ou uma equipe de promotores para lidar com as ameaças online. Considere o equilíbrio de gênero na seleção dos promotores devido à natureza frequentemente sexualizada dos ataques virtuais contra mulheres.
- » Crie uma linha de apoio direto de alcance nacional para que jornalistas e organizações de mídia possam denunciar os casos de abuso online.
- » Crie um fundo de aconselhamento jurídico e amparo jurídico independente para jornalistas que sejam vítimas de assédio online.
- » Assegure a condenação pública e a ação penal contra qualquer membro do governo ou de qualquer instituição estatal que tenha enviado mensagens insultuosas e ameaçadoras diretamente contra jornalistas ou que tenha incitado ou encorajado outrem a fazê-lo.
- » Crie um banco de dados sobre o número de comentários abusivos, seu conteúdo e detalhes sobre os jornalistas atingidos.
- » Publique relatórios e análises regulares sobre os dados e casos coletados; informe as autoridades competentes sobre estes resultados.

10. Lista de organizações que contribuíram para este estudo

Brasil: Repórteres Sem Fronteiras (RSF), Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Finlândia: Åbo Underrättelser, Iltalehti, Ilta-Sanomat, Maaseudun Tulevaisuus, Turun Sanomat, Turkulainen, Helsingin Sanomat, Uusi Suomi, Yle; Journalists Union of Finland; grupo de discussão com freelancers.

Polônia: Do Rzeczy, Gazeta Wyborcza, Krytyka Polityczna, OKO.press, Polityka, Res Publica Nowa; grupo de discussão com freelancers.

Alemanha: ARD, Deutsche Welle, Deutsche Presse Agentur (DPA), Spiegel Online, ZDF; Deutsche Presserat; Hostwriter.

Espanha: Cadena SER, Catalunya Ràdio, eldiario.es, El Español, El Mundo, El País, La Vanguardia, La Sexta TV, Público, RTVE; Federation of Journalist Unions (FeSP), Union of Journalists of Catalonia; grupo de discussão com freelancers.

Reino Unido: BBC, The Daily Mirror, The Guardian, Reach PLC, Reuters, The Telegraph, The Times; National Union of Journalists (NUJ); grupo de discussão com freelancers.

11. Notas finais

1. “Violações à liberdade de expressão”. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Relatório 2019. <https://www.abert.org.br/web/images/Biblioteca/Liberdade/liberdadeexpressao2019.pdf>
2. *Doxing*, ou *doxxing*, é a prática virtual de pesquisa e de transmitir dados privados sobre um indivíduo ou organização. Os métodos empregados para adquirir essas informações incluem a procura de bancos de dados disponíveis publicamente e mídias sociais, hacking, e engenharia social.
3. “Removing Coordinated Inauthentic Behavior”. <https://about.fb.com/news/2020/07/removing-political-coordinated-inauthentic-behavior/>
4. “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, Relatório 2018. https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf
5. “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, Relatório 2019. https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf
6. “Brazilian journalist Romário Barros shot and killed in Maricá”. <https://cpj.org/2019/06/brazilian-journalist-romario-barros-shot-and-killed/>
7. “Director general denounces killing of radio journalist Marlon”. http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/director_general_denounces_killing_of_radio_journalist_marlo/
8. “Perfil de Marlon Carvalho no Facebook”. <https://www.facebook.com/marlonreporter>
9. “Polícia está a procura dos assassinos de radialista, em Riachão do Jacuípe”. <https://globoplay.globo.com/v/6952807/>
10. “Associações pedem proteção a jornalista que noticiou Dia do Fogo”. <http://www.folhadoprogresso.com.br/associacoes-pedem-protecao-a-jornalista-que-noticiou-dia-do-fogo/>
11. “Brazilian journalist Adecio Piran threatened after reporting on fires in Amazon”. <https://cpj.org/2019/08/brazilian-journalist-adeccio-piran-threatened-after/>
12. “The Century Foundation”. <https://tcf.org/>
13. “Alerta vermelho para o jornalismo ambiental: 10 mortos em 5 anos”. <https://rsf.org/pt/noticia/alerta-vermelho-para-o-jornalismo-ambiental-10-mortos-em-5-anos>
14. “Peter Schwartzstein”. <http://www.pschwartzstein.com/>
15. “Repórter Brasil é alvo de ataques exigindo que reportagens sejam apagadas”. <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/reporter-brasil-e-alvo-de-ataques-exigindo-que-reportagens-sejam-apagadas/>
16. “Abraji condena ataques contra o site da Repórter Brasil”. <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-condena-ataques-contra-o-site-da-reporter-brasil>

17. “Antropóloga convive com a “covardia da dúvida” de quem a ameaça de morte”. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html
18. “Volt Data lab”. <https://voldata.info/>
19. “Em nove meses, Bolsonaro cometeu 299 ataques ao jornalismo”. <https://fenaj.org.br/nove-meses-bolsonaro-299-ataques/>
20. “As contradições de Bolsonaro sobre depósitos da família Queiroz a Michelle, que agora chegam a R\$ 89 mil”. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53706559>
21. “Repórter que foi alvo de ofensas fala ao Café da Manhã; ouça”. <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/02/reporter-que-foi-alvo-de-ofensas-fala-ao-cafe-da-manha-ouca.shtml>
22. “Bolsonaro, sobre repórter da Folha: ‘Ela queria dar um furo’; jornal reage”. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna_politica,828834/bolsonaro-sobre-reporter-da-folha-ela-queria-dar-um-furo-jornal-reage.shtml e desencadeando uma nova onda de ataques (aqui tem link)
23. “Carlos Bolsonaro é apontado como líder de fake news em inquérito da PF no STF”. <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/policia-federal-carlos-bolsonaro-fake-news/>
24. “Inquérito das fake news revelou organização criminosa, diz relatório do STF”. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/27/inquirito-das-fake-news-revelou-organizacao-criminosa-diz-relatorio-do-stf.ghtml>
25. “Federal Police Names Carlos Bolsonaro as Organizer of Fake News Criminal Scheme”. <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2020/04/federal-police-names-carlos-bolsonaro-as-organizer-of-fake-news-criminal-scheme.shtml>
26. “Joice Hasselmann denuncia “milícia” e “gabinete de ódio” na disseminação de fake news”. <https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joice-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/>
27. O Superior Tribunal de Justiça definiu a prática como “O ajuizamento de sucessivas ações judiciais, desprovidas de fundamentação idônea e intentadas com propósito doloso, pode configurar ato ilícito de abuso do direito de ação ou de defesa, o denominado assédio processual”.
28. “Relatório estatístico: liberdade de imprensa”. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/fe4133ad3d044846ba3b8ff5594bb7a7.pdf>
29. “Assédio judicial contra jornalistas: uma nova forma de censura?” <https://abraji.org.br/noticias/assedio-judicial-contra-jornalistas-uma-nova-forma-de-censura> caso perpetrado pela Igreja Universal em 2007 contra a jornalista Elvira Lobato após matérias
30. “Ctrl+X”. <https://www.ctrlx.org.br/#/infografico/eleitoral/estado/data:2020/shData:1%2F2020,2%2F2020,3%2F2020,4%2F2020,5%2F2020,6%2F2020,7%2F2020,8%2F2020,9%2F2020,10%2F2020,11%2F2020,12%2F2020>

31. “Jornalista é processado 59 vezes após publicação de reportagem sobre suposta fraude em Sobral (CE)”. <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalista-e-processado-59-vezes-apos-publicacao-de-reportagem-sobre-suposta-fraude-em-sobral-ce>
32. “Canal do Youtube Wellington Macedo”. <https://www.youtube.com/user/wmacedo1000/featured>
33. “Educação do Mal 1”. <https://www.youtube.com/watch?v=U35FchmPmAs>
34. A ação tem o mesmo caráter orquestrado que a perpetrada desde outubro de 2020 contra o escritor João Paulo Cuenca. Depois da notícia de que o governo iria subsidiar canais de TV evangélicos, ignorando suas dívidas com o Estado, Cuenca twittou “O brasileiro só será livre quando o último Bolsonaro for enforcado nas tripas do último pastor da Igreja Universal”. A partir do episódio, Cuenca foi desligado do quadro de colunistas da Deutsche Welle no Brasil, sofreu ataques virtuais e está sendo processado por mais de 100 pastores ligados à Igreja Universal, que exigem indenizações pelo conteúdo do tweet. São ações individuais ajuizadas em tribunais de municípios espalhados por quase todo o Brasil. Segundo uma [reportagem do El País](#), cada pastor pede entre 10.000 e 20.000 reais de indenização. Juntos, exigem entre 1,1 milhão e 2,2 milhões de reais. Em entrevista para a publicação espanhola, Cuenca disse que “A ideia dos demandantes é criar um caso indefensável, um caso que me deixe louco porque não tenho capacidade econômica ou logística de me defender em todas essas pequenas cidades”.
35. “Equipe da Gazeta do Povo pode ser condenada por faltar audiência no PR”. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/equipe-da-gazeta-do-povo-pode-ser-condenada-por-faltar-audiencia-no-pr.html>
36. “Brazilian newspaper faces judicial harassment”. <https://cpj.org/2016/06/brazilian-newspaper-faces-judicial-harassment/>
37. “In Brazil, outdated defamation laws and costly court cases used to pressure critics”. <https://cpj.org/2017/04/in-brazil-outdated-defamation-laws-and-costly-court-cases-used-to-pressure-critics/>
38. “Brazilian Minister of Justice calls for criminal investigations of 2 journalists, cartoonist”. <https://cpj.org/2020/07/brazilian-minister-of-justice-calls-for-criminal-investigations-of-2-journalists-cartoonist/>
39. “Deputada Bia Kicis move ao menos 11 ações judiciais contra jornalistas e comunicadores”. <https://www.abraji.org.br/noticias/deputada-bia-kicis-move-ao-menos-11-acoes-judiciais-contra-jornalistas-e-comunicadores>
40. “Damares ataca AzMina. Não vamos recuar”. <https://azmina.com.br/colunas/damares-ataca-azmina/>
41. “Aos Fatos recebe solidariedade de jornalistas e órgãos de imprensa após ser alvo de assédio nas redes”. <https://www.aosfatos.org/noticias/aos-fatos-recebe-solidariedade-de-jornalistas-e-orgaos-de-imprensa-apos-ser-alvo-de-assedio-nas-redes/>
42. “Apóio à cloroquina engaja mais no Twitter sustentado em desinformação”. <https://www.aosfatos.org/noticias/apoio-cloroquina-engaja-mais-no-twitter-sustentado-em-desinformacao/>

-desinformacao/

43. “Government requests to remove content”. https://transparencyreport.google.com/government-removals/by-country/BR?country_request_amount=group_by:tots;period:Y2018H1;authority:BR&lu=country_request_amount

44. “Bolsonaro insults Folha Reporter with sexual insinuation”. <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2020/02/bolsonaro-insults-folha-reporter-wi-th-sexual-insinuation.shtml>

45. “Mulheres no jornalismo brasileiro”. https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf

46. “Women’s Rights: forbidden subject”. https://rsf.org/sites/default/files/womens_rights-forbidden_subject.pdf

47. “Niara - Coletivo Negro Unipampa São Borja”. <https://www.facebook.com/niara.unipampasb/>

48. “Comprova: jornalismo colaborativo contra a desinformação”. <https://projetocomprova.com.br/>

49. “É enganosa postagem que sugere que Butantan não informou morte de voluntário da vacina CoronaVac”. <https://www.nsctotal.com.br/noticias/e-enganosa-postagem-que-sugere-que-instituto-butantan-nao-informou-morte-de-voluntario-da>

50. “Abraji condena perfil falso e exposição de dados pessoais de Vera Magalhães em redessociais”. <https://abraji.org.br/noticias/abraji-condena-perfil-falso-e-exposicao-de-dados-pessoais-de-vera-magalhaes-em-redes-sociais>

51. “Abraji repudia exposição de dados pessoais de fotógrafa de jornal”. <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-exposicao-de-dados-pessoais-de-fotografa-de-jornal>

52. “Reação ao Abuso pela Internet”. <https://cpj.org/pt/2016/04/ataques-a-imprensa-reacao-ao-abuso-pela-internet/>

53. “Demos: about”. <https://demos.co.uk/about/>

54. “Demos: Male celebrities receive more abuse on Twitter than women”. <https://demos.co.uk/press-release/demos-male-celebrities-receive-more-abuse-on-twitter-than-women-2/>

55. “Mujeres periodistas y libertad de expresión”. <https://demos.co.uk/press-release/demos-male-celebrities-receive-more-abuse-on-twitter-than-women-2/>

56. Em junho de 2020, Elisa Lees Munoz, e Jin Ding, respectivamente diretora executiva e gerente de programa da [International Women’s Media Foundation](#) publicaram [um artigo no portal do instituto](#) e no jornal americano Washington Post sobre como os ataques a jornalistas na realidade colocam todos nós em perigo. E as autoras citam o caso contra Patrícia Campos Mello, ataques do Presidente das Filipinas contra a jornalista Maria Ressa e ataques do primeiro-ministro da Índia, Modi contra Rana Ayuub

como exemplos de práticas preocupantes nas quais as jornalistas são “tagueadas”- como alvos ao criticarem políticas públicas e destaca que os governos usam “gênero, raça e religião para incentivar ataques oportunistas, online e presencialmente”

57. Em julho de 2020, a relatora especial das Nações Unidas sobre a Violência contra a Mulher, suas Causas e Consequências, Dubravka Simonovic, divulgou no [informe anual ao Conselho de Direitos Humanos da ONU](#) a importância da punição em casos de intimidação e ameaças contra mulheres jornalistas. Renata Neder, correspondente do Comitê para Proteção a Jornalistas (CPJ) e pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Ceec) afirmou que ao avaliar o método de um ataque virtual contra um jornalista, é observado que ao invés de atacarem o enunciado, atacam o enunciador. A intenção principal seria ferir a dignidade da jornalista.

58. “Jornalistas da Globo têm números vazados e sofrem ataques por caso Robinho”. <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2020/10/19/jornalistas-da-globo-tem-numeros-vazados-e-sofrem-ataques-por-caso-robinho.htm>

59. “Jornalista é vítima de ataques nas redes sociais”. <http://www.abi.org.br/jornalista-e-vitima-de-ataques-nas-redes-sociais/>

60. “Programa do Bial com William Bonner”. 26/05/2020 <https://globoplay.globo.com/v/8582140/programa/>

61. O fenômeno *chilling effect* surgiu em um julgamento na Suprema Corte Americana, em 1964, envolvendo o jornal New York Times.

62. “Um ano sombrio para a liberdade de imprensa no Brasil - 580 ataques contra a mídia em 2020”. <https://rsf.org/pt/relacoes/um-ano-sombrio-para-liberdade-de-imprensa-no-brasil-580-ataques-contra-midia-em-2020>

63. “Diretor da Unesco expressa preocupação com segurança de jornalistas durante cobertura da covid-19”. <https://www.abraji.org.br/noticias/diretor-da-unesco-expressa-preocupacao-com-seguranca-de-jornalistas-durante-cobertura-da-covid-19>

64. “Uma estratégia em níveis para apurar e vender reportagens investigativas como freelancer”. <https://www.abraji.org.br/help-desk/uma-estrategia-em-niveis-para-apurar-e-vender-reportagens-investigativas-como-freelancer>

65. “Mudanças na indústria da mídia exigem profissionalização do jornalismo freelance”. <https://ijnet.org/pt-br/story/mudan%C3%A7as-na-ind%C3%A9stria-da-m%C3%ADdia-exigem-profissionaliza%C3%A7%C3%A3o-do-jornalismo-freelance>

66. “Online harassment brings special risks for freelance journalists”. <https://newsrooms-ontheline.ipi.media/freelance-journalist/https://newsrooms-ontheline.ipi.media/freelance-journalist/>

67. “Protonmail”. https://protonmail.com/pt_BR/

68. “Cartilha: Como lidar com assédio contra jornalistas nas redes”. <https://www.abraji.org.br/cartilha-como-lidar-com-assedio-contra-jornalistas-nas-redes>

69. “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”. <https://temas.>

folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/redes-sociais.shtml

70. “Abraji lança em 2021 Centro de Proteção Legal para Jornalistas”. <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-lanca-em-2021-centro-de-protacao-legal-para-jornalistas>

71. “Media Defence”. <https://www.mediadefence.org/about/>

72. “Brasil. Entidades entram com ação contra o governo por ataques a jornalistas”. <https://rsf.org/pt/noticia/brasil-entidades-entram-com-acao-contra-o-governo-por-ataques-jornalistas>

73. Wenn Sie sich rassistisch äußern, dann sind Sie verdammt noch mal in Rassist. Süddeutsche Zeitung, 7 de fevereiro de 2016. <https://www.sueddeutsche.de/medien/goldene-kamera-dankesrede-von-dunja-hayali-wenn-sie-sich-rassistisch-aeussern-dann-sind-sie-verdammt-noch-mal-ein-rassist-1.2852676>

74. Pesquisa e disseminação de informações privadas de indivíduos e organizações

75. Jessikka Aro: Finn jailed over pro-Russia hate campaign against journalist. BBC News. October 18, 2018. <https://www.bbc.com/news/world-europe-45902496>

76. <https://twitter.com/fhomburger/status/626323492510769152>

77. “Wetterfest für den Shitstorm“, https://www.neuemedienmacher.de/wp-content/uploads/2018/03/20180321_no_hate_speech_flyer_rz-1.pdf acessado em 1 de junho de 2019.

78. “Wenn Sie sich rassistisch äußern, dann sind Sie verdammt noch mal in Rassist. “Süddeutsche Zeitung, 7 de fevereiro de 2016. <https://www.sueddeutsche.de/medien/goldene-kamera-dankesrede-von-dunja-hayali-wenn-sie-sich-rassistisch-aeussern-dann-sind-sie-verdammt-noch-mal-ein-rassist-1.2852676>

79. “Dunja Hayali spricht über die Auswirkungen von rechter Hetze auf sie. “WELT, 18 de novembro de 2018. <https://www.welt.de/vermischtes/article184092854/Dunja-Hayali-spricht-ueber-die-Auswirkungen-von-rechter-Hetze.html>

80. “Rentner wegen Beleidigung von Dunja Hayali verurteilt.” SPIEGEL Online, 20 de abril de 2017. <http://www.spiegel.de/kultur/gesellschaft/dunja-hayali-rentner-wegen-hetze-auf-facebook-gegen-moderatorin-verurteilt-a-1144091.html>

81. “Kölner Stadt-Anzeiger beteiligt sich na Verfolgen statt nur Löschen”. Kölner Stadt-Anzeiger. 20 de janeiro de 2019. <https://www.ksta.de/kultur/hass-im-netz--koelner-stadt-anzeiger--beteiligt-sich-an-verfolgen-statt-nur-loeschen--31883524>